

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**OS DESAFIOS DA DIVERSIFICAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A
CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO VALE DO PARANHANA/RS**

ALEXANDRE ALOYS MATTE JÚNIOR

Taquara

2018

ALEXANDRE ALOYS MATTE JÚNIOR

**OS DESAFIOS DA DIVERSIFICAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A
CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO VALE DO PARANHANA/RS**

Dissertação apresentada como critério parcial para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação das Faculdades Integradas de Taquara, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais.

Taquara

2018

Dedico este trabalho a todos os agricultores do nosso Brasil, em especial, aos produtores de leite. Uma salva de palmas ao seu intenso trabalho, seu amor pela terra, pelos animais e pela natureza.

AGRADECIMENTOS

Desde que adentrei o PPG (Programa de Pós-Graduação) em Desenvolvimento Regional, diversas vezes escutei que um mestrando não obtém esse grau de forma solitária. Todos que o apoiaram, que partilharam de suas angústias, das alegrias e frustrações, todos que o motivaram e estiveram auxiliando-o nessa etapa merecem o agradecimento e o reconhecimento. Atrevo-me a dizer que as coisas mais importantes para o mestrando são o apoio daqueles que ama e a paixão pelo que faz, combustíveis do seu coração nessa empreitada.

Assim, primeiramente, agradeço a Deus por ter guiado meus passos, por ter me dado a oportunidade de seguir esse caminho, por ter me dado forças quando tudo parecia pesado demais. Obrigado, Senhor.

A minha amada esposa, Flávia Matte, companheira das horas difíceis, conselheira, aquela que busca seus objetivos em conjunto comigo, que passou por desafios semelhantes aos meus nos últimos anos; agradeço-te pela compreensão e apoio, pelas palavras amáveis, pelo amor e cuidado, por juntos passarmos por mais essa etapa!

Agradeço aos meus pais, Alexandre e Carla Matte, que sempre estiveram ao meu lado, buscando o melhor para minha vida e procurando promover a melhor educação possível aos seus filhos. Obrigado por todo o amor com o qual nos conduziram, por nos ensinarem a importância da educação e da paciência. Vocês são exemplos que carrego como base em minha vida! A minha irmã Aléxia Matte pelo apoio e torcida! Obrigado por acreditar no meu potencial, me admirar, por dar boas risadas comigo quando o estresse estava no limite! Não sabes como isso foi importante. Aos demais membros da minha família, agradeço a compreensão nos momentos em que não pude me fazer presente, além do apoio e carinho durante esse período.

Agradeço a cada um dos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional por todo o conhecimento disponibilizado, pela dedicação

despendida e por criarem uma base sólida para que nos tornássemos mestres. Guardarei na memória os ensinamentos de cada aula, os debates, as ideias, as informações, a paixão pelo conhecimento! A coordenação e equipe do PPG, agradeço pela agilidade e seriedade com que sempre trataram todas as demandas de nossa turma. Agradeço a dedicação e compromisso!

Ao orientador professor Dr. Roberto Tadeu Ramos Moraes pela paciência, apoio e auxílio na composição da dissertação; orgulho-me em ter este excelente professor e administrador novamente como meu orientador, profissional capacitado que me indicou o caminho a ser percorrido.

Aos meus colegas de Mestrado, agradeço imensamente o companheirismo de todos! Acredito que conseguimos formar uma verdadeira família, seja durante o período de aulas, seja durante o Intercâmbio realizado em Portugal, seja durante o período de produção da dissertação. Vocês são amigos extremamente especiais! Obrigado pela vivência que tivemos durante esse período.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que tornou possível a realização do Mestrado. De igual forma, espero ter contribuído com a ciência e pesquisa em nosso País através das produções realizadas.

Às Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) pela estrutura e apoio disponibilizado. Com certeza, a instituição é diferenciada por tratar os alunos como parceiros, como amigos, como família. Obrigado por fazerem da instituição um local de excelência e aprendizado.

A EMATER e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Vale do Paranhana, agradeço por acreditarem no meu trabalho e por me acompanharem às propriedades rurais da região. Obrigado por compartilharem seu conhecimento comigo! As famílias dos agricultores, agradeço pela receptividade e colaboração. Parabenizo-os pelo grandioso trabalho que desenvolvem.

Agradeço também a todos os meus amigos por simplesmente existirem, perguntarem como andava o mestrado, por estenderem sua mão e refletirem o real significado da palavra amizade.

A todos que contribuíram para a elaboração desse trabalho, só tenho a agradecer! Um pouco de cada um reside em meu coração.

“Somos moldados e guiados por aquilo que amamos”
(GOETHE, Johann Wolfgang)

“Ao infinito e além”
(Buzz Lightyear)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar a viabilidade da diversificação da estrutura produtiva para a região do Vale do Paranhana por meio da produção leiteira em pequenas e médias propriedades rurais como alternativa de desenvolvimento regional. Primou-se pelo estudo da competitividade, políticas públicas e espaço regional do Vale do Paranhana, incentivando o aprofundamento sobre a agricultura familiar e identificando portfólio de fontes de ingressos de rendas para os produtores. Para tanto, considerando-se um estudo exploratório, recorreu-se ao método de pesquisa misto, baseando-se em um estudo de caso múltiplo, com pesquisa amparada por revisão bibliográfica, consultando autores como Porter (2004), Sambuichi (2014), Conterato, Gazola e Schneider (2007), Mintzberg (2004), entre outros, e pesquisa documental de informações de órgãos e agências públicas. Possuindo como universo da coleta de dados os pequenos produtores de leite do Vale do Paranhana, realizaram-se 20 entrevistas, adotando-se um modelo de entrevista não-estruturada focalizada. Os entrevistados também preencheram questionário para que se pudesse formular seu perfil. Os resultados apontam que o cenário negativo atual da bacia leiteira existe principalmente pela redução no número de produtores, que deixam a atividade pelos altos custos envolvidos, poucas cooperativas e laticínios, desvalorização do leite e êxodo rural, mas acreditam no potencial da bacia caso pudessem contar com auxílio do poder público. Conclui-se que a produção leiteira na região do Vale do Paranhana poderá se apresentar como alternativa viável à diversificação produtiva, sugerindo-se que ocorra através da constituição de cooperativas ou agroindústrias regionais voltadas à captação da produção.

Palavras-chave: Diversificação produtiva. Produção leiteira. Estratégias.

ABSTRACT

The objective of this work was to evaluate the viability of the diversification of the productive structure for the Paranhana Valley region through milk production in small and medium rural properties as an alternative for regional development. It was based on the study of the competitiveness, public policies and regional space of the Paranhana Valley, encouraging the deepening of family agriculture and identifying a portfolio of income sources for producers. In order to do so, considering an exploratory study, the method of mixed research was used, based on a multiple case study, with research supported by bibliographic review, consulting authors such as Porter (2004), Sambuichi (2014), Conterato , Gazola and Schneider (2007), Mintzberg (2004), among others, and documentary research of information from public agencies and state agencies. Possessing as data collection universe the small milk producers of the Paranhana Valley, 20 interviews were conducted, adopting a focused non-structured interview model. The interviewed also filled out a questionnaire so that they could formulate their profile. The results indicate that the current negative scenario of the milk basin exists mainly due to the reduction in the number of producers, who leave the activity because of the high costs involved, few cooperatives and dairy products, milk devaluation and rural exodus, but believe in the potential of the basin if it counts with the aid of the public power. It is concluded that dairy production in the Paranhana Valley region may be a viable alternative to productive diversification, suggesting that it occurs through the constitution of cooperatives or regional agro industries aimed at capturing production.

Key Words: Productive diversification. Milk production. Strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Região do Vale do Paranhana/RS	11
Figura 2 - Esquema de diversificação	23
Figura 3 - Cadeia Produtiva do Leite	30
Figura 4 - Representação do sistema agroindustrial do leite no Brasil	31
Figura 5 - Disposição geográfica das mesorregiões do sul do País com maior volume de produção leiteira em 2015	33
Figura 6 - Evolução da produção leiteira em regiões do RS (em litros), 1990-2012..	34
Figura 7 - Evolução da execução do PAA por região geográfica brasileira entre 2003 e 2012.	48
Figura 8 - Evolução dos recursos e números de alunos atendidos pelo PNAE entre 1995 e 2013	51
Figura 9 - Modelo das 5 forças de Porter.	57
Figura 10 - Componentes do Vetor Crescimento.	58
Figura 11 - Fluxo de comercialização do leite e derivados.....	63
Figura 12 - Estratégia incorporada concomitante.....	75
Figura 13 - Forma de comercialização da produção de leite dos pesquisados - número de respostas total.	86
Figura 14 - Participação em cooperativas de produtores	87
Figura 15 - Questionamento dirigido aos entrevistados se acreditam que a produção leiteira pode er uma opção de diversificar a produção da região do Vale do Paranhana.....	90
Figura 16 - Questionamento sobre a crença dos produtores de que a produção leiteira possui potencial econômico na região.	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Disposição de estabelecimentos produtores de leite do Vale do Paranhana.....	77
Tabela 2 - Esquema para realização de entrevistas por município do Vale do Paranhana.....	78
Tabela 3 - Idade dos participantes da pesquisa.....	80
Tabela 4 - Quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar residente na propriedade.....	81
Tabela 5 - Tamanho das propriedades em hectares.....	82
Tabela 6 - Composição do plantel em lactação.....	83
Tabela 7 - Volume de produção/dia.....	84
Tabela 8 - Raça predominante do plantel em lactação.....	84
Tabela 9 - Faixa de renda familiar por mês.....	85
Tabela 10 - Dificuldades enfrentadas pelos produtores em seus negócios.....	89
Tabela 11 - Rótulo dos Entrevistados.....	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1	Diversificação produtiva	20
2.2	A produção leiteira no Brasil e Rio Grande do Sul	27
2.3	Agricultura familiar.....	36
2.4	Políticas públicas voltadas à agricultura familiar e produção leiteira.....	44
2.4.1	A Lei do Leite	53
2.5	Opções de estratégias de desenvolvimento que podem ser adotadas pelos produtores de leite.....	55
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	73
3.1	Pequenos produtores de leite do Vale do Paranhana	73
3.2	Método	74
3.3	Procedimentos de pesquisa	76
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	80
4.1	Análise e discussão dos dados dos questionários aplicados	80
4.2	Análise e discussão das entrevistas realizadas	92
5	CONCLUSÕES	133
	REFERÊNCIAS	142
	APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO FECHADO - PRODUÇÃO LEITEIRA E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA	154
	APÊNDICE B: ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA FOCALIZADA - PRODUÇÃO LEITEIRA E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA.....	157
	APÊNDICE C: MODELO DE TCLE UTILIZADO	158

1 INTRODUÇÃO

O Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, é formado pelos municípios de Três Coroas, Igrejinha, Parobé, Taquara, Rolante e Riozinho, tendo seu nome proveniente do rio que banha os municípios da região. O território possui sua economia baseada na produção industrial, principalmente de calçados e confecções em couro e bebidas, preenchendo cerca de 50% de sua economia. Além da produção de calçados e componentes, há também a planta industrial do grupo Heineken, uma das grandes empresas produtoras de cerveja e refrigerantes do Brasil (FEE, 2016). A Figura 1 apresenta o mapa com os municípios que compõem a região do Vale do Paranhana.

Figura 1 – Região do Vale do Paranhana/RS



Fonte: Adaptado de SkyscraperCity.com (2017)

Morais (2012) discorre sobre a colonização da região, que tem como característica básica a presença, inicialmente, de imigrantes alemães, que se identificavam principalmente com a produção agropecuária e a industrialização proporcionada pela produção calçadista, sendo essa uma marca da região. Schneider (2006) afirma que a agricultura familiar do Rio Grande do Sul tem origem no processo de ocupação espacial promovido pela colonização de imigrantes de origem europeia, principalmente alemã, na metade do século XIX, iniciada com a chegada dos colonos ao município de São Leopoldo em 1824 (SCHNEIDER, 2006). Galvão (1999) cita que os primeiros colonizadores eram provenientes da região do Hunsrück, na divisa com a França. O autor também salienta que em 1855 o Vale já

abrigava cerca de 400 famílias, dedicadas especialmente à agropecuária, mas que alguns alemães já possuíam conhecimento sobre o fabrico de sapatos, chinelos e tamancos, iniciando-se assim um pequeno nicho de produção de calçados sob encomenda. O autor ainda afirma que a partir da década de 1940, com a diminuição das exportações de piretro, a região passou a dedicar-se à fabricação de arreios e calçados.

Uma das principais características do setor coureiro-calçadista é a necessidade de um grande número de processos, o que acaba gerando a necessidade de um grande volume de mão de obra, já que diversas tarefas são praticamente artesanais (GALVÃO, 1999). Levando tais afirmações em consideração, Morais (2012) afirma que a partir da década de 1970 se observa um deslocamento populacional das zonas rurais para os centros urbanos, sendo que aproximadamente 68% da população da região já estava residindo na zona urbana, o que proporcionou uma alavancagem no setor coureiro-calçadista, onde os moradores foram atraídos pela oferta de empregos e outros fatores, como educação, saúde e infraestrutura.

Dessa forma, o setor industrial passou a ser o centro gerador de renda e a disponibilidade de mão de obra foi um fator motivador à instalação de um grande número de empresas na região. Além disso, Rumos 2015 *apud* Morais (2012) cita o fato de que a região possui uma extensão rodoviária pequena, o que facilita a proximidade entre empresas, fornecedores e entidades, sendo seus índices de acessibilidade considerados ótimos.

Além da indústria, o comércio varejista tem se desenvolvido desde a década de 1990, conforme Galvão (1999), derivado principalmente da atividade coureiro-calçadista, destacando-se lojas e comércios localizados às margens da rodovia RS-115, principal rodovia de ligação da região. Também cresceram empresas ligadas ao setor de papel e papelão, produtoras de embalagens para os calçados, além de indústrias ligadas ao setor metal-mecânico, um importante apoio ao setor calçadista. Trata-se de um setor com efeito importante de multiplicação sobre os setores de plásticos, metais, químico, entre outros (MORAIS, 2012).

Porém, com as dificuldades enfrentadas pelo setor coureiro-calçadista no final da década de 1990 e de 2000 em diante, decorrentes principalmente da globalização e valorização do real, tornando a concorrência enorme a nível mundial

no campo das exportações, em grande parte devido aos baixos custos de produção conquistados pelos países asiáticos, o setor calçadista foi impactado, resultando no fechamento de empresas e extinção de postos de trabalho, sendo que as maiores perdas ocorreram nos municípios onde a estrutura industrial é concentrada na atividade coureiro-calçadista, enfrentando graves problemas em relação a crise no setor, ocasionando em desemprego e expressiva perda de participação no PIB (Produto Interno Bruto) do Rio Grande do Sul (CALANDRO; CAMPOS, 2013).

Dentro desse panorama, em uma região com predominância da atividade industrial calçadista, o fechamento de fábricas e aumento do índice de desemprego acabou desacelerando a economia local e influenciando diretamente o comércio e o giro de produtos no mercado. Tornam-se necessários estudos sobre as possibilidades de diversificação da estrutura produtiva do Vale do Paranhana, procurando, através disso, gerar desenvolvimento a toda a região através da expansão de outros segmentos além do calçadista. Nesse sentido, sugere-se o debate e estudo da viabilidade da produção leiteira como alternativa de diversificação e captação de renda, além de analisar os desafios pelos quais as pequenas propriedades passam. Atrela-se a diversificação produtiva do vale à possibilidade de desenvolvimento da pecuária leiteira, pois o Paranhana já foi uma das maiores bacias leiteiras do Rio Grande do Sul, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, produzindo mais de 100 mil litros diários de leite (Município de Taquara, 2017; CUNHA, 2011), além do fato de que o leite possui importância estratégica, tanto para o estado como para o País.

O leite é um componente essencial à alimentação humana, sendo produzido em todo o mundo. Sua importância pode ser observada no ambiente produtivo e econômico mundial, principalmente em países considerados em desenvolvimento e em sistemas de agricultura familiar. Nas últimas três décadas, a produção mundial de leite teve aumento de mais de 50%, chegando a 769 milhões de toneladas em 2013 (FAO, 2016). Segundo a FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*¹ (2016), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), aproximadamente 150 milhões de lares em todo o mundo estão envolvidos na produção leiteira, sendo característica da maioria dos países em desenvolvimento a produção a partir de pequenos agricultores de base familiar, pois fornece retorno

¹ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

rápido aos produtores de pequena escala. O Brasil é o 5º maior produtor de leite do mundo, ficando atrás da Índia, Estados Unidos da América, China e Paquistão (FAO, 2016). Para o Brasil, o leite desempenha um papel vital, uma vez que se caracteriza como um dos seis produtos mais importantes da agropecuária brasileira, sendo essencial no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2016).

Conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2014, a produção leiteira chegou à marca de 35,17 bilhões de litros, sendo a região Sul a maior produtora do país, representando 34,7% do total nacional. Durante o mesmo período, o Estado de Minas Gerais permaneceu como maior produtor Brasileiro, seguido do Rio Grande do Sul e Paraná. Além disso, o país possui o segundo maior rebanho bovino a nível mundial, atrás apenas da Índia (MILKPOINT, 2016). Principalmente na Região Sul do Brasil, destaca-se o sistema de produção familiar. Consoante Berro *et al.* (2014) a produção de leite consolidou-se como atividade âncora na composição da renda dos pequenos agricultores, impactando no desenvolvimento regional, em especial, por fatores ligados a absorção de mão de obra, grande alcance social e agregação de valor na propriedade, possibilitando o uso de terras de qualidade inferior para o desenvolvimento dessa atividade.

Assim, a temática desse trabalho está relacionada à análise da diversificação da estrutura produtiva como estratégia de desenvolvimento regional, buscando analisar os desafios enfrentados por esta na cadeia leiteira no Vale do Paranhana/RS. Dessa forma, primam-se pelo estudo da competitividade, políticas públicas e espaço regional do Vale do Paranhana, incentivando o aprofundamento sobre a agricultura familiar, debatendo as possibilidades de diversificação produtiva e identificando portfólio de fontes de ingressos de rendas para os produtores, também incentivando o estudo de novas estratégias para o desenvolvimento regional.

O objetivo central do trabalho é avaliar a viabilidade da diversificação da estrutura produtiva para a região do Vale do Paranhana por meio da produção leiteira em pequenas e médias propriedades rurais, como alternativa de desenvolvimento regional. Buscando contemplá-lo, foram estruturados objetivos específicos, a) caracterizar os produtores de leite do Vale do Paranhana, através

das características de propriedade, produção e renda; b) descrever a percepção dos produtores rurais do Vale do Paranhana em relação à possibilidade de diversificação produtiva para a região; c) identificar as estratégias e políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e Brasil voltadas às pequenas propriedades leiteiras e a percepção dos produtores em relação a estas, e d) analisar a viabilidade econômica e social da produção leiteira, através do panorama de sua evolução, como alternativa à reconfiguração do modelo de desenvolvimento da região do Vale do Paranhana.

Nessa linha, o questionamento central que busca ser respondido através desse trabalho é: Qual a percepção dos pequenos e médios produtores rurais do Vale do Paranhana quanto à diversificação da estrutura produtiva por intermédio da produção leiteira?

As considerações acerca da viabilidade da estrutura familiar na produção agropecuária vão ao encontro aos estudos e debates sobre as políticas locais e regionais de desenvolvimento, principalmente no que tange o desenvolvimento endógeno. No que tange a viabilidade da produção familiar, consideram-se seus aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Assim, a viabilidade da agricultura familiar não pode ser analisada somente através do aspecto econômico, do ponto de vista da produção e do mercado. Ganha também ao ser analisada do ponto de vista social, a partir da organização social das estruturas produtivas e do manejo dos fatores técnicos. Isto tem a ver com a evolução das práticas de acesso, distribuição, transmissão e gestão dos fatores de produção (SABOURIN, 2000). O desenvolvimento da agricultura de base familiar depende cada vez mais de relações territoriais, redes sociais, econômicas e técnicas para alcançar êxito.

Consideram-se três principais vertentes para uma análise da viabilidade das unidades de produção familiar: a viabilidade econômica, a capacidade de reprodução agroecológica dos ecossistemas cultivados e a continuidade social, quer dizer, a disponibilidade de produtores para assumir estas unidades no futuro (MALAGOLDI, 1998 *apud* SABOURIN, 2000). Camarano e Abramovay (1998) *apud* Sabourin (2000) afirmam que a noção de viabilidade social não se restringe a reprodução do patrimônio e da força de trabalho, mas também deve considerar aspectos além da unidade de produção familiar, como os aspectos locais (a coletividade local e o território) e o ambiente institucional externo. Dessa forma, a

viabilidade da agricultura familiar torna-se dependente, também, do ambiente institucional regional, local e global, sendo este constituído pelas políticas públicas, pela organização das cadeias produtivas, pelas redes de inovação, pelas oportunidades de aprendizagem individual e coletiva e acesso à informação (SABOURIN, 2000).

De acordo com Troian, Dalcin e Oliveira (2009), a importância e viabilidade da atividade leiteira podem ser expressas por um conjunto de características, como a) capacidade em obter uma boa renda em uma pequena área de terra, b) o alto valor agregado por hectare, c) a renda constante proporcionada pelo leite (mensal, quinzenal, semanal, etc.) diferenciando-se de outros cultivos (como a soja e milho, por exemplo), d) a possibilidade de servir como atividade diversificada ao mesmo tempo em que convive com outras culturas e atividades na mesma propriedade (diminuindo os riscos e incertezas e aumentando a rentabilidade da propriedade) e e) a possibilidade de diminuir custos, melhorar a genética e eficiência da atividade, alcançando, assim, melhores preços. Conforme aponta Sabourin (2000), sabe-se que a agricultura familiar resiste e se adapta, mas é importante levantar a viabilidade econômica e social desta, avaliando a que custo opera, que tipo de remuneração proporciona à sua força de trabalho e qual renda que gera.

Justifica-se a escolha dessa temática em virtude da diversificação produtiva constituir-se como uma estratégia genérica, amplamente estudada nos campos da Administração, encontrando relevância nas obras de Porter (1989), Mintzberg (2004) e Penrose (1979). Caracteriza-se como a busca por novas opções produtivas e inserção em novos mercados, onde os ramos que apresentam melhor desempenho acabam por compensar os que passam por dificuldades, auxiliando na geração de renda e redução nos índices de desemprego. O aproveitamento de recursos endógenos também merece ser frisado, mantendo-se as bases produtivas em que há especialização, mas abraçando novas cadeias, com o intuito de diminuir os riscos provenientes de uma opção única, como os problemas de sazonalidade e crises. Através da ampliação da diversidade da estrutura produtiva, geram-se possibilidades de renda que, por sua vez, ampliam o acesso a meios de subsistência e, conseqüentemente, melhora no padrão de vida das famílias e das regiões alvo das iniciativas (PENROSE, 1979; BREITBACH, 2007; RATHMANN *et al.*, 2008).

Também, a opção por estudar a cadeia leiteira parte da importância econômica e social deste insumo. Como característica peculiar, a produção leiteira nacional conta com grande diversidade estrutural. A heterogeneidade demonstra-se tanto nos sistemas de produção a aspectos ligados a alimentação do rebanho e qualidade do leite (CORRÊA *et al.*, 2010; SOUZA *et al.*, 2009). Conforme Oliveira *et al.* (2007), a elevada diversidade socioeconômica, cultural e climática que caracteriza os sistemas de produção geram a necessidades de estudos regionais sobre a produção leiteira, colaborando com isso o fato de que a pecuária desse segmento evidencia-se em mais de 80% dos municípios brasileiros. Assim, estudos ligados ao setor demonstram-se necessários para conseguir caracterizar a produção leiteira no Brasil e suas particularidades.

Levando em conta todas as questões abordadas, a relevância dessa pesquisa evidencia-se através do estudo de alternativas de desenvolvimento ao Vale do Paranhana. Já existem estudos sobre as possibilidades de desenvolvimento à região, como o estudo de Bem, Giacomini e Waismann (2013) e trabalhos da Câmara da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paranhana (CICS-VP) dentro de seu projeto Agenda Paranhana 2020, mas o diferencial da pesquisa proposta é a análise de possibilidades de desenvolvimento através da diversificação produtiva em outras cadeias além da coureiro-calçadista já estabelecida na região.

No âmbito acadêmico, o estudo possibilitará a aplicação de conhecimentos adquiridos ao longo dos estudos do Desenvolvimento Regional, sendo que a contribuição teórica da pesquisa residirá no fato de levantar as possibilidades de diversificação da estrutura produtiva para o Vale do Paranhana, confrontando as estratégias aplicadas à região com os conceitos teóricos, embasados em autores conceituados, como Penrose (1979), Mintzberg, (2004), Porter (1989), Schneider (2001, 2006), Abramovay e Veiga (1999), Navarro e Pedroso (2014), Conterato, Gazola e Schneider (2007), Sambuichi *et al.* (2014), entre outros.

Dessa forma, é de grande importância o estudo das estratégias de diversificação produtiva regional, uma vez que predominando a cadeia coureiro-calçadista e as recentes crises no setor terem promovido alto grau de desemprego, a diversificação de atividades produtivas e econômicas torna-se matéria fundamental de estudo, sendo a pesquisa útil no sentido de identificar e avaliar qualitativamente a possibilidade de diversificação através da produção leiteira nas propriedades rurais

da região. Com isso estaria se estudando a viabilidade econômica do Vale, incentivando o estudo sobre a agricultura familiar, identificando portfólio de fontes de ingressos de rendas e analisando as estratégias competitivas. Usando como base o caso do Vale do Paranhana, a pesquisa também poderá auxiliar outras regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil no entendimento de estratégias de diversificação aplicáveis às suas realidades. Também, do ponto de vista social, na visão de Klauck (2009), a consolidação de uma bacia leiteira pode proporcionar uma série de melhorias para a qualidade de vida regional, como a manutenção das estradas e facilidades de transporte, acesso à saúde e educação, fortalecimento dos comércios locais, emergência de pequenos núcleos urbanos, valorização da terra e fixação das famílias no campo.

As motivações pessoais residem no fato de estar inserido em uma das grandes indústrias calçadistas do Vale e conseguir, através disso, avaliar *in loco* o panorama atual do mercado e, diante desse fato, perceber as dificuldades pelas quais as empresas e o setor calçadista como um todo passam atualmente, representando o aumento no desemprego e, conseqüentemente, impactando na economia regional. Concomitantemente, outra motivação pessoal é a família do autor estar inserida no universo de agricultores familiares atuantes na região, o que torna essencial os estudos de viabilidade de tal sistema produtivo como estratégia para geração de renda e subsistência.

Por consultar os atores inseridos na pecuária leiteira da região, conseguirá evidenciar-se novos dados e avaliar a opinião destes em relação a possibilidade desse novo modelo de reconfiguração. Levantar as opiniões e históricos referentes aos produtores de leite da região do Vale do Paranhana é importante para que se possa caracterizar a bacia leiteira e o segmento como um todo, criando a possibilidade de estudos mais aprofundados neste setor. Sabe-se que atualmente a concorrência e dificuldades enfrentadas pelo setor leiteiro são grandes, principalmente os desafios impostos pelos requisitos de qualidade e preço pago aos pequenos produtores, desafios em relação ao processamento da produção, entre outros obstáculos impostos aos produtores. Também, os filhos dos agricultores de base familiar têm buscado oportunidades de emprego fora das propriedades, junto aos centros urbanos (almejando renda fixa, segurança de emprego), devido às baixas condições de reprodução do sistema em termos econômicos e de estrutura

de produção, comprometendo a sucessão da propriedade familiar e, conseqüentemente, a permanência das famílias no campo (SANTOS FILHO, 2009). Contudo, a elaboração de estratégias adequadas pode fazer toda a diferença e gerar resultados consistentes, dando viabilidade na competição com os demais concorrentes e possibilitando a geração de renda e emprego

Este trabalho está organizado da seguinte forma, além desta Introdução. O Capítulo 2 apresenta os conceitos de diversificação produtiva, caracterização da produção leiteira no Brasil e no Rio Grande do Sul, agricultura familiar e Políticas públicas voltadas à agricultura familiar e produção leiteira, bem como estratégias de desenvolvimento adotadas pelos produtores de leite, necessários para o embasamento deste estudo. Após, o Capítulo 3 detalha os procedimentos metodológicos empregados, bem como número de indivíduos selecionados e instrumentos de coleta utilizados. Já o capítulo 4 apresenta os resultados obtidos e análises de dados realizada. Por fim, apresentam-se as conclusões obtidas após o desenvolvimento da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, apresenta-se o levantamento teórico realizado acerca dos conceitos de diversificação produtiva, seguido pela fundamentação sobre o histórico da produção leiteira no Brasil, Rio Grande do Sul e Vale do Paranhana. Em seguida, aborda-se a questão da agricultura familiar e seus principais conceitos, bem como políticas públicas voltadas ao grupo. Por fim, resgata-se o arcabouço teórico sobre estratégias de desenvolvimento utilizadas pelos produtores de leite.

2.1 Diversificação produtiva

A estratégia de diversificação produtiva torna-se importante matéria de estudo, objetivando avaliar sua relação às decisões tomadas em diversos âmbitos e setores, tanto por empresas do ramo industrial, como pelo setor de agropecuária e planejamento voltado ao desenvolvimento regional. A especialização produtiva não é a única opção viável para o desenvolvimento regional, onde a diversificação constitui-se em importante pilar, principalmente se forem considerados o grau de incerteza e de riscos promovidos pela globalização, sendo esta diversidade de operações capaz de responder adequadamente aos desafios propostos pela competição global. Além disso, a estrutura industrial diversificada tende a apresentar condições mais apropriadas de sustentabilidade econômica em longo prazo (BREITBACH, 2007).

As estratégias de diversificação implicam mudanças profundas nas organizações, o que pode ser transmitido ao conceito regional, expandindo-se a novos mercados e cadeias distintas de sua área original de especialização. Enfrentando limites à expansão, torna-se necessária a diversificação e entrada em mercados distintos (MIELE; WAQUIL e SCHUTZ, 2011). Sambuichi *et al.* (2014, p. 68) afirmam que a diversificação produtiva pode apresentar efeitos benéficos sobre o desenvolvimento regional, relacionando estudo que “[...] mostrou evidências que apontam para os efeitos positivos sobre a formação de capital humano e a diversificação industrial como causas do aumento de renda”. Assim, muitos desses efeitos benéficos são externos ao processo produtivo, o que acaba gerando benefícios não somente aos agentes envolvidos nele, mas para toda a sociedade.

Um território diversificado oportuniza que segmentos com melhor desempenho substituam aqueles que passam por dificuldades. O desemprego em um setor pode significar em absorção dessa mão de obra por outro, mantendo-se o dinamismo da região diversificada, mesmo que não em níveis tão elevados quanto às especializadas. Esse dinamismo pode ser caracterizado por sua base em aproveitamento de recursos locais, onde, com o decorrer do tempo, é capaz de gerar outras alternativas frente as adversidades do mercado, sem ver suas bases de sustentação ameaçadas (BREITBACH, 2007). A própria organização regional em torno da diversificação produtiva torna-se fator determinante. Gianezini *et al.* (2013) citam em sua pesquisa a organização de determinada região que, experimentando respectivamente momentos de prosperidade e de estagnação econômica, apostou em estratégias locais visando o desenvolvimento baseado na introdução de estruturas produtivas diversificadas, buscando sua reorganização produtiva.

Corroborando com isso o estudo conduzido por Breitbach (2007) sobre a diversificação na região do município de Caxias do Sul/RS. O autor afirma que as regiões diversificadas estão mais aptas a reagirem a riscos e incertezas econômicas, uma vez que a especialização torna a região vulnerável às oscilações de mercado, sendo possível até resgatar os preceitos da Teoria Clássica da Administração nesse sentido, onde, em um segundo momento, a especialização deparou-se com impasses, principalmente no que tange a escolha do cliente. Exemplificando, o autor traz o Vale dos Sinos, região especializada na produção coureiro-calçadista que, devido às mudanças promovidas pela concorrência com países asiáticos, passou por grave crise no final da década de 1990, contando com elevado grau de desemprego. Comparando a região de Caxias do Sul/RS e o Vale dos Sinos, em relação ao número de empregos industriais na década de 1990, avalia-se que, apesar de o volume absoluto destes serem menores na região diversificada, apresentam um crescimento estável, enquanto a região com especialização calçadista sofreu com oscilações fortes, revelando a dependência da região à fatores externos. A Região do Vale dos Sinos teve seu ápice no ano de 1993, chegando à marca de 140.000 postos de trabalho, porém, reduzindo para 115.000 em 1995 e mais ainda em 1999, quando atingiu o número de 110.000 postos de trabalho. Para efeito de comparação, onde expressa a estabilidade da região diversificada, nesse caso a de Caxias do Sul, a autora traz a informação de

que em 1993 existiam 80.000 postos de trabalho, que permaneceram estáveis durante os anos posteriores, crescendo para 85.000 nos anos 2000 e mais de 92.000 postos de trabalho em 2002, o que reforça um crescimento estável, diferente das oscilações encontradas na região com predominância da atividade industrial calçadista (BREITBACH, 2007).

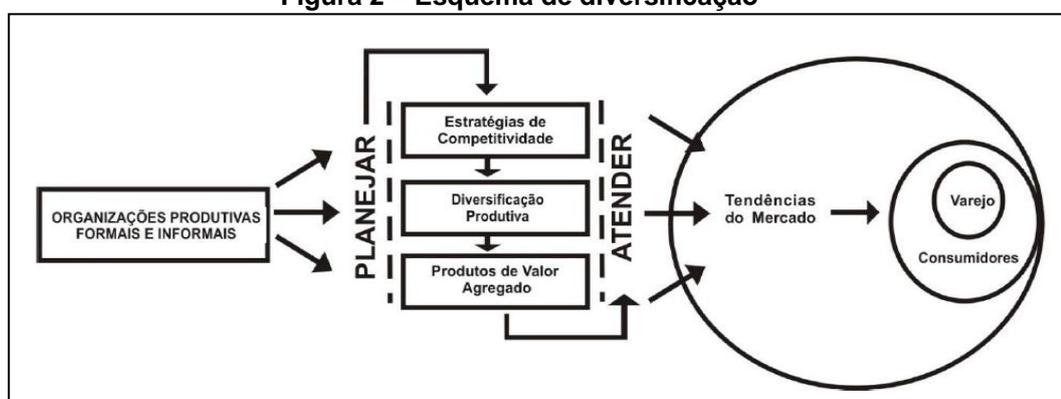
Outro conceito que pode ser aplicado tanto às organizações, de uma forma geral, como unidades regionais, é o definido por Porter (1989), onde afirma que a melhor diversificação é a que reforça os pontos fortes já existentes e cria a base para novos, através de outras atividades. Já Ansoff (1990) aprofunda a diversificação através de sua matriz que retrata os Vetores de Crescimento, afirmando que esta envolve um afastamento de áreas de negócios familiares, ao mesmo tempo em que permanece na mesma área geográfica em que a organização já tem sido bem sucedida, dividindo esse afastamento em três vertentes: a) por necessidades, onde a aquisição de uma nova tecnologia visa atender os mercados que a organização já possuía; b) por tecnologia, que consiste em aplicar a tecnologia já possuída pela empresa a novas necessidades e c) ingresso em atividades não relacionadas às atividades atuais da empresa, seja esta por meio de tecnologia ou por necessidades do mercado.

A diversificação é um meio de ampliar o estoque de qualificações, expandindo o perímetro das atividades de valor das quais a entidade participa. Dessa forma, as estratégias de diversificação se correlacionam ao conceito de resiliência regional, sendo caracterizada como a capacidade de um sistema absorver perturbações e se reorganizar, experimentando o sucesso econômico que seja socialmente inclusivo, sendo, de igual forma, sustentável (EXTERCKOTER; NIERDELE, 2012). A estabilidade de um sistema é representada por sua capacidade de resistir a um impacto ou perturbação sem ser alterado, e sua resiliência, que consiste no poder de se reestruturar e voltar a funcionar após ser alterado por uma perturbação (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Gianezini *et al.* (2013) citam a importância de outras atividades na matriz produtiva de uma região, incluindo, no próprio planejamento das empresas, estratégias de competitividade que visem a diversificação e agregação de valor aos produtos provenientes dessa localidade. Nesse sentido, o acompanhamento das tendências de mercado e consumidor são fundamentais e acabam por moldar a

estratégia competitiva desenvolvida pela empresa ou região. Conforme Penrose (1979), quando as firmas, e nesse caso as colocações podem se referir a uma região, não dispõem de qualquer vantagem especial que facilite sua entrada em novos campos, deve-se optar pela busca de áreas onde a entrada seja fácil e não sejam requeridas habilidades especiais, mesmo quando a tecnologia e os mercados não se relacionarem completamente às suas atividades básicas já estabelecidas. A Figura 2, adaptada de Gianezini *et al.* (2013) apresenta um esquema de como se organiza e o que leva uma região e suas organizações a buscarem a diversificação produtiva, passando por etapas como o planejamento e atendimento a demandas do mercado.

Figura 2 – Esquema de diversificação



Fonte: Adaptado de Gianezini *et al.* (p. 68, 2013)

Quando entendida no sentido de estratégia organizacional, a diversificação é uma alternativa à diminuição de riscos em mercados competitivos, onde, quanto maior for o grau de diversificação, melhores serão os resultados econômicos e seu desempenho, consistindo em estratégia com a qual se pretende a produção de novos produtos ou serviços destinados a diferentes mercados. A diversificação compreende incrementos na variedade de produtos finais fabricados, incrementos na integração vertical e nas áreas básicas de produção nas quais a organização opera (GIANEZINI *et al.*, 2013; PENROSE, 1979; PORTER, 1989). Gianezini *et al.* (2013) citam que são poucos indivíduos que mantêm suas fontes de renda em uma única origem, onde a diversificação pode ser classificada como primária, relacionados à redução de riscos, reações a crises e demais custos elevados de transação, e secundários, relacionados às estratégias competitivas ligadas a implantação de tecnologias inovadoras, industrialização da produção e desenvolvimento de habilidades humanas.

As empresas devem buscar constantemente novas oportunidades e mercados, produtos e serviços onde sua diferenciação possa ser efetivamente utilizada, fazendo da diversificação uma experiência de aprendizado, tornando-se importante considerarem adequadamente suas estratégias, o que resultará em satisfação quanto ao faturamento e posicionamento de mercado (RUI *et al.*, 2011). Além disso, para determinadas organizações produtivas, a diversificação constitui-se, além de uma oportunidade de crescimento, uma condição de sobrevivência, atuando em segmentos, por vezes, completamente diferentes da sua especialização inicial (PENROSE, 1979).

O incentivo à diversificação por parte do governo também se torna importante propulsor a essa estratégia. Com o objetivo de diminuir desigualdades econômicas, sociais e regionais, diversos setores governamentais elaboram estratégias de desenvolvimento que contribuam para a minimização destes problemas, atuando através do aproveitamento das vocações regionais e da produção em cadeias diferenciadas (RATHMANN *et al.*, 2008). Além disso, o impacto regional promovido pela diversificação pode ser mais amplo se houver um compromisso dos municípios e empresas em relação a divulgação e fomento dessas atividades diversificadas realizadas (GIANEZINI *et al.*, 2013).

A importância dada pelos entes governamentais à questão da diversificação se refletirá no âmbito social, em especial, dos pequenos agricultores. Falando sobre a diversificação produtiva desses Sambuichi *et al.* (2014) afirmam que essa estratégia colabora para a permanência destes no campo, o que gera externalidades positivas, evitando problemas sociais como o êxodo rural e conseqüente inchamento das favelas e aumento da violência urbana, que por sua vez gerariam maiores custos governamentais relacionados a urbanização e segurança. De igual forma, em situação de baixa segurança alimentar, o indivíduo torna-se mais propenso a ficar doente e a depender do sistema público de saúde. A diversificação e a agrobiodiversidade permitem a produção de alimentos mais saudáveis, o que contribui para melhorar a alimentação da sociedade em geral. Essas externalidades, pouco avaliadas, atestam a importância da diversificação produtiva, impactando socialmente e ambientalmente, o que, portanto, justifica a elaboração de políticas de incentivo à diversificação.

No âmbito rural, a diversificação produtiva pode ser enaltecida, especialmente nas propriedades em que predomina a agricultura familiar, proporcionando a reprodução social dos agricultores, e, por consequência, o desenvolvimento rural, ampliando os portfólios de entrada de renda. Além disso, a diversificação promove a redução da dependência e vulnerabilidade, o aumento da qualidade de vida e o aumento da competitividade intersetorial dos agricultores e de suas atividades (EXTERCKOTER, NIERDELE, 2012; GIANEZINI *et al.*, 2013). Também, com a estratégia de diversificação aplicada ao meio rural, obtém-se a redução da sazonalidade sobre a renda das unidades produtivas, em especial as de base familiar (RATHMANN *et al.*, 2008).

Conforme Exterckoter e Niederle (2012), a estratégia de diversificação das atividades ocupacionais, bem como das rendas, representa proteção às famílias, onde, a medida que diversificam suas opções de trabalho, adquirem maior estabilidade. Através da ampliação da diversidade produtiva, geram-se possibilidades de renda que, por sua vez, ampliarão acesso a meios de subsistência e, conseqüentemente, ações positivas relacionadas a melhoria no padrão de vida das famílias e das regiões alvo das iniciativas (RATHMANN *et al.*, 2008). Além de apresentar benefícios econômicos e sociais, a diversificação produtiva traz importantes melhorias ambientais, fundamentais quando se tratando da sustentabilidade do desenvolvimento rural a longo prazo (SAMBUICHI *et al.*, 2014). Isso se torna fundamental porque, em países como o Brasil onde a produção industrial é bastante concentrada, a população depende da agricultura, sendo o dinamismo desse setor vital para a subsistência das famílias produtoras e para a geração de alimentos que permitam a reprodução da força de trabalho na indústria (RATHMANN *et al.*, 2008).

Porém, a coexistência de culturas predomina de igual forma no meio rural. Rathmann *et al.* (2008) citam a importância de a diversificação produtiva coexistir com a cultura original da área, ou seja, não se deve substituir completamente uma produção pela outra, mas transformar a nova cadeia em complemento para a renda, o que faz com que o produtor não perca a identidade com a atividade produtiva tradicional. Além disso, o produtor não fica refém de uma única cultura, reduzindo o impacto de crises e sazonalidades, inerentes à produção agropecuária. Assim, buscando diversificar suas atividades, torna-se essencial a atenção do produtor às

alterações dos hábitos dos consumidores. As mudanças mercadológicas acabam por se tornar intensas nos últimos anos, sendo evidente o surgimento de uma nova classe de consumidores, focado em sua saúde e bem-estar, que está comprando produtos ambientalmente corretos e saudáveis. Tal situação gera a possibilidade de agregação de valor à produção local mediante processamento da matéria-prima de origem agropecuária e servindo de estímulo à diversificação (GIANEZINI *et al.*, 2013).

Tais oportunidades tornaram-se mais evidentes à medida que sistemas diversificados adquiriram representatividade e importância. A especialização da produção, por muito tempo, foi sinônimo de vantagem econômica, através do ganho de escala e melhor aproveitamento de recursos e instalações. Assim, a modernização da agricultura sempre esteve ligada aos sistemas intensivos de monoculturas. A produção em sistemas diversificados passou a ser vista como sinônimo de atraso tecnológico, relacionado à pobreza e à cultura de subsistência. Porém, com o aprofundamento recente de estudos, pode-se levantar que, além do aumento da segurança alimentar proporcionada através da diversificação, a minimização de riscos é essencial, principalmente quando se tratando de agricultores de base familiar, onde, um dos principais benefícios da diversificação evidencia-se, caracterizado pela estabilidade proporcionada. Além disso, o antigo conceito relacionado à especialização e intensidade dos sistemas, caracterizado como conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e vínculos expressivos de produção, cooperação e aprendizagem, têm perdido força, uma vez que estudos realizados em diversas regiões do planeta mostram que a maior ou menor eficiência dos sistemas que se valem da diversificação depende de fatores como tipo de cultura utilizada, condições ambientais, características dos produtores e da maneira como é realizada a alocação de recursos (SAMBUICHI *et al.*, 2014; RATHAMNN *et al.*, 2008).

Focando especificamente na produção leiteira, a diversificação produtiva é abordada por Pocard-Chapuis *et al.* (2000), que afirma que propriedades produtoras de leite são as que também apresentam os sistemas de produção mais diversificados, explorando culturas anuais e perenes. Além disso, o autor frisa a importância da diversificação, uma vez que o produtor fica constantemente exposto

a variações e/ou quedas de preço e de safra Dentro desse panorama, a própria venda de bezerros proporciona uma renda, por vezes, superior à do leite, possibilitando investimentos na propriedade, enquanto a renda do leite, mais pulverizada, é adequada para cobrir as despesas domésticas, justificando a complementaridade da exploração (carne e leite), inserindo o produtor em dois circuitos distintos de comercialização.

Como entrave a diversificação, cita-se a falta de conhecimento em relação a tecnologias de implantação e gerenciamento de sistemas diversificados, além das dificuldades relacionadas à comercialização e infraestrutura de beneficiamento, armazenamento e transporte inerentes à menor escala de produção, conseqüentemente incidindo maiores custos à cadeia produtiva. Objetivando minimizar as perdas de escala em virtude da diversificação, os agricultores podem se organizar em cooperativas, permitindo a comercialização e resolução de problemas de infraestrutura de beneficiamento, armazenamento, mecanização, custos e transporte de forma conjunta, agregando valor aos produtos (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

2.2 A produção leiteira no Brasil e Rio Grande do Sul

A atividade leiteira pode ser considerada uma das mais importantes da agropecuária brasileira, já que se encontra presente em cerca de 1,3 milhões de propriedades do país (SILVA *et al.*, 2011). Segundo Costa *et al.* (2015) o setor de leite e derivados possui grande volume na geração de empregos, superando áreas como a construção civil e indústria de automóveis por exemplo, o que acaba sendo fato gerador de renda. Os autores também apresentam a estimativa de que a cada R\$ 1 milhão em produtos demandados, o leite gere 197 empregos, superando os demais setores. Viana e Ferras (2007) colaboram com essa informação ao citarem, como fator importante da atividade leiteira, o alto grau de concentração de mão de obra, dada a necessidade de utilização de um significativo número de trabalhadores no decorrer de sua cadeia produtiva. Nesse sentido, conforme os autores, através da geração de empregos, a atividade leiteira também acaba por gerar renda, onde o setor de leite assume papel de destaque na economia.

Fazendo um comparativo entre os anos de 1980 e 2005, Casari e Tormem

(2011) demonstram que a produção de leite no Brasil teve aumento de 109,10% entre esse período, um crescimento médio anual de 4,20%, justificado em partes pelo aumento do número de vacas ordenhadas que passou de 16.513 para 20.820 entre 1980 e 2005. Ainda, Fernandes, Bressan e Verneque (2004) citam que a produção de leite brasileira cresceu de 36,5% na década de 1990, concentrando-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

De acordo com Rodrigues e Alban (2013) o Brasil era importador de leite até o ano de 2004, quando passou a ser autossuficiente graças ao aumento constante de sua produção. Porém, apesar de incremento nos índices produtivos, sob ponto de vista de Gobbi e Pessoa (2009), o setor leiteiro brasileiro enfrenta dificuldades em ser competitivo principalmente em produtividade, qualidade e eficiência, onde, em estudo realizado, Zanela *et al.* (2006) citam como causa o fato de que a maioria dos produtores leiteiros brasileiros, cerca de 66,6%, produz até 50 litros por dia, o que equivale a 30,2% da produção nacional, o restante dos produtores gera quantidades acima de 50 litros diários e representam o saldo da produção nacional diária.

Falando sobre seu histórico, o desenvolvimento da cadeia produtiva leiteira teve início no Brasil no final da década de 1920, na época da Grande Crise, através de substituições das importações e expansão do mercado consumidor. Nos anos 1940, diversas cooperativas e empresas experimentaram as primeiras intervenções do governo nos seus preços. Já nas décadas posteriores, 1950 e 1960, ocorreram transformações como a instalação da indústria de equipamentos, surgimento do leite B, novas embalagens descartáveis, vinda de multinacionais que deram impulso ao segmento industrial e implementação das estradas que colaboraram com o escoamento e captação de leite (VIANA; FERRAS, 2007).

A partir da década de 1990, o desenvolvimento da exploração da bovinocultura leiteira foi intenso devido à liberação total dos preços do leite pelo governo federal e a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), colaborando também a adoção do plano Real, que proporcionou poder de compra à população brasileira, impactando no consumo de lácteos. As políticas nacionais implantadas tinham intenções como: a) desregulamentação do sistema do mercado; b) abertura comercial e estabilização econômica, promovendo a reestruturação geográfica da produção; c) redução de produtores, concorrência com produtos importados (gerando uma guerra de preços nas prateleiras); d) ganho de poder dos laticínios e

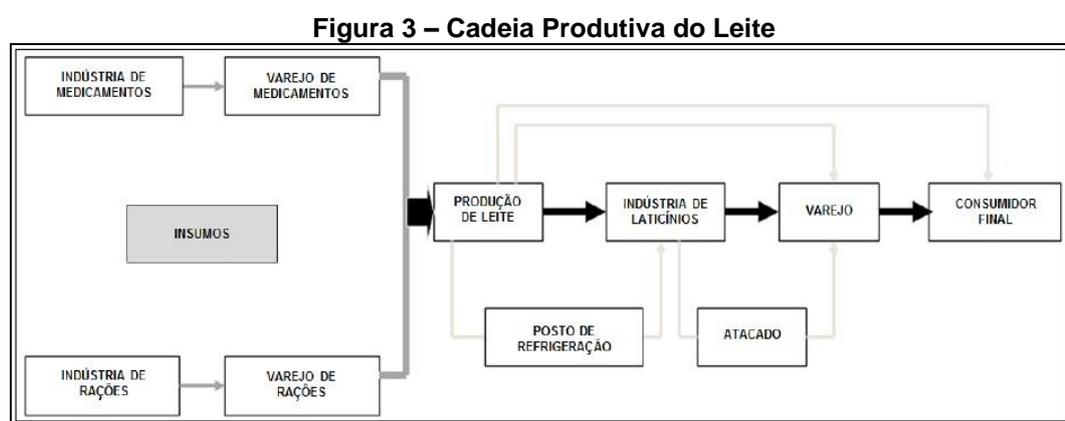
multinacionais; e) aumento de escala de produção, focada em grande produção. Outras modificações ocorridas foram o resfriamento do leite na própria propriedade em que era coletado, aplicação da coleta de leite a granel (objetivando melhorias em relação a sua qualidade) e aumento da participação dos supermercados na distribuição do leite. Também se observou aumento da oferta de leite longa vida, impactado pela forte presença da indústria de embalagens (COSTA *et al.*, 2015; MONTOYA e FINAMORE, 2005, 2010; ZANELA *et al.*, 2006).

A série de mudanças impostas pelo padrão tecnológico moderno durante a década de 1990 gerou um processo de exclusão de cerca de 107.000 pequenos produtores familiares, correspondente a 56,24% do número total de produtores presentes no mercado, enquanto que se observou no Rio Grande do Sul, em meio ao mesmo processo de modernização, a redução do número de produtores em 26,85%, devendo-se essa discrepância ao fato de que os produtores gaúchos organizaram-se em cooperativas regionais, garantindo a comercialização do leite mesmo em pequena escala (WAGNER, GEHLEN e WIEST, 2004; MONTOYA e FINAMORE, 2010).

Após passarem por transformações profundas, em sua maioria causadas pela questão econômica, hoje a cadeia se estrutura basicamente através da venda do leite de produtores primários aos laticínios, que por sua vez o utilizam para a fabricação de diversos produtos lácteos. Costa *et al.* (2015) vale-se de argumentos relacionados a importância de um sistema qualificado de comercialização da produção, expressando tal necessidade ao vincular o setor produtivo e os consumidores finais, sendo sua avaliação necessária para a elaboração de estratégias. A importância da participação dos produtores junto à cadeia produtiva é expressa por Viana e Ferras (2007) quando dizem que, como têm sido exigidas maior eficiência e produtividade por parte dos produtores, a participação numa cadeia os leva a absorver novas tecnologias e desenvolver competências essenciais para sua inserção à globalização econômica. Além disso, a dinâmica das cadeias proporciona vantagens ao produtor, como redução de custos, ganhos em competitividade de preços, elevação do nível de qualidade dos produtos, maior rapidez na produção, diferenciação dos produtos, possibilidade de inserção das atividades agropecuárias no mercado globalizado e maior agregação de valor. Frisa-se também, além do contexto de sequência de atividades de transformação, que a

organização de cadeias produtivas gera conhecimento e informação, além de viabilizar atividades de apoio de instituições de treinamento e pesquisa, universidades, órgãos governamentais, mesmo que essas ligações sejam de forma indireta (VIANA; FERRAS, 2007).

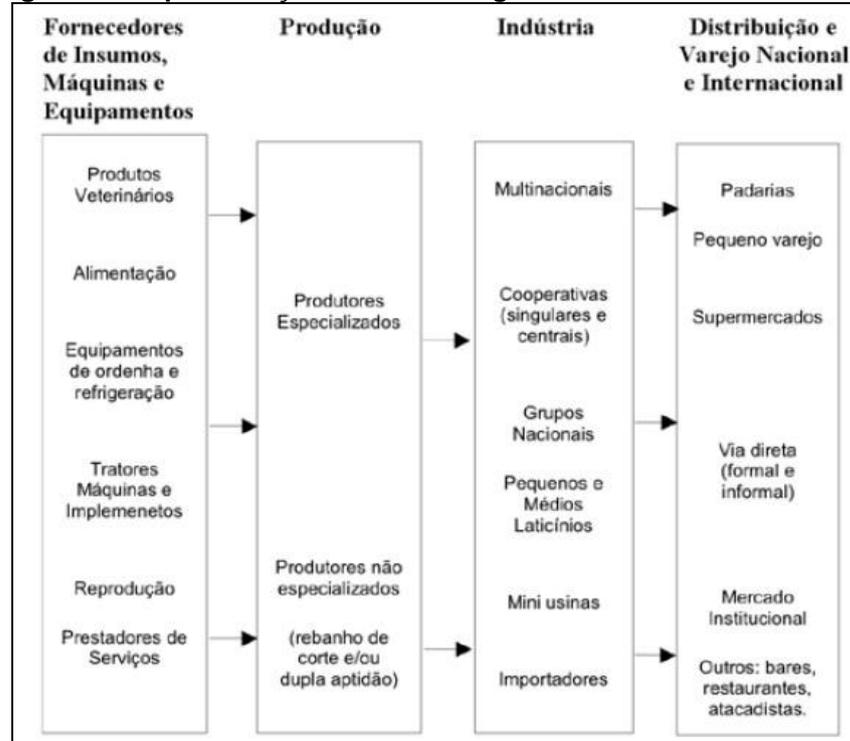
Valendo-se de um modelo simplificado, nos dias atuais a estrutura da cadeia produtiva do leite pode ser demonstrada através da Figura 3, em esquema elaborado por Fauth e Feix (2015).



Fonte: Adaptado de Fauth e Feix (2015, p. 37)

Viana e Ferras (2007) sugerem que a cadeia produtiva agroindustrial do leite no Brasil está organizada entre os principais segmentos Fornecedores-Produção-Indústria-Distribuição. Os autores também afirmam, baseando-se na Figura 4, adaptada de Galan in Canziani (2003), que a cadeia leiteira demonstra interligações muito particulares, incluindo desde pequenos empreendimentos como padarias, bares e lanchonetes a grandes empresas multinacionais, cooperativas de médio e grande porte, redes de supermercados, além de grupos que estão inseridos na distribuição de produtores veterinários, equipamentos e implementos.

Figura 4 – Representação do sistema agroindustrial do leite no Brasil



Fonte: Galan *in* Canziani (2003) apud Viana e Ferras (2007)

Avaliando-se a cadeia produtiva do leite (Figura 3), nota-se a importância do caminho percorrido pela produção leiteira, desde o trato com o rebanho, buscando qualificá-lo através da utilização de rações e medicamentos adequados, até o momento em que chega até o varejo, então, ao alcance do consumidor final. Porém, durante esse processo, frisa-se o papel desempenhado pela indústria de laticínios, garantindo a correta industrialização dos insumos coletados nas propriedades. Na maioria das vezes, existem poucos laticínios em uma região, sendo que este também pode ser o único comprador de leite dessa determinada localidade. Nesse sentido, a atuação de cooperativas também se torna fundamental a atual cadeia produtiva, tornando-se uma alternativa ao monopólio regional de determinados laticínios. O conjunto de atividades realizadas pelas cooperativas leiteiras brasileiras varia bastante, passando desde os objetivos de negociação coletiva, compra de insumos e atividades como o beneficiamento do leite em plantas próprias (MAIA *et al.*, 2013).

Para Couto (2003) a Região Sul do Brasil é uma das principais produtoras de leite do Brasil, com grande presença da agricultura familiar como principal sistema de produção, em grande parte devido à colonização europeia. Gobbi e Pessoa

(2009) aprofundam essa questão afirmando que, trazendo modos de produção de seus países de origem, a influência de colonizadores europeus também permite observar nessa região uma maior difusão de modernização da agricultura e de estruturas de organização, como o cooperativismo e associativismo, além de maior facilidade na captação de recursos e créditos governamentais do que em regiões que também apresentam grande número de estabelecimentos familiares de agricultura, como o Nordeste.

As mesorregiões do oeste e sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul respondem por mais da metade da produção de leite da Região Sul do Brasil, principalmente por contarem com características propícias ao desenvolvimento da atividade leiteira, podendo-se citar a predominância da mão de obra familiar, clima temperado, estrutura baseada em pequenas propriedades, acesso a crédito subsidiado, como o PRONAF e falta de alternativas mais rentáveis à região (FAUTH e FEIX, 2015). Algumas dessas características privilegiadas estão relacionadas à sua latitude, permitindo o uso de diversas espécies bovinas, o que facilita a adoção do sistema de pastagem, que é mais econômico (SILVA *et al.*, 2008).

Zoccal (2016) vale-se de informações do IBGE para apresentar os dados referentes às maiores regiões produtoras do sul do Brasil. Conforme a autora, no Rio Grande do Sul, 67% do leite foi proveniente da mesorregião do Noroeste gaúcho, que produziu 3,3 bilhões de litros em 2015. Já em Santa Catarina, a mesorregião do Oeste do estado produziu 2,4 bilhões de litros por ano, representando 75% da produção de todo o Estado. Por fim, no Paraná, destacam-se as mesorregiões Oeste e Sudoeste, que, juntas produziram aproximadamente 2,3 bilhões de litros de leite em 2015, totalizando cerca de 50% da produção do estado. A Figura 4 apresenta a disposição geográfica das mesorregiões citadas junto às suas respectivas produções em 2015.

Figura 5 – Disposição geográfica das mesorregiões do sul do País com maior volume de produção leiteira em 2015



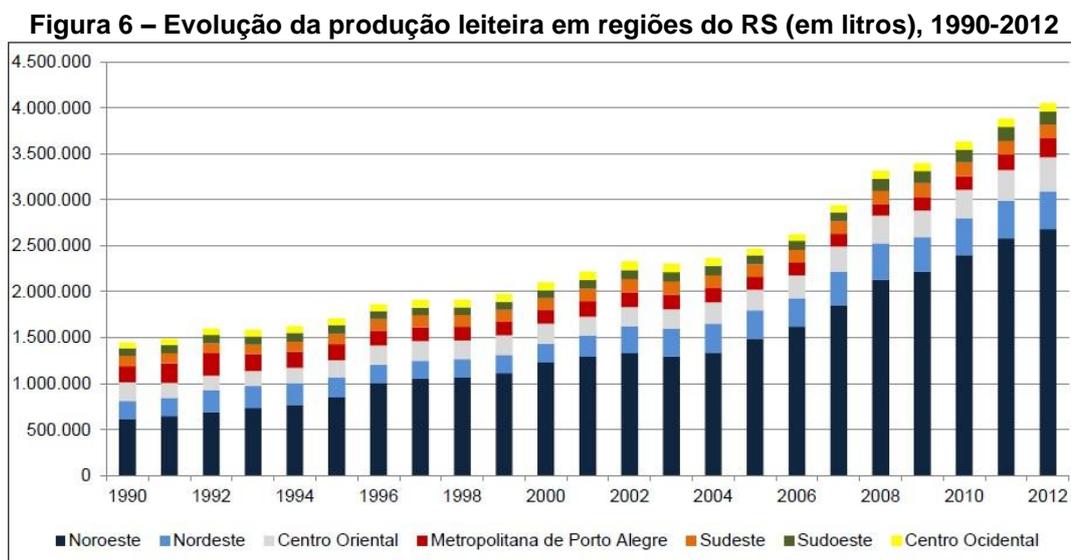
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Portal G1 Globo - Santa Catarina (2015)

Casari e Tormem (2011) identificam crescimento produtivo nessa região entre 1990 a 2005, aproximadamente 303% nesse período, concluindo a predominância de sistemas de agricultura familiar na região, sendo unanimidade entre os produtores que a atividade leiteira é a que viabiliza a permanência dos mesmos na zona rural. A produção de leite tornou-se atividade indispensável para a composição de renda de um número expressivo de produtores, onde, através de afirmações destes, a atividade leiteira caracterizou-se como a que possuía maior rentabilidade para sua propriedade (CASARI e TORMEM, 2011).

A cadeia do leite do Rio Grande do Sul responde por aproximadamente 8% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária do Rio Grande do Sul (FEIX, LEUSIN JUNIOR, 2015). Seu desempenho é muito importante para o desenvolvimento econômico estadual, já que possui um encadeamento forte com o setor urbano (MONTROYA e FINAMORE, 2010). Fauth e Feix (2015) citam dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referentes a 2013 para afirmar que o conjunto das atividades da indústria de laticínios foi responsável por empregar cerca de 9484 pessoas no Rio Grande do Sul, representando 1,3% do emprego industrial nesse Estado, e 7,7% do emprego da indústria de laticínios no Brasil.

Nos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, a produção leiteira do Rio Grande do Sul aumentou em todas as regiões, valendo-se de ganhos em relação a

produtividade, conforme demonstra a Figura 6. Em 2012, a Mesorregião Noroeste já respondia por dois terços da produção estadual, contando também com aumento do rebanho, enquanto que as demais regiões estabilizaram ou reduziram a quantidade de vacas leiteiras (FAUTH, FEIX, 2015).



Fonte: Adaptado de Fauth e Feix (2015)

Observa-se pela leitura da Figura 6 que a produção de leite natural gaúcho é quase que integralmente destinada para a indústria de leite beneficiado, produtora de bens finais, apresentando assim mínima interligação com outras indústrias do ramo alimentício, demonstrando autonomia no suprimento de insumos. Além disso, a indústria abastece o mercado estadual e é exportadora de líquidos para outros estados brasileiros, evidenciando a posição de vantagem competitiva do Rio Grande do Sul (MONTROYA e FINAMORE, 2005).

A produção de leite no Rio Grande do Sul, conforme estudo conduzido por Noro *et al.* (2006), tem crescido em escala e produtividade nos últimos 20 anos, principalmente em bacias leiteiras ligadas as cooperativas, que são responsáveis pela captação da maior parte do leite. É uma atividade predominante em pequenas propriedades no Rio Grande do Sul, havendo grande representatividade de estabelecimentos com área aproximada de 20 hectares (CASTRO *et al.*, 1998).

Em estudo conduzido no ano de 2015, o Instituto Gaúcho do Leite (IGL) identificou que a produção leiteira se apresenta em 94% dos municípios do Rio Grande do Sul, sendo o tamanho médio das propriedades de 20 hectares e 95% dos produtores gaúchos considerados agricultores familiares. A pesquisa também

apontou que o número de produtores que estão ligados a cadeia do leite no estado é de 198.817 indivíduos e o volume de leite produzido é de 4,6 bilhões de litros por ano, o que equivale a uma média de 12,62 milhões litros/dia. O tamanho do rebanho leiteiro gaúcho é de 1.427.730 vacas predominando as raças holandesa (60%) e Jersey (16%). Além disso, o estudo indicou que, em sua maioria, a produção assume dois viesses, onde 51% dos produtores produzem o leite apenas para consumo familiar e 42,4% deles vendem leite cru para indústrias, cooperativas ou queijarias. Do total daqueles que comercializam ou processam, 45,3% deles produzem até 100 litros de leite ao dia (IGL, 2015).

Neto e Basso (2005) afirmam, ainda, que no Rio Grande do Sul predominam dois sistemas agrários, sendo a pecuária extensiva nas áreas de campo e a produção através da agricultura familiar em áreas com predominância de floresta. Justamente, as regiões com maior produção de leite no estado são onde predominam sistemas de agricultura familiar, em regiões com origens coloniais. Portela *et al.* (2002) frisam que a produção em estrutura familiar permite menor escala de produção e possibilita maior facilidade na absorção de crises de mercado, entre outras características, sendo que tal estrutura se viabiliza, pois, a produção em grande escala de leite não se torna interessante a produtores que possuem grandes porções de terra, sendo que estes dão preferência ao cultivo extensivo de grãos em detrimento do leite. Assim, os grandes agricultores são muito menos estáveis na bovinocultura do leite (NETO e BASSO, 2005).

Em estudo conduzido por Wagner, Gehlen e Weist (2004), que teve como objetivo identificar o padrão tecnológico, organização sistêmica da propriedade, inserção no mercado entre outras características de propriedades localizadas no RS, concluiu que os produtores aumentaram a produtividade e qualidade do leite através de investimentos realizados na década de 1990 em virtude das transformações ocorridas no mercado, no comportamento dos consumidores e no âmbito tecnológico. Porém, a generalização de propriedades e condições de aumento da escala recomendados pelas grandes indústrias de leite teria um efeito ruim tanto socialmente quanto economicamente para ao desenvolvimento rural, tirando os pequenos produtores e grupos familiares do mercado (NETO e BASSO, 2005)

A região Noroeste do RS é responsável por grande parte do leite produzido no RS (NORO *et al.* 2006; JANTSCH *et al.*, 2011; ZANELA *et al.*, 2006), sendo que

apresenta características de multifuncionalidade, uma vez que um indivíduo realiza diversas funções dentro da propriedade, levando em conta que existem diferentes tipos de produção na região, frisando-se sistemas onde predomina a diversificação, produzindo-se leite, mas ao mesmo tempo plantando-se milho, soja, pastagens, sistemas que dividem espaço com a suinocultura, avicultura e também sistemas focados apenas na atividade leiteira (JANTSCH *et al.*, 2011). Segundo Fauth e Feix (2015), com a saída de várias cooperativas leiteiras da região na última década, tendo estas se encaminhado para a cadeia de grãos, a alternativa encontrada pelos produtores locais foi a de se organizar em cooperativas menores, a fim de gerar vantagens na comercialização da matéria-prima para a indústria de laticínios.

2.3 Agricultura familiar

O conceito de agricultura familiar, no Brasil, é relativamente recente, uma vez que está em constante evolução, recebendo diversas conotações, como campesinato e agricultura de subsistência. Como características da agricultura familiar, Neto e Basso (2005), Couto (2003) e Gobbi e Pessoa (2009) definem que esta caracteriza-se pela família ser proprietária da terra e dos meios de produção, assumindo o trabalho no seu estabelecimento produtivo, assegurando-se a alimentação da família através do próprio processo de diversificação de cultivo. O tamanho da propriedade é estabelecido pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho, associado a tecnologias e meios dos quais dispõe (NETO e BASSO, 2005). Schneider (2001) diz que esta pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra, ligados por laços de parentesco entre si, podendo pertencer a esse coletivo membros não consanguíneos. O coletivo, a família, organiza a produção e gerencia a propriedade, estabelecendo estratégias individuais e coletivas que visem garantir a reprodução social. Além disso, Denardi (2001) frisa o fato de a gestão da propriedade, como, por exemplo, dos meios produtivos e fluxos financeiros, ser realizada pelo próprio núcleo familiar, podendo contar ou não com a terceirização de atividades.

Chayanov (1974) *apud* Baiardi (2014) afirma que, no sistema de produção familiar, o cálculo de lucro capitalista, estritamente falando, estaria ausente, uma vez

que o produtor familiar não raciocina da mesma forma que o capitalista, valendo-se de um raciocínio tal qual um trabalhador independente, esperando uma recompensa por esforço realizado previamente, com base no trabalho de sua família. Nesse sentido, Sabourin (2014) colabora afirmando que o desenvolvimento econômico da agricultura familiar passa também pela sua organização para acessar mercados, enfrentando a extensão generalizada de troca capitalista, tendo também como função dialogar com o Estado mediante novos instrumentos de políticas públicas. O autor ainda ressalta que uma das funções centrais do Estado consiste em promover políticas capazes de reconhecer e de separar o princípio de troca capitalista daquele de reciprocidade, regulando assim a articulação entre os dois sistemas, o que seria benéfico pela valorização proporcionada aos pequenos produtores, pagando preço justo pelo que desenvolvem, ao invés destes serem submetidos ao sistema capitalista, que acaba por expô-los a grande competição, muitas vezes inviabilizando sua produção. Tais formas de organização permitem garantir o desenvolvimento de relações e estruturas econômicas e sociais baseadas na reciprocidade, contribuindo para a constituição de valores humanos de responsabilidade, confiança e amizade, sendo estes valores éticos construídos.

Sobre a sua organização, levanta-se que a situação atual da agricultura familiar brasileira resulta de um processo histórico, passando por diversas transformações, ficando, por um bom tempo, a margem dos investimentos governamentais, preocupados em direcionar esforços aos grandes latifúndios e à produção de bens para exportação. De igual forma, a modernização da agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 1970 colaborou com o êxodo rural, uma vez que privilegiou as *commodities* destinadas ao mercado externo (MATTEI, 2014). As transformações no setor agrícola brasileiro, levando em conta a modernização desta, não foram inclusivas do ponto de vista social, uma vez que a grande maioria dos estabelecimentos familiares ficou à margem desse processo. Tal fenômeno pôde ser observado em todo o País, mas a exclusão foi mais perceptível em determinadas áreas, sendo maior no interior de certas regiões do que em outras (BAIARDI, 2014).

Após a atuação de movimentos sociais ligados ao campo, liderados principalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a agricultura familiar emergiu na década de 1990, passando a fazer

parte da pauta de esforços governamentais. O governo reconheceu o potencial e capacidade da agricultura familiar de se adaptar a situações diversas e contribuir para o desenvolvimento econômico, sendo que os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais devem ser levados em conta na busca de soluções não excludentes visando o desenvolvimento local (CARNEIRO, 1997). Durante os últimos vinte anos, pôde-se observar a afirmação da agricultura familiar no Brasil, onde, até então, imperava uma ideia de precariedade estrutural dessa forma de social de organização, estando, inclusive, as políticas públicas baseadas em ações compensatórias, estando os atores sociais marcados pelo estigma da pobreza (ANJOS e BECKER, 2014).

Ainda sobre sua organização, Conterato, Gazolla e Schneider (2007) classificam os agricultores familiares em três tipos distintos, onde a diferenciação ocorre no aspecto econômico-produtivo, ocasionando reflexos na reprodução dos indivíduos e de seu grupo familiar. Conforme os autores, podem ser entendidos como a) monoativos - grupo trabalha exclusivamente na agricultura; b) pluriativas – ao menos um membro da família dedica-se ao exercício de outras atividades além das agrícolas e c) pluriativas de base agrária – famílias em que ao menos um dos membros exerceu atividades de caráter agrícola, como prestação de serviços de maquinaria em épocas de plantio e colheita.

Nesse sentido, a pluriatividade se apresenta como importante estratégia para as famílias de agricultores, principalmente para aquelas que acabam ficando excluídas e à margem dos processos de modernização da agricultura e tecnificação, conseguindo, assim, elevar seus rendimentos de forma considerável se comparado à monoatividade. Esta não é uma realidade apenas de países ricos e desenvolvidos, sendo bastante comum no território brasileiro. Pode ser caracterizada como situações em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a desempenhar variadas atividades econômicas e produtivas, mas não necessariamente ligadas a agricultura e cultivo, e executadas cada vez menos dentro da propriedade rural (SCHNEIDER, 2006). Já a pluriatividade de base agrícola sintetiza-se como uma forma de geração de renda disponível basicamente aos agricultores que possuem acesso a tecnologias e equipamentos, conseguindo, dessa forma, ascender socialmente mais que a maioria (CONTERATO; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

A conquista de mercado por parte dos produtores de base familiar gera impacto favorável principalmente às regiões do interior do país, evitando o êxodo rural através da geração de trabalho e renda, tornando-se um instrumento de desenvolvimento social (GOBBI, PESSOA, 2009). Neto e Basso (2005) afirmam que, é possível enxergar a diferença proporcionada pela geração e divisão de renda em áreas com predominância da pecuária e agricultura familiar, onde também ocorre um fácil acesso a terra, resultando na ampliação da renda e em melhores condições à população da região em que está inserida.

Na visão de Schneider (2006) também se torna importante compreender a resiliência das formas familiares e sua capacidade de adaptação e interação com o sistema e ambiente social e econômico em que se inserem. O ambiente, formado por instituições, fornece estímulos e determina os limites e possibilidades, influenciando suas decisões e estratégias. Essas relações podem ocorrer por meio de relações com Estado e Organizações Não governamentais, através do acesso a mercados de produtos, mercado de trabalho, acesso a informações e inovações tecnológicas, relações inerentes ao desempenho de sua função. Conforme o autor, reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares é complexa e depende do relacionamento com o ambiente e espaço em que estão inseridas. Assim, a reprodução não é simplesmente o resultado da vontade individual ou do coletivo familiar, mas, predominantemente, resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e destes com o ambiente social. O que explica a resiliência de algumas famílias e a desagregação de outras é a própria natureza da família, pois, conforme Schneider (2006), as decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico em relação às condições materiais e o ambiente social e econômico são vitais e capazes de definir as trajetórias e estratégias que viabilizam ou não a sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. Nesse sentido, o grupo familiar assume papel crucial no processo de tomada de decisão, seja visando sua sustentabilidade e manutenção no campo, ou até mesmo definições que impactem no êxodo da família.

Versando sobre a sustentabilidade produtiva do modelo de base familiar, Wagner, Gehlen e Wiest (2004) defendem-no, principalmente em virtude da diversificação de fontes de renda, através de outras criações e culturas, o que dá amparo para que permaneçam nesse modelo e no meio rural. Essa visão se reforça

quando, tratando sobre os impactos de um desenvolvimento baseado em poucas vertentes, e relatando a análise sobre o desenvolvimento agrícola e da agricultura familiar na região do Alto Uruguai/RS, Conterato, Gazolla e Schneider (2007) afirmam que o modelo produtivista seguido na região acabou por gerar uma situação de crise, denominado por Conterato (2004) como “sojicização”, já que a introdução da monocultura da soja, valendo-se da produção em escala, acabou por sufocar os produtores de base familiar. Nesse contexto, uma das visões explanadas afirma que os agricultores que se modernizarem tecnologicamente e estão inseridos na produção de *commodities* são altamente dependentes dos monocultivos e preços internacionais destes, tendo ainda custos crescentes em razão das novas tecnologias necessárias e impactos ambientais causados pelo uso de herbicidas, adubos químicos, fungicidas, entre outros. Essa dependência dos agricultores e da economia local pautada apenas no produtivismo e na ideia de crescimento representa um risco social para os indivíduos, tornando ambos vulneráveis a situações como estiagens e instabilidades dos mercados de produtos agropecuários.

Na visão de Baiardi (2014) as mudanças que houveram em todo o País no âmbito da organização produtiva da agricultura familiar tornaram-na mais integrada aos mercados, visando obter resultados econômicos crescentes, existindo elementos que sugerem a viabilidade econômica e estabilidade da agricultura familiar no Brasil, papel este que se pode averiguar em países desenvolvidos. Nesse sentido, Conterato, Gazolla e Schneider (2007) citam como resultado da modernização da agricultura, inclusive em territórios com predominância da estrutura familiar, a mudança na base técnico-produtiva e um processo crescente de integração mercantil e especialização produtiva, o que gera aumento da mercantilização da agricultura. A mercantilização, por sua vez, ocasiona a redução da autonomia das famílias rurais e sua inserção crescente em circuitos onde as trocas mercantis são predominantes, tornando as estratégias de reprodução social cada vez mais subordinadas e dependentes, ampliando a interação mercantil com o ambiente econômico e social externo. Essa dependência, por fim, faz com que as tarefas que eram inicialmente coordenadas pelo próprio agricultor também passem a ser coordenadas por esses intercâmbios mercantis. A mercantilização não significa o enfraquecimento da agricultura familiar, mas o que deve ser levado em conta é o ambiente em que esse processo ocorre e como as famílias passam a coordenar

suas ações, visando a elaboração de estratégias para sua reprodução social (CONTERATO; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

Para Abramovay e Veiga (1999), a agricultura familiar exerce papel fundamental no que diz respeito à segurança alimentar e ocupação da população rural. Além disso, o portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - (2016) cita que, no Brasil, o setor engloba 4,3 milhões de unidades produtivas, o que representa 84% do total destas, e 14 milhões de pessoas ocupadas, representando cerca de 74% do total das ocupações, distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total). A produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para as populações urbanas, locais, garantindo a segurança alimentar e nutricional (EMBRAPA, 2016). Ainda, em 2006 os estabelecimentos de agricultura familiar eram responsáveis por 58% do total de leite produzido, demonstrando a importância das pequenas escalas produtivas para o cenário nacional do leite (MAIA *et al.*, 2013).

Assim, a pecuária leiteira caracteriza-se como uma das principais atividades realizadas em sistemas de produção familiar. Para Couto (2003) o rebanho leiteiro é importante para a identidade cultural do produtor familiar, principalmente relacionando-se com a terra, o trabalho e a própria família, sendo que, tendo uma vaca leiteira, sentem-se um agricultor de verdade. Neto e Basso (2005) afirmam que, é possível enxergar a diferença proporcionada pela geração e divisão de renda em áreas com predominância da pecuária e agricultura familiar, onde também ocorre um fácil acesso à terra. Nessas regiões com predominância da agricultura familiar, a produção leiteira constitui-se como uma atividade básica, principalmente em pequenas e médias propriedades. Segundo a percepção de Costa *et al.* (2015) a produção leiteira na ótica da agricultura familiar, em sua maioria, não utiliza critérios ligados a rentabilidade econômica, as decisões são baseadas em experiências pessoais dos empresários rurais, limitando o uso racional de recursos. Por outro lado, Gobbi e Pessoa (2009), afirmam que os agricultores de base familiar se mostram mais eficientes que os agricultores patronais e de grande escala, uma vez que produzem mais com menos recursos provenientes de créditos rurais.

Um dos motivos dos pequenos produtores organizarem-se em relação à produção leiteira é o fato de que essa cultura é adaptável a diferentes condições ecológicas, mudanças climáticas e socioeconômicas, pois permite a viabilidade

através de diferentes escalas e sistemas de produção, diferente de outras produções animais, como a suinocultura e avicultura, onde se pressupõe a existência de estruturas tecnológicas e exigências de agroindústrias receptoras da produção (NETO, BASSO, 2005; GOBBI, PESSOA, 2009). A escolha da atividade leiteira se deve ao fato dela garantir a subsistência e obtenção de renda dos produtores, contribuindo efetivamente com sua permanência no campo, junto de suas famílias (CHRESTANI *et al.*, 2008). Além disso, Santos Filho (2009) colabora ao afirmar que a atividade leiteira fornece a opção de não dependência de uma ou duas safras anuais, contribuindo para a entrada mensal de dinheiro e estabilidade financeira das famílias, sendo que o produtor pode contar com a venda dos animais e o esterco que pode ser utilizado como adubo dentro da propriedade

Em pesquisa conduzida com o intuito de levantar dados e características das propriedades rurais e produção de leite no Rio Grande do Sul, constituídas em sua maioria por base produtiva familiar, o IGL (2015) afirma que, apesar de evidências que demonstram crescimento na produção leiteira do estado, existem dificuldades que permeiam a cadeia leiteira gaúcha. O estudo aponta principalmente a falta de mão de obra e a ausência de sucessão familiar nas propriedades, mas também cita outros empecilhos ao setor, como dificuldades no acesso ao crédito, o preço de leite e o desinteresse das indústrias na compra.

Bueno *et al.* (2004) destacam que os pequenos produtores de leite são sensíveis a alterações nos preços dos insumos relevantes à produção, sendo que reduzem a sua produção quando custos como mão de obra e alimentação do rebanho são reajustados. Colabora com isso a informação de que os custos variáveis de produção nacional do leite, a curto prazo, são baixos, mas os pequenos produtores acabam obtendo lucros menores em virtude de sua baixa escala de produção (MONTROYA e FINAMORE, 2005). Como forma de minimizar esses impactos e promover uma forma mais organizada de participação no mercado, Costa *et al.* (2015) destacam a organização dos produtores, principalmente os que utilizam base familiar de produção, através de cooperativas, centralizando a produção e proporcionando maior poder de venda e negociação junto a compradores e vendedores de insumos, necessários ao manejo do rebanho.

Os padrões técnicos e de eficiência produtiva das unidades de agricultura familiar costumam, de acordo com Neto e Basso (2005), ficar aquém dos padrões

tomados como referência por representantes de segmentos da cadeia produtiva leiteira, principalmente por essas unidades possuírem limitações quanto suas estruturas e manejo do rebanho, em questões ligadas à alimentação fornecida aos animais em termos de energia e proteínas, evidenciando a necessidade de adoção de novas tecnologias e controles, situações em que a organização através de cooperativas pode contribuir positivamente.

Como forma de minimizar impactos externos do mercado e promover uma forma mais organizada de participação no mercado, Costa *et al.* (2015) destacam a organização dos produtores, principalmente os que utilizam base familiar de produção, através de sindicatos e, em diversos casos, cooperativas, centralizando a produção e proporcionando maior poder de venda e negociação junto a compradores e vendedores de insumos, necessários ao manejo do rebanho.

Focando no debate sobre as políticas públicas brasileiras voltadas à produção familiar, pode-se dizer que estas demonstram evolução com o passar do tempo. Conforme Stoffel e Colognesse (2005), a modernização da agricultura ditou um novo padrão de produção, refletindo esse processo no surgimento de novas demandas e tornando-se necessário uma nova formatação no que diz respeito às tecnologias e às políticas públicas. A adequação a esse modelo de produção agroindustrial foi o marco da passagem de uma técnica produtiva tradicional para um modelo de alta produtividade.

A Constituição de 1988, segundo Mattei (2005), passou a considerar novas possibilidades e mecanismos de organização das políticas públicas, objetivando o acesso universal aos recursos públicos de forma igualitária a todos os seus potenciais beneficiários. Segundo Pitaguarí e Lima (2005), as políticas públicas voltadas para as atividades produtivas possuem o papel de distribuir recursos em benefício de viabilizar a produção agrícola através da redução dos custos e aumento, qualificação da estrutura e melhoria da qualidade. As políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar podem ser fatores determinantes para minimizar as dificuldades presentes nesse segmento. O fato da agricultura familiar possuir por característica a dificuldade de acessar recursos, implantar tecnologias e competir no mercado, justificam a sua dependência da esfera pública onde esse fator determina o desenvolvimento local nos aspectos econômico e social.

2.4 Políticas Públicas voltadas à agricultura familiar e produção leiteira

Para superar os grandes desafios presentes na trajetória da agricultura familiar no Brasil, é vital que hajam políticas públicas atuantes que possibilitem a continuidade da produção nesses estabelecimentos. Os estabelecimentos da agricultura familiar demandam uma atenção especial por parte do poder público devido às fragilidades e a dependência que esses apresentam em relação aos outros segmentos produtivos. O êxodo rural ainda impacta negativamente nas propriedades da agricultura familiar brasileira, onde a saída encontrada por muitas famílias foi de abandonar o campo, migrando para as cidades, ou atrelar sua atividade aos grandes complexos agroindustriais, valendo-se de contratos de integração vertical (ANJOS; BECKER, 2014). E, dessa forma, a atuação do Estado é determinante para minimizar esse fenômeno e para garantir a prosperidade e desenvolvimentos nestes estabelecimentos (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Porém, na visão de Conterato, Gazola e Schneider (2007), o fortalecimento da agricultura familiar não se restringe à dependência apenas da ampliação da sua legitimidade política e formal, mas também de alterações que possam reduzir a sua dependência e vulnerabilidade, onde as políticas públicas possuem papel fundamental para atingir esses propósitos.

A distribuição espacial e o fluxo migratório são aspectos característicos da agricultura familiar brasileira. A definição da conceituação da agricultura familiar, quando da implantação das políticas públicas, está relacionada a uma dada delimitação social. Isso se torna um percalço, uma vez que, conforme Navarro e Pedrosa (2014), o Brasil rural sofre de problemas em relação à homogeneização de tratamento dado às propriedades e grupos de produtores, onde os processos de seletividade social tem-se acentuado fortemente, esvaziando, gradativamente, o campo brasileiro da força de trabalho e gerando o envelhecimento das famílias rurais que permanecem como moradoras das regiões rurais. Um erro em relação à utilização da expressão, bem como das políticas desenvolvidas para o grupo, tem sido a generalização desse termo, como se os pequenos produtores vivessem situações similares do ponto de vista produtivo e econômico, o que é um equívoco, perante a disposição geográfica do Brasil, com realidades e territórios diferentes,

distinção no acesso a mercados regionais, englobando comportamentos sociais distintos. Os pequenos produtores brasileiros vivem situações extremamente diferentes, para as quais torna-se necessárias políticas diferenciadas a cada região e realidade, bem como ações sindicais distintas (NAVARRO; PEDROSO, 2014). Nesse sentido. Reforça-se que a atribuição dos conceitos está baseada em critérios, muitas vezes, genéricos, como o tamanho da propriedade, a renda, a participação da mão-de-obra e a forma de gestão da propriedade (ALTAFIN, 2005).

Abramovay e Veiga (1999) argumentam que a agricultura familiar passa a se fortalecer a partir do momento que o Estado considera esse segmento como peça fundamental para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, o PRONAF, citado anteriormente, foi determinante na transferência de renda para a agricultura familiar. Tal programa tornou viável, conforme Bianchini (2005), a análise e os estudos proferidos sobre a agricultura brasileira, aliada a as contribuições da FAO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em estabelecer parâmetros norteadores para a construção das políticas públicas sensíveis as especificidades dos distintos tipos de agricultores familiares presentes no Brasil, possibilitaram estruturar e qualificar um tratamento de forma mais igualitária aos produtores.

O PRONAF foi uma conquista dos movimentos sindicais e dos trabalhadores rurais. Schneider (2006) afirma que, a partir do surgimento do programa, em 1996, o sindicalismo rural brasileiro passou a enfatizar a defesa de propostas que contemplassem ainda mais o compromisso do Estado com essa categoria social, necessária de políticas públicas específicas, como juros menores, apoio institucional, etc. O programa é resultado da atuação legítima do Estado em benefício de uma classe social, nesse caso os agricultores familiares, que historicamente sofre com a marginalização em relação ao acesso a benefícios das políticas agrícolas (DENARDI, 2001). As diretrizes do PRONAF tiveram como base experiências europeias, principalmente francesas, onde foram implementadas a modernização da produção agrícola e da sociedade rural no pós-guerra (CARNEIRO, 1997).

De acordo com Silva e Jesus (2010), o PRONAF possui como eixo principal o acesso a crédito para financiar a produção agrícola e infraestrutura. O financiamento da produção é constituído por linhas de crédito distribuídas em cinco categorias de beneficiários. A definição e a classificação das categorias são

determinadas pelo agrupamento das diferentes características dos agricultores familiares brasileiros. Conforme Fernandes (2013) o PRONAF ao surgir foi inovador, tendo o objetivo de atender as necessidades e viabilizar a produção da agricultura familiar, frisando a relevância desse segmento produtivo para o sistema agropecuário brasileiro. Esse programa possibilitou o fortalecimento das pequenas propriedades e qualificou a qualidade de vida do homem do campo.

A agricultura familiar brasileira, assim como ocorre nos países desenvolvidos, é dependente da ação do Estado para garantir a sustentabilidade da atividade e manter os agricultores no campo, evitando o êxodo rural. Esse propósito só pôde ser alcançado através da implantação de um programa de crédito dirigido aos agricultores familiares em benefício de inserir esse segmento como uma classe social no cenário econômico, desmistificando a visão que se tinha da agricultura familiar no Brasil.

O objetivo do PRONAF esteve atrelado à necessidade de fortalecer a competitividade da agricultura familiar em contrapartida ao agronegócio. Através da oferta de crédito buscava-se atender às necessidades produtivas e estruturais das propriedades, além de aliar esforços por meio de ações estatais e municipais em benefício de eliminar os gargalos que impediam o desenvolvimento do meio rural onde se encontrava presente a produção familiar (BUIANAIN, 1999). Os resultados obtidos a partir da implantação do programa podem ser analisados em duas fases distintas. A primeira fase abrange o período de 1996 a 1999, período em que ocorreu a sua implantação. Essa primeira fase contou com a disponibilidade de um aporte de recursos que alcançou R\$ 1.896 bilhões, porém desse montante, apenas R\$ 313 milhões foram efetivamente distribuídos e investidos nas propriedades. Esse resultado revelou a ocorrência do direcionamento do crédito para outro público que obtinha estruturas produtivas anuais (MATTEI, 2005). Entre o período de 1999 a 2002, o volume de recursos ficou em torno de dois bilhões. Os recursos tiveram expansão a partir do ano de 2003 e sucessivamente no de 2004 onde o volume triplicou em comparação com ano de 1999. A agricultura familiar no ano de 2005 obteve a disponibilidade de R\$ 7 bilhões, já a agricultura patronal, nesse mesmo ano, obteve a oferta de 50 bilhões (VEZZALI, 2007).

O PRONAF em sua segunda fase, após o ano de 2000 passou a apresentar melhores resultados no que diz respeito a sua abrangência e distribuição uniforme.

Isso foi possível pelo fato da reformulação dos critérios de classificação dos agricultores quando, da captação do recurso, passou-se a considerar para a seleção a definição de quatro modalidades para classificação da renda. Esse método possibilitou ampliar consideravelmente o número de contratos e uma distribuição mais igualitária dos recursos que entre os anos de 1999 e 2004 houve a ampliação em 100% dos contratos. Desde sua criação e implantação no ano de 1996, o PRONAF carece de informações sobre sua efetividade. Ainda são superficiais as informações pertinentes a abrangência e os resultados que o programa proporcionou para a agricultura familiar brasileira (MATTEI, 2005).

Conforme o Plano Safra 2016/2017, o PRONAF, a partir de suas linhas de financiamento, possibilita o fortalecimento da agricultura familiar viabilizando a produção, o consumo e acesso ao mercado de forma a garantir a manutenção e sobrevivência do núcleo familiar. O aporte financeiro garante a geração, a ocupação e a diversificação produtiva ocasionando a agregação de valor (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

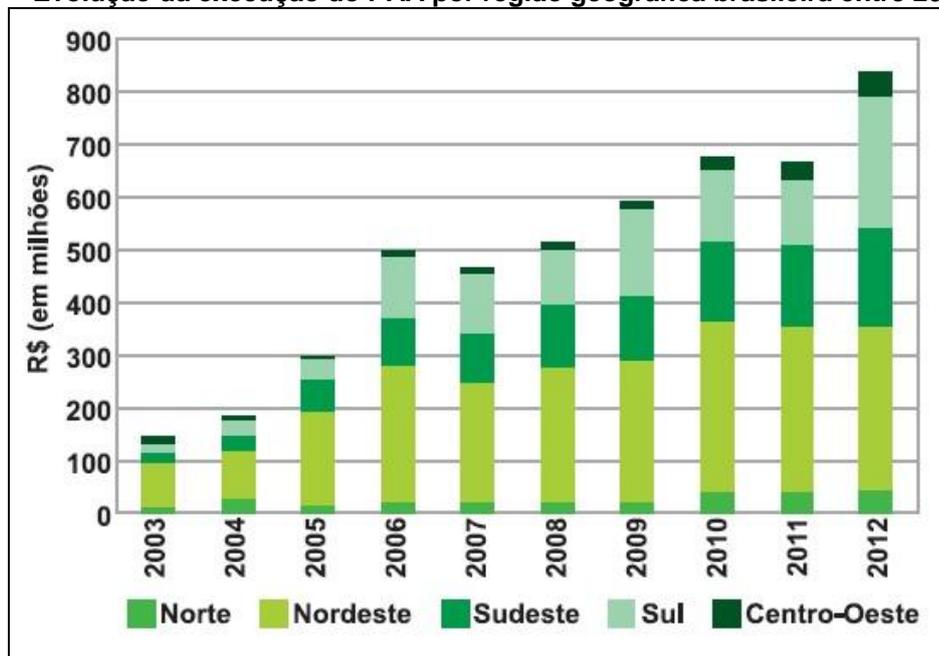
De acordo com Schneider *et al.* (2004), foi a partir dos estudos da FAO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1999, que houve a recomendação de uma nova consideração dos agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF. A consideração de novos procedimentos na oferta do crédito reestruturou os critérios em benefício a atender a carência de cada um dos segmentos de produção. Passou-se a considerar grupos que anteriormente não eram beneficiados com o programa, foram incluídos os agricultores da reforma agrária, agricultores amparados pelo Fundo de Terras.

Para obter acesso às linhas de crédito ofertadas pelo PRONAF, o Plano Safra 2016/2017 determina que os agricultores devam observar os critérios estabelecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar. Os critérios de seleção são definidos, por exemplo, pelo tipo de exploração, o tamanho da propriedade e a composição da renda anual (MDA, 2016).

O microcrédito tem grande importância dentro da dinâmica do desenvolvimento rural e da agricultura familiar, constituindo-se como alternativa a este grupo, uma vez que muitas vezes não conseguem acessar outros canais de financiamento. Isso evidencia-se principalmente em regiões onde prevalece o sentido de cooperação, caracterizada pela mobilização e ação política dos

agricultores, criando formas institucionalizadas de buscar o fortalecimento da agricultura familiar e melhorar os índices de desenvolvimento, não só através do cooperativismo de crédito, mas também o de produção (CONTERATO; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007). O período posterior à implementação do PRONAF representam mais avanços para a agricultura familiar, evidenciando-se através da criação, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), caracterizada como política pública onde o governo federal assegura a compra antecipada dos produtos da agricultura familiar, destinados aos beneficiários consumidores, como asilos, creches, albergues, hospitais, entre outros, adquirindo alimentos sem a necessidade de licitação, a preços de referência (ANJOS; BECKER, 2014). A Figura 7 representa a evolução, de forma geral, da execução financeira do PAA, demonstrando a concentração dos recursos nas regiões Nordeste e Sul, o que pode ser explicado pela alta concentração de estabelecimentos familiares oriundos dessas regiões (ANJOS; BECKER, 2014).

Figura 7 – Evolução da execução do PAA por região geográfica brasileira entre 2003 e 2012



Fonte: Anjos e Becker (2014)

Tratando sobre políticas de apoio a atividade leiteira e a agricultura em pequenas propriedades no Rio Grande do Sul, Jantsch *et al.* (2011) citam a existência do programa Rede Leite, que atende esse público em alguns municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul. Fauth e Feix (2015) frisam a criação do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do Rio Grande do Sul

(Fundoleite-RS) em 2013, com objetivos relacionados: a) a promover o fortalecimento entre setores público e privado da cadeia produtiva leiteira, b) gerar qualificação na produção de leite, c) ampliar os mercados consumidores de leite e produtos lácteos e d) melhorar a renda de agricultores familiares inseridos na atividade leiteira, sendo que o fundo é formado a partir de cobrança de taxas sobre a quantidades produzidas por laticínios.

Já Costa *et al.* (2015) e Maia *et al.* (2013) destacam como política pública de apoio do governo aos produtores leiteiros o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), disponível a nível nacional, oferecendo taxas de juro variável entre 0,1 a 0,5% a.a. como apoio a produção leiteira, Maia *et al.* (2013) citam o desembolso de cerca de R\$ 690 milhões para modernização e construção de unidades de beneficiamento de leite em cooperativas envolvidas na cadeia leiteira e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) que garante às famílias que utilizam o PRONAF desconto no pagamento do financiamento em caso de baixa de preços no mercado, garantindo que possam continuar trabalhando.

Analisando o PRONAF Investimento, nota-se a sua importância para as atividades ligadas à fruticultura e do leite como estratégias de fortalecimento das pequenas atividades familiares. O leite reforça sua importância em relação a reprodução social e alimentar das famílias rurais, diversificando as estratégias de vivência dos agricultores e possuindo caráter de alternatividade. Os principais empreendimentos financiados na atividade leiteira são a aquisição de ordenhadeiras mecânicas, construção de estábulos para ordenha e de cercas, aquisição de matrizes leiteiras, compra de resfriadores de expansão ou congeladores, entre outros. Através do PRONAF Investimento, isso pode ocorrer de forma direta, como no caso da aquisição das matrizes leiteiras, ou indiretamente como na compra de equipamentos e de pequenas inovações tecnológicas para o desenvolvimento da atividade (CONTERATO; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

Além disso, destaca-se o programa Balde Cheio, desenvolvido pela EMBRAPA, que tem como objetivo a transferência de tecnologia de produção a produtores de leite. Também são desenvolvidos programas ligados ao mercado internacional, principalmente por meio de medidas *antidumping* contra a União Europeia e Nova Zelândia e compromissos firmados em relação a preços com

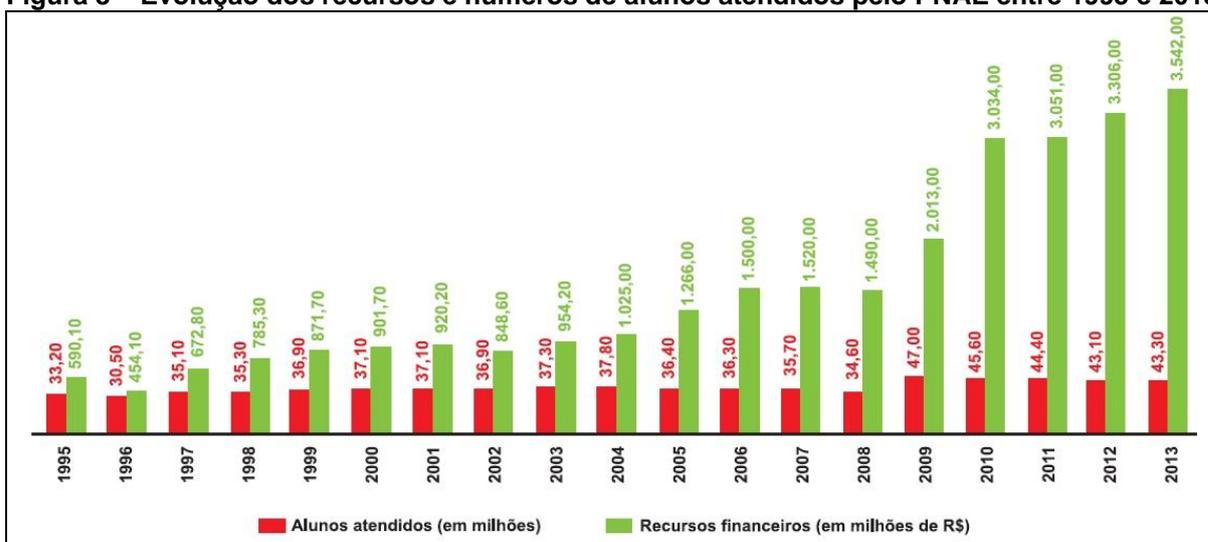
Argentina e Uruguai (MAIA *et al.*, 2013).

Destaca-se também o programa Mais Leite, que faz parte do Plano Mais Pecuária, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O programa Mais Leite tem como objetivo aumentar a produção e produtividade da pecuária brasileira de leite em 40% em um prazo de 10 anos. Para tanto, o foco será na produtividade do rebanho, que, na atualidade, encontra-se na casa de 1417 kg/vaca/ano, buscando-se a meta de produção de 2000 kg/vaca/ano, o que totalizaria uma produção anual de 46,8 bilhões de litros de leite.

O MAPA entende que tais metas poderão ser alcançadas através de ações ligadas ao melhoramento genético dos rebanhos, como a disseminação de genética superior, a ampliação de mercado, incentivando assim o consumo de lácteos e abertura de novas rotas para exportação, a incorporação de tecnologia, qualificando os participantes da cadeia leiteira e apostando no incentivo à incorporação de tecnologia e desenvolvimento de pesquisas, além de focar na segurança e qualidade dos produtos, onde serão desenvolvidos projetos com foco na qualidade do campo e produção leiteira e uma gestão eficiente da fiscalização de produtos de origem animal no país (MAPA, 2014).

Outra política pública que merece destaque é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que existe oficialmente desde 1950, mas passa a adquirir grande importância a partir da Lei nº 11.947 de 16/6/2009, quando fica estabelecido que a alimentação escolar é um direito fundamental, determinando que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal sejam utilizados na compra direta dos produtores da agricultura familiar, priorizando os produtores locais. Também, caso os produtos sejam obtidos através da agricultura orgânica ou ecológica, há o pagamento aos produtores de preço prêmio de até 30% do valor médio praticado regionalmente (ANJOS; BECKER, 2014). A Figura 8 demonstra a evolução do PNAE, baseando-se nos recursos e número de alunos atendidos pelo programa entre 1995 e 2013, sofrendo um incremento de mais de 30% e uma grande multiplicação na aplicação de recursos.

Figura 8 – Evolução dos recursos e números de alunos atendidos pelo PNAE entre 1995 e 2013



Fonte: Anjos e Becker (2014)

Por outro lado, citam-se problemas relacionados aos entraves burocráticos, atraso na liberação dos recursos e fragilidade das organizações que participam do processo, frisando-se, inclusive, resistência dos gestores públicos em relação à modificação de uma cultura estabelecida no âmbito escolar de atribuição superior de valor aos produtos industrializados em relação aos alimentos provenientes da agricultura familiar regional (ANJOS; BECKER, 2014). Os programas têm inegável importância no sentido de valorização da agricultura familiar e da produção proveniente desses estabelecimentos. Porém, ainda se necessita de avanços na remoção dos entraves burocráticos. Além disso, os autores citam a importância de se fomentar a capacitação dos agricultores e agentes envolvidos nesses programas, visando sua pró-atividade na construção de novas redes, superando a dinâmica estrita dos mercados institucionais. Também, Navarro e Pedroso (2014) afirmam que as políticas públicas governamentais têm sido equivocadas em suas interpretações sobre o desenvolvimento agrário brasileiro, muito pelo fato da ação governamental ter sido marcada, em grande parte, por orientações políticas e uma leitura ideológica da realidade, desprezando o conhecimento proveniente da acumulação da pesquisa brasileira sobre o assunto. Por fim, citam-se problemas relacionados aos entraves burocráticos, atraso na liberação dos recursos e fragilidade das organizações que participam do processo, frisando-se, inclusive, resistência dos gestores públicos em relação à modificação de uma cultura estabelecida no âmbito escolar de atribuição

superior de valor aos produtos industrializados em relação dos alimentos provenientes da agricultura familiar regional (ANJOS; BECKER, 2014).

Segundo Troian, Dalcin e Oliveira (2009) a atividade leiteira foi a mais “penalizada” (grifo do autor) pelas políticas públicas, fazendo-se muito pouco por ela numa perspectiva de longo prazo, o que significa auxiliar em suas deficiências estruturais. Por outro lado, muito do que é feito, refere-se ao curto prazo e à busca de resultados imediatos. Também, Conterato; Gazolla e Schneider (2007) observam que, apesar de políticas como o PRONAF serem importantes para a manutenção dos agricultores e no espaço rural, bem como auxiliando-os nas atividades que desenvolvem no interior da unidade, reforçando a produção para autoconsumo e segurança alimentar das famílias, este programa acaba levando os agricultores familiares à especialização produtiva. Isso ocorre porque o produtor acaba plantando o que a política pública financia, sobressaindo-se a produção de grãos e de commodities agrícolas, como milho, soja, trigo, entre outros e, nesse sentido, o programa está voltado a financiar empreendimentos rurais que fragilizam a reprodução social das unidades familiares, levando-as a crescente dependência em relação ao padrão produtivista de desenvolvimento.

O desenvolvimento e adoção de políticas voltadas ao meio rural e uma distribuição de renda descentralizada dos grandes centros urbanos no território gaúcho são elementos importantes para a construção de um modelo de desenvolvimento econômico que garanta maior qualidade de vida a população do RS, pois tais medidas não impactam somente no âmbito do desenvolvimento rural (NETO, BASSO, 2005). Também, falando sobre as políticas públicas existentes, Conterato, Gazolla e Schneider (2007) afirmam que estas estão centradas ao apoio a esfera econômica e produtiva da agricultura familiar, esquecendo-se de considerar a importância social dos grupos familiares, principalmente no que diz respeito a considerar suas características culturais, privilegiar a diversificação dos modos de vivência, assegurar a segurança alimentar e produção para autoconsumo.

2.4.1 Lei do Leite

Outro fator que demonstra a importância da cadeia do leite para a economia do Rio Grande do Sul é a criação da Lei 14.835/16, mais conhecida como Lei do Leite, que, conforme a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul (2017) consiste na Lei que institui o Programa de Qualidade na Produção, Transporte e Comercialização de Leite no Estado do Rio Grande do Sul, buscando elencar medidas para coibir fraudes e adulterações no leite, preservando a saúde pública e ampliando os mercados interno e externo para o insumo. Tal normatização se constitui numa resposta aos frequentes casos de adulteração do leite, constatados no Estado há alguns anos, e que acabaram por gerar repercussão negativa e desconfiança a toda cadeia leiteira. As mudanças propostas pela Lei buscam aumentar a responsabilidade de produtores, indústrias e transportadores de leite sobre a qualidade do produto que chega aos consumidores (MILKPOINT, 2017).

Também, através disso, pretende estender benefícios sociais e econômicos para todos os integrantes da cadeia produtiva leiteira, podendo seus efeitos serem sentidos por todos os estabelecimentos e serviços de inspeção oficial do Estado do Rio Grande do Sul. A Lei, publicada no Diário Oficial no dia 29 de dezembro de 2016, traz mudanças que aumentam o compromisso das indústrias e dos transportadores de leite, principalmente em relação à rastreabilidade e controle do produto que chega aos consumidores. Para os produtores, a Lei não gera mudanças significativas, uma vez que estes já devem seguir a legislação do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa) e a Instrução Normativa Nº 62.

Sobre o histórico da normativa, remonta-se a 2015 quando a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (2017) protocolou o projeto de lei em regime de urgência. Após aprovada, foi construída com apoio de entidades do setor, sendo que seu conteúdo contempla desde a produção, coleta, transporte e comercialização do leite cru, concentrando a fiscalização de todas essas fases apenas em uma lei. Como forma de síntese de seus objetivos, o próprio Artigo 1º da Lei 14835/16 pode ser usado como informação:

Fica instituído o Programa de Qualidade na Produção, Transporte e Comercialização de Leite no Estado do Rio Grande do Sul, que estabelece

medidas de regramento do setor, com os objetivos de coibir fraudes e adulterações no leite, preservar a saúde pública e ampliar os mercados interno e externo, com benefícios sociais e econômicos para todos os integrantes da cadeia produtiva leiteira, estendendo seus efeitos a todos os estabelecimentos e serviços de inspeção oficial no Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Destacam-se alguns itens que compõem a Lei 14.835/16, principalmente os que tangem ao controle e fiscalização, como fato de que somente propriedades que estiverem cadastradas com atualizações nos prazos e formas estabelecidos junto ao Departamento de Defesa Agropecuária podem fornecer leite para a indústria; as obrigações sanitárias das propriedades devem estar regularizadas pela legislação vigente e o envio de leite cru ao posto de refrigeração ou ao estabelecimento de processamento de leite precisa estar de acordo com os padrões estabelecidos nas normas e na legislação vigentes.

A Lei Estadual também define, por exemplo, a carga horária de treinamento destinado aos transportadores de leite cru, preparação que inclui atividades práticas e teóricas, contando com cadastramento dos veículos transportadores, além da implementação de regras para o repasse de informações sobre os fornecedores de leite, sendo que devem estar disponíveis para o Serviço de Inspeção Local e de auditorias nos estabelecimentos e postos de refrigeração (MILKPOINT, 2017). Esses treinamentos devem ser oferecidos pela indústria e comprovados aos órgãos de fiscalização, sendo que esta pode ser feita por fiscais federais, estaduais e municipais, onde os fiscais terão um instrumento legal para abordar os caminhões em trânsito e identificar se está carregando um leite ácido ou fora da temperatura. Também, um cadastro de transportadores deverá ficar disponível no site da Secretaria de Agricultura em que apenas os indivíduos constantes nesse domínio poderão transportar leite. Complementarmente, a empresa vai ter que informar para o órgão a data da capacitação desse transportador, quando foi o último treinamento dele e qual caminhão ele dirige, precisando os transportadores ter vínculos com a indústria (BALDE BRANCO, 2017).

O transporte ainda recebe atenção especial pelo fato de, obrigatoriamente, ter de ser acompanhado de documento para trânsito, indicando os fornecedores de origem, o volume de leite transportado, o destino e a finalidade do leite, valendo-se de um modelo definido pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. Da mesma forma, os locais de transvase devem ser previamente definidos e informados à autarquia e georreferenciados, além de obedecer a normas ambientais, sem

colocar em risco a segurança da matéria-prima transportada. Por outro lado, medidas como a permissão de captação de leite por um caminhão com dois tanques acoplados representa um ganho logístico considerável para a indústria, ajudando na inclusão de mais produtores na cadeia, uma vez que o sistema viabiliza a coleta em propriedades mais distantes (MILKPOINT, 2017).

A normativa prevê a aplicação de multas em todos os elos da cadeia, de forma que também transportadoras e quaisquer outros membros da cadeia produtiva que desrespeitarem a legislação respondem penalmente pelas ocorrências. As multas variam de R\$ 8,5 mil a R\$ 34 mil para os produtores que venham a sofrer alguma punição, e de até R\$ 340 mil para a indústria, ou ainda maiores se forem considerados alguns agravantes previstos na lei (BALDE BRANCO, 2017).

2.5 Opções de estratégias de desenvolvimento que podem ser adotadas pelos produtores de leite

Através de seu trabalho junto à pequena propriedade, o produtor rural acaba tendo de elaborar estratégias para viabilizar sua produção, permanência no campo e ampliar sua competitividade. Torna-se importante, nesse sentido, levantar o que a literatura aborda sobre os conceitos de estratégia e como estas são desenvolvidas pelos produtores de leite.

Conforme Mintzberg e Quinn (2001) estratégia pode ser definida como um plano, uma rota, um curso de ação conscientemente elaborado para guiar a organização através do tempo, sendo que, baseado nessa definição, as estratégias têm duas características essenciais: a) são preparadas de maneira prévia às ações para as quais se aplicam e b) são desenvolvidas consciente e deliberadamente. Peter e Certo (2008), definem estratégia como um curso de ação para garantir que a organização alcance seus objetivos. Estratégia trata-se de um conceito de grande emprego acadêmico e empresarial, dotado de uma grande amplitude e diversificação. Porém, cabe aos gestores e administradores a adoção de estratégias adequadas, frente ao universo de possibilidades existentes. Para Bethlem (2004), o conceito de Estratégia e as ações relacionadas a ele, precisam ser aprendidos pelos atores, bem como adotados por eles como válidos e úteis. Aprender o conceito de

estratégia relaciona-se à saber utilizar, saber aplicar. Logo, o autor complementa citando que, sem saber utilizar um conceito, não há como aplicá-lo.

Mintzberg (2004) afirma que a estratégia é também um padrão, consistência em comportamento ao longo do tempo, num processo em que as organizações aliam a definição de planos para o futuro e extraem padrões de seu passado. Segundo Oliveira (2005), a estratégia está relacionada à arte de utilizar, adequadamente, os recursos físicos, tecnológicos, financeiros e humanos, tendo em vista a minimização dos problemas e a maximização das oportunidades. Ansoff (1990) caracteriza estratégia como regras e diretrizes para decisão que orientem o processo de desenvolvimento da organização. Oliveira (2005) afirma que um dos aspectos mais importantes no processo estratégico é a escolha da estratégia, e, normalmente, escolhe-se a que representa a melhor interação entre a organização e o ambiente, de acordo com a situação desta, sendo que podem estar voltadas à sobrevivência, manutenção, crescimento ou desenvolvimento. Mintzberg e Quinn (2001) sugerem que as principais subatividades da formulação de estratégia incluem a identificação das oportunidades e ameaças no ambiente da organização, adicionando alguma estimativa ou risco às alternativas discerníveis.

Cada organização ou grupo tende a adotar uma ou mais estratégias para fazer frente aos seus concorrentes, superar obstáculos e alcançar seus objetivos, definindo previamente suas ações, pontos fortes e fracos, a fim de desenvolver um caminho para que consiga prosperar em seu negócio. Porter traz essa situação voltando-se principalmente às empresas, mas o conceito pode ser perfeitamente ampliado à pequenas propriedades e produtores rurais, uma vez que estes atuam em situações semelhantes.

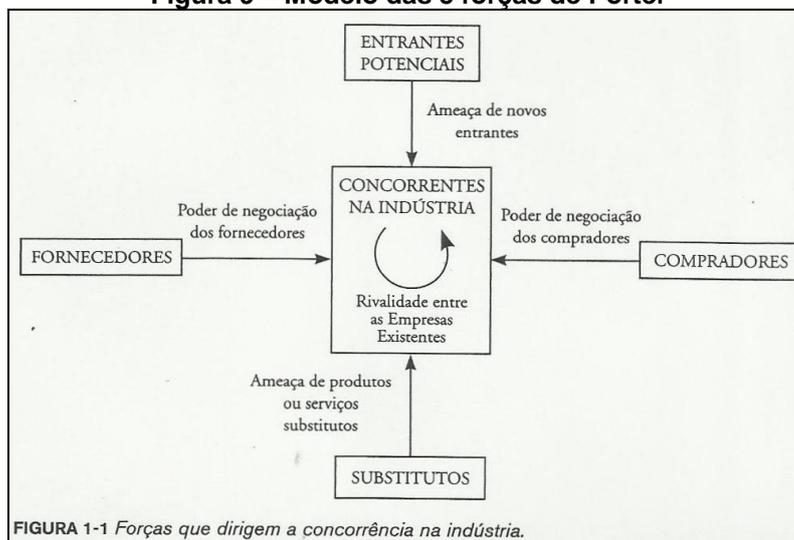
O desenvolvimento de uma estratégia competitiva é, em essência, o desenvolvimento de uma fórmula ampla para o modo como uma empresa competirá, quais deveriam ser as suas metas e quais as políticas necessárias para levar-se a cabo essas metas (PORTER, 2004, p. 16).

A escolha da estratégia competitiva que a organização utilizará independe somente da análise interna, mas de uma visão global, analisando de forma ampla o ambiente externo. Mintzberg e Quinn (2001) afirmam que a estratégia competitiva enfoca as diferenças entre as firmas, em vez de fazê-lo em relação às suas missões comuns. Além disso, a formulação da estratégia exige uma preparação completa por parte de seus responsáveis, exatamente para saber aonde chegar.

Seguindo essa linha de pensamento, Peter e Certo (2008), determinam que as organizações devam conhecer o meio ambiente como ele está, mas igualmente, prospectar o que ocorrerá em seguida, sendo que seu desenvolvimento dependerá da capacidade de se adaptarem rapidamente às mudanças que possam ocorrer. Porter (2002) define que não existe estratégia competitiva universal, tendo êxito apenas as estratégias que se adequam ao segmento específico e aos conhecimentos de uma determinada organização.

Porter (2004) sugeriu uma análise competitiva baseada em cinco forças competitivas, que incluem a ameaça de novos entrantes, poder de negociação dos compradores, ameaça de produtos ou serviços substitutos, poder de negociação dos fornecedores e a rivalidade entre as empresas existentes, ver Figura 9.

Figura 9 – Modelo das 5 forças de Porter



Fonte: Adaptado de Porter (2004).

O modelo das cinco forças permite analisar o grau de atratividade de um setor da economia. Ele identifica os fatores que afetam a competitividade, sendo que uma das forças, a principal, encontra-se dentro do próprio setor. Podemos dizer que a rivalidade entre as organizações existentes se caracteriza como a mais importante força nesse modelo, pois se precisa conhecer e considerar os pontos fortes do concorrente direto, que são aqueles que atuam no mesmo segmento ou oferecem produtos e serviços similares. As outras forças são consideradas externas, sendo que necessitam de prévia análise para que possa estabelecer-se a estratégia competitiva da organização.

Ansoff (1990) apresenta a estratégia de carteiras, que se preocupa com o conjunto de áreas de negócio nas quais a empresa pretende operar, tendo como objetivo responder “em que área estaremos?”. Esta estratégia é composta por quatro componentes, a) vetor de crescimento geográfico, b) vantagem competitiva, c) sinergias e d) flexibilidade estratégica. Aprofundando o primeiro componente, o vetor de crescimento geográfico, nota-se que este busca auxiliar a organização a definir que direção pretende desenvolver sua carteira, apresentado na Matriz desenvolvida pelo autor, ver Figura 10.

Figura 10 – Componentes do Vetor de Crescimento

Missão \ Produto	Corrente	Novo
Corrente	Penetração no mercado	Desenvolvimento de produtos
Nova	Desenvolvimento de mercados	Diversificação

Fonte: Ansoff (1990)

Cada uma das quatro direções possui alinhamento diferenciado em relação à missão e produto desenvolvido pela empresa, focando-se no que já é feito ou buscando o novo. A Penetração no mercado relaciona-se com o aumento da participação de mercados e produtos já existentes; o desenvolvimento de mercados vale-se da busca por novas missões para os produtos da empresa; o desenvolvimento de produtos, em suma, cria novos produtos com o intuito de substituir os atuais, e a diversificação constitui-se em um caso especial, uma vez que tanto as missões como produtos são novos para a organização. Nota-se que as três primeiras alternativas possuem algum elo em comum entre si, seja ele representado pelas potencialidades de marketing, tecnologia do produto, ou ambos, mas a diversificação, esse elo já não se mostra tão evidente, exatamente por se constituir de novas explorações (ANSOFF, 1990).

Falando sobre a escolha da estratégia a ser seguida por parte dos produtores rurais, nota-se que sua experiência é determinante nesse processo. A habilidade e contato dos trabalhadores rurais com o campo, muitos vivendo em meio a essa realidade desde a infância, se aproximam do conceito de curva de experiência, explanada por Bethlem (2004). O conceito de curva de experiência baseia-se no de

curva de aprendizagem, que tem sua origem através de comandante Wright Peterson em 1952, preconizando que, ensinada uma atividade a um trabalhador, a aprendizagem fará com que, com o passar do tempo, ele desenvolva uma maior habilidade para realizar essa tarefa, conseqüentemente aumentando sua produção, reduzindo o tempo dispendido e também seus custos. Essa curva limita-se pela capacidade máxima de produção do trabalhar. Em suma, a experiência do trabalhador gera benesses como menor empenho de tempo e redução de custos para desenvolvimento das tarefas, conceito que pode ser transportado ao meio rural e, em específico nesse trabalho, à produção leiteira de base familiar, onde a experiência no manejo é adquirida desde a infância, auxiliando nas atividades da propriedade.

Independente de qual vertente seguir, o valor da estratégia está em sua capacidade de captar a iniciativa, lidar com fatores desconhecidos e de reorganizar e concentrar recursos à medida que surgem novos impulsos e oportunidades, através da constante interação entre os ambientes organizacionais que a compõem (CENCI *et al.*, 2017). Principalmente, quando se trata de produtores de ordem familiar, o estabelecimento de estratégias para o enfrentamento de obstáculos constitui-se em ação vital à permanência do homem no campo e continuidade da produção leiteira em diversas bacias espalhadas pelo Brasil. Os produtores de leite enfrentam diversos obstáculos quando produzindo leite, sendo que a maioria dos autores consultados concorda sobre as dificuldades encontradas. Ainda constatam-se problemas nas principais bacias leiteiras do Brasil, como a falta de política de melhoria de qualidade e capacidade gerencial, baixa efetividade nos serviços de assistência técnica e falta de um programa de estímulo para que o produtor permaneça na atividade (CENCI *et al.*, 2017). Bressan e Martins (2004) citam restrições ao agronegócio do leite, a nível industrial a concentração do processamento em poucas empresas ou grande dispersão dos agentes econômicos em pequenas unidades de beneficiamento e processamento de leite; na parte produtiva, diferenças quanto ao tipo de rebanho e sua aptidão leiteira, manejo, preços pagos ao produtor, o tipo de alimentação disponível para o gado, cuidados sanitários, sazonalidade da produção e tamanho médio da produção. Na cadeia leiteira, o produtor acaba sendo o elo mais frágil, uma vez que, no processo de negociação, defronta-se com situações em que as indústrias formam, muitas vezes,

monopólios locais, tornando-se a única opção para colocação de seus produtos, impondo seu preço e condições de negócio (Klauck, 2009).

Falando especificamente sobre o caso dos produtores familiares de leite na Amazônia, Pocard-Chapuis *et al.* (2000) observam as dificuldades de comercialização enfrentadas por estes, o que influencia diretamente na viabilidade da produção. Constantemente, os produtores enfrentam agravantes como o preço pago pelo produto, monopólio de poucos laticínios captadores e atrasos no pagamento, além da falta de confiança no que se refere ao critério na rejeição de leite entregue. Chrestani *et al.* (2008) complementam ao afirmar que, apesar de buscar novos mercados para expansão da pecuária leiteira, a indústria processadora pouco faz pelos produtores, havendo espaço para que dessem maior suporte através de assistência técnica, objetivando aumento de produtividade e qualidade, além de fomentar a aquisição de resfriadores e ordenhadeiras de forma mais ativa, ao invés de apresentarem preços inibidores e proibitivos que acabam por privilegiar alguns produtores.

Santos Filho (2009) discorre sobre a formação de preços no Brasil, afirmando que estes variam conforme o volume e qualidade entregue, porém, conforme o autor, mesmo melhorando a qualidade do produto, contando com o apoio da EMATER e investimentos em equipamentos, há casos em que isso não ocorre, o que acaba desestimulado o produtor que, em sua visão, aumenta seu custo de produção e recebe o mesmo preço do que outros produtores que não adotaram procedimentos semelhantes. Além disso, de acordo com Klauck (2009), há também desigualdade entre os produtores no que diz respeito ao acesso à tecnologia apropriada, disponibilidade de assistência técnica e acesso a benefícios de programas de governo, indústrias e cooperativas de laticínios, geralmente orientados a privilegiar os produtores com maior volume de produção de leite, além da segurança alimentar que é afetada por esses fatores, muito em virtude da qualidade do leite produzido na maior parte dos estabelecimentos que se dedicam a essa atividade. Ainda, relatam-se problemas ligados à concentração industrial na cadeia leiteira, onde poucos *players* destacam-se e isso pode levar ao desaparecimento de cooperativas de produtores, especialmente aquelas com problemas de gestão empresarial e baixa capacidade de agregação de valor aos produtos fabricados (KLAUCK, 2009).

Bressan e Martins (2004) sintetizam as restrições em quatro categorias de problemas, como a) competitividade da atividade leiteira, b) sua sustentabilidade econômica, social e ambiental, c) redução dos desequilíbrios sociais através da busca de mecanismos que proporcionem maior equidade na distribuição de benefícios aos agentes produtivos e d) produção de leite e derivados com qualidade e que promovam a saúde nível nutricional e bem-estar da população. Estratégias que tratem de fazer frente à essas restrições são expostas pela literatura e serão abordadas ao longo do capítulo.

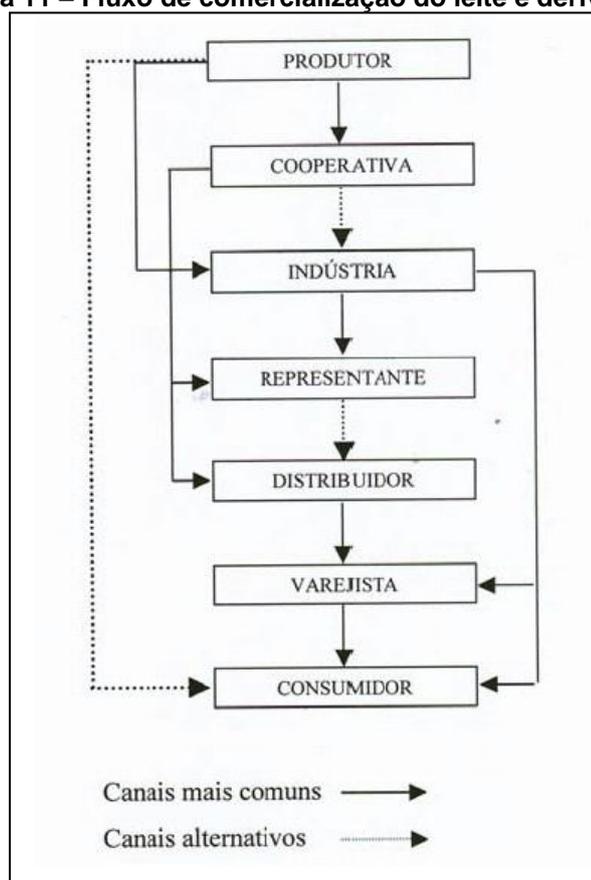
Tratando-se de uma cadeia importante do ponto de vista econômico e social para nosso país e essencial à segurança alimentar da população brasileira, a produção leiteira, bem como seus produtores e propriedades, precisam se valer de estratégias distintas almejando tornarem-se competitivos tanto a nível nacional como global, já que os mercados atuais não se restringem a fronteiras definidas. Apesar das restrições observadas, as benesses, tanto econômicas como sociais proporcionadas pela pecuária leiteira são evidentes, representando oportunidade de vida e trabalho para os agricultores com menor capacidade de investimento ou propriedades com pequena área, justamente os que possuem dificuldade de inserção de forma eficiente na produção de grãos (UHDE *et al.*, 2015). Bressan e Martins (2004) sugerem em seu trabalho o desenvolvimento de estratégias específicas para aumentar a competitividade da produção familiar de leite, como a) fomentar programas de capacitação técnica, gerencial e da mão de obra operacional; b) fortalecimento de associações de produtores, cooperativas e sindicatos; c) mobilização para a criação de um maior volume de financiamentos específicos para a atividade leiteira; d) criação de nichos de mercado para produtos diferenciados e funcionais, com agregação de valor. Levando isso em conta, o estudo das estratégias adotadas pelos produtores também é vital do ponto de vista social, uma vez que, conforme Klauck (2009), a atividade leiteira constitui-se como um importante instrumento de fixação do homem no campo, contribuindo para a redução dos problemas sociais advindos do êxodo rural, empregando mão de obra familiar, gerando empregos e renda e garantindo a segurança alimentar.

O conceito de segurança alimentar e nutricional consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, quantidade suficiente e práticas alimentares promotoras da saúde e que sejam sustentáveis do ponto de

vista econômico, ambiental e social. De acordo com Bressan e Martins (2004), um dos fundamentos da segurança alimentar é garantir que a população tenha acesso a alimentos imprescindíveis à sua nutrição, o que inclui tanto a produção como o abastecimento e a comercialização. Nesse sentido, o leite e seus derivados são considerados alimentos marcadores de alimentação saudável, o que demonstra sua importância para a segurança alimentar, oferecendo aos indivíduos macro e micronutrientes essenciais ao organismo. Dessa forma, constitui-se como um componente essencial da dieta, especialmente na alimentação de crianças e idosos, onde se observa que as famílias que estão em segurança alimentar têm duas vezes mais chances de ter em seu consumo alimentar o leite integral puro (SILVA *et al.*, 2012).

Tais condições de segurança alimentar são diretamente influenciadas pelos obstáculos enfrentados pelos pequenos produtores que, em diversas situações, recorrem à outros mercados senão agroindústrias e laticínios tradicionais para venderem sua produção, almejando, principalmente, rentabilidade maior e menor nível de exigências e imposições. De acordo com o trabalho de Viana e Ferras (2007) o fluxo de comercialização da Cadeia Produtiva do Leite, bem como seus canais de comercialização, podem ser retratados através da Figura 11. Nota-se a existência de dois fluxos distintos, por canais mais comuns, que praticamente liga todos os elos da cadeia, e também por meio de canais alternativos, que ocorre em menor proporção, ligando o produtor ao consumidor final. Este pode ser também caracterizado como mercado informal, onde a cadeia se resume ao Produtor-Consumidor.

Figura 11 – Fluxo de comercialização do leite e derivados



Fonte: Viana e Ferras (2007)

O “mercado informal”, que consiste na no comércio direto do leite e derivados por parte do produtor ao consumidor doméstico ou fabricantes de produtos lácteos, principalmente queijos. Nesse sentido, sua principal característica é a comercialização clandestina de leite cru não-pasteurizado e sem o controle efetivo da fiscalização sanitária. Existem, ainda, perigos e riscos químicos, físicos e biológicos para a segurança alimentar, como a higiene na obtenção da matéria-prima e na sua industrialização, presença de contaminantes e resíduos químicos e físicos, transporte, refrigeração e conservação inadequados, entre outros. Consumido nessas condições, o leite se torna um alimento inseguro (BRESSAN; MARTINS, 2004). Relatando os motivos de seu surgimento, Cenci *et al.* (2017) citam que, em virtude da desigualdade do desenvolvimento da cadeia leiteira em diferentes regiões do país, nota-se uma dicotomia entre os produtores, em que uma parcela destes buscou a modernização do processo produtivo e qualificação do rebanho, e outra produz leite de maneira quase artesanal, encontrando-se, assim, dois mercados, caracterizados como formal e informal, onde este último se

apresenta como um “refúgio” especialmente aos pequenos produtores. Também, buscando agregar valor (gerando maior rentabilidade) e “estocar” a produção, muitos produtores recorrem a fabricação de queijo para venda no mercado informal, em virtude das dificuldades no deslocamento e logística (tempo de transporte, falta de refrigeração), já que estes, em diversos casos, estão localizados distantemente dos centros de comércio e cidade (POCCARD-CHAPUIS *et al.*, 2000).

Buscando evitar a necessidade de adentrar o mercado informal, uma estratégia que se constitui como forte alternativa é a constituição de cooperativas ou associações municipais ou regionais de produtores. Estratégias relacionadas à constituição de cooperativas municipais e regionais de produtores permeiam a literatura, objetivando, principalmente, a potencialização da atividade leiteira com a união de produtores e a redução de riscos e obstáculos enfrentados por estes. A produção leiteira promove e estimula a união de produtores através de associações ou cooperativas em razão da necessidade destes unirem-se para otimizar a coleta do leite, acesso a insumos, capacitação de produtores, suporte, entre outras benesses (POCCARD-CHAPUIS *et al.*, 2000). Nesse sentido, como forma de minimizar as dificuldades enfrentadas pela pecuária leiteira de base familiar, Chrestani *et al.* (2008) preconizam o fortalecimento do poder de barganha dos produtores rurais valendo-se das formas coletivas de organização, devendo-se investir em uma educação cooperativista dos produtores e jovens do meio rural para atingir esse objetivo. Além disso, devem-se estabelecer relações harmônicas entre o produtor e a indústria de beneficiamento.

Em virtude da estrutura de mercado do leite ser caracterizada como oligopsônio, a formação de preços pagos aos produtores passa a ser influenciada pela indústria, que em virtude da grande quantidade de produtores interessados em vender seu produto, consegue estabelecer o preço pago a estes. Assim, o empreendedor rural enfrenta dificuldades em comercializar a sua produção. A fim de minimizar isso, a atuação das cooperativas se torna essencial, proporcionando poder de barganha aos produtores nas negociações junto aos compradores do produto (VIANA, FERRAS, 2007). Também, Pocard-Chapuis *et al.* (2000) citam a importância desse tipo de organização no caso de regiões mais distantes dos centros urbanos, caracterizadas também pela precariedade estrutural, o que acaba

por estimular o surgimento de estruturas coletivas de organização, como cooperativas e associações, visando a captação de recursos externos.

A participação do poder público é frisada por Klauck (2009), que sugere a organização de pequenas cooperativas municipais ligadas às cooperativas centrais como alternativa possível de participação para aqueles que permanecem no meio rural. Essa seria uma forma de fortalecer os produtores locais que, por vezes, encontram dificuldades em relação à rentabilidade do produto, captação e entrega de sua produção, suporte, entre outros fatores. Complementando, Pocard-Chapuis *et al.* (2000) afirmam que a constituição de agroindústrias regionais tem potencial de transformar a realidade das famílias que vivem no campo, impactando sobre as estratégias dos produtores familiares, favorecendo a fixação do homem no campo e a sustentabilidade do modelo familiar de produção leiteira.

Reforçando a importância da cooperação regional em prol do desenvolvimento da produção leiteira, Uhde *et al.* (2015) relatam a experiência da Rede Leite, que estrutura-se promovendo interação entre produtores, técnicos e pesquisadores de diferentes instituições, representando cooperativas e organizações sociais, gestores públicos, instituições de ensino, etc. A iniciativa contribui para tornar efetivo o processo de desenvolvimento regional no Noroeste do Rio Grande do Sul. Conforme os autores, sua função é contribuir para a geração de conhecimentos aplicáveis à resolução dos principais gargalos das unidades produtivas que possuam a atividade leiteira em seu sistema, resultando disso a possibilidade de projetos alinhados com as condições reais de produção. Em suma, o conjunto de profissionais que integram a equipe busca observar e constatar a realidade para gerar alternativas e soluções visando a melhoria dos processos da atividade leiteira, o sistema de produção e a cadeia produtiva, sempre focando nas pessoas e na sociedade em vez de uma tecnologia específica. O agricultor assume papel ativo junto ao pesquisador na identificação de problemas e teste de soluções, o que torna efetiva a contribuição ao desenvolvimento local e regional. “A Rede Leite tem representado uma oportunidade concreta de atuação no desenvolvimento regional, cuja legitimidade é dada pelo compartilhamento de objetivos comuns entre as instituições, organizações e produtores que a integram (UHDE *et al.*, 2015, p. 13)”.

Tais constatações reforçam a necessidade do estabelecimento de estratégias regionais, visando o desenvolvimento da atividade leiteira, contando com o apoio do poder público. Essa condição é reforçada por Padilha (2009), que propõe a articulação entre os diferentes atores socioeconômicos, sujeita às prioridades e interesses estratégicos locais, sugerindo, além disso, a constituição de redes e organizações locais ou regionais para potencializar as capacidades de desenvolvimento.

Complementando, Chrestani *et al.* (2008) reforçam que deve-se priorizar estratégias relacionadas ao desenvolvimento regional sustentável, baseando-se na ação integrada entre os agentes econômicos, sociais e políticos envolvidos na cadeia de valor das atividades produtivas. Assim, a sociedade civil, a iniciativa privada, as associações e cooperativas, universidades, governo, ONGs, entre outros, são parceiros no planejamento, coordenação e acompanhamento do processo. Tais considerações aproximam-se do conceito de desenvolvimento regional endógeno, que reforça a necessidade da pró-atividade e iniciativa dos atores regionais, promovendo uma forma de governança, elaborando políticas de fortalecimento e melhorias internas na região, uma vez que este se origina no interior do próprio sistema econômico-social, de dentro da própria comunidade (PADILHA, 2009).

Como formas de apoio ao desenvolvimento da produção leiteira a partir da agricultura familiar, Pocard-Chapuis *et al.* (2000) citam o estabelecimento de políticas fiscais que evitem a constituição de monopólios regionais e constituição de política fiscal e de crédito que incentivem a abertura de pequenos laticínios. Assim, nota-se a importância da atuação do governo nas questões que tangem a competitividade do leite. Cenci *et al.* (2017) lembram que, até a década de 1990, os elos envolvidos na cadeia produtiva do leite assumiram uma atuação passiva no mercado, uma vez que não havia concorrência externa e o estado interferia na produção através do controle de preços e sua fixação, garantindo preços mínimos. Tal situação mudou nos dias atuais, o que deixa o produtor exposto às variações do mercado, sendo necessárias ações que garantam preço mínimo aos produtores.

Também, Pocard-Chapuis *et al.* (2000) reforçam a necessidade de política de desenvolvimento de infraestrutura na bacia produtiva, sugerindo, como estratégia para potencializar o desenvolvimento regional, programas de extensão rural para

formação técnica de produtores, pesquisa e desenvolvimento para difundir práticas e tecnologias e constituição de cooperativas e associações. Nesse sentido, Cenci *et al.* (2017) relatam em seu estudo os benefícios da implantação de um curso superior voltado à produção leiteira no oeste de Santa Catarina, onde, pela avaliação coletada junto aos participantes, é notável a contribuição deste no auxílio à implantação de novas técnicas de produção, qualidade do leite produzido, conhecimentos sobre saúde do rebanho e capacitação em gestão administrativa do agronegócio. Tal movimentação em uma região com predominância da produção leiteira, na visão dos autores, trouxe resultados evidentes.

Tais medidas de qualificação impactam diretamente no processo decisório dentro da propriedade rural que se dedica à produção de leite. Do ponto de vista produtivo, torna-se importante a qualificação dos produtores e suas famílias, pois a partir do desenvolvimento da capacidade de gestão de indivíduos que se encontram inseridos nessas propriedades, existe a real possibilidade de torná-las mais lucrativas e atrativas para comunidade que dela depende (CENCI *et al.*, 2017). Nesse sentido, Santos Filho (2009) sugere que cada sistema de produção de leite advém da interação entre dois subsistemas: o técnico, definido pelas respostas biológicas aos fatores de produção; e o decisional, onde as decisões do produtor são traduzidas nas práticas de manejo realizadas diária e sazonalmente. No sistema biotécnico as regras que comandam os processos são mais estáveis, enquanto no decisional, pelo fato de o homem ser o elemento central, mais instáveis, podendo mudar de comportamento a qualquer hora, usando-se como exemplo o momento em que se reduz significativamente o preço do leite no mercado, podendo o produtor diminuir ou até deixar de fornecer alimentos concentrados ao rebanho, o que reforça a instabilidade do elemento decisório. Ambas as dimensões tendem a ser impactadas de forma positiva quando se estimula a qualificação dos produtores, seja no entendimento de técnicas de manejo e produção, ou até mesmo em processos decisórios de ordem técnica ou burocrática dentro da propriedade. Citando fatores positivos que contribuem para o crescimento da produção de leite nas regiões Norte, Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul, Klauck (2009) também relata estratégias como o treinamento da mão de obra disponível, a existência de propriedades maiores contando com alto nível de mecanização e possibilidade de integração das

atividades ligadas ao leite e grãos, o que sustenta a necessidade de qualificação dos produtores.

Apresentando outra estratégia, mas que não deixa de ser influenciada por questões como a qualificação, difusão de conhecimentos e suporte técnico, a literatura reforça o aumento de produtividade, gerando maiores volumes de leite por animal e propriedade e, através disso, impacto na rentabilidade da propriedade. A produtividade pode ser representada como a quantidade de litros produzido por vaca/dia ou vaca/lactação, vacas/há/ano, quantidade de litros/ha/ano estão sendo produzidos.

Para Fischer *et al.* (2011) a produtividade do rebanho apresenta-se como uma das principais estratégias para o desenvolvimento dos produtores de leite, sendo que pode ser aumentada com o emprego de melhoria genética, de alimentação e tecnologias de manejo, incrementando a produção. A produtividade como importante estratégia competitiva também é expressa por Klauck (2009) citando que, no Rio Grande do Sul, mesmo com oscilações no volume de rebanho, a produção de leite tem aumentado significativamente. Nesse contexto, Bressan e Martins (2004) afirmam que a competitividade do segmento de produção de leite depende de como são manejados os recursos de solo, água e plantas e condições de mercado, como lucratividade da atividade leiteira. Dessa forma, problemas como solos erodidos, pastagens degradadas e sem cultivos, mananciais assoreados e sem proteção ciliar implicam a possibilidade de baixa produção de alimentos para os rebanhos, gerando custos adicionais com suplementação e, como outro reflexo, diminuição da rentabilidade da atividade, excluindo produtores, gerando sérias consequências sociais (BRESSAN; MARTINS, 2004).

Tratando ainda sobre produtividade e, conseqüentemente, competitividade, em sua pesquisa Fischer *et al.* (2011) relacionam o crescimento da produção de leite no Oeste de Santa Catarina com dois indicadores: o número efetivo de plantel de vacas leiteiras e a produtividade média vaca/ano. Porém, frisam que a produção, de fato, recebeu forte incremento devido à produtividade alcançada pelos rebanhos, uma vez que o crescimento nessa região foi 43% superior ao crescimento da produtividade no estado. A produtividade de leite por vaca ordenhada na região Oeste catarinense é 121% superior à produtividade nacional, destacando-se indiferentemente das faixas de tamanho de estabelecimento (FISCHER *et al.*, 2011).

Observando os números da produção leiteira paranaense entre 2005 e 2011, Silva, Camara e Telles (2016) afirmam que a produtividade dos rebanhos evidencia-se pelo incremento nas quantidades de leite produzido, podendo tal fato relacionar-se à adoção de tecnologias que promovam melhorias no manejo do rebanho. Os investimentos em estrutura e tecnologia constituem-se como estratégia para o desenvolvimento da atividade leiteira à nível regional. Colabora com isso o fato de que as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, entre as principais do país, caracterizam-se por possuírem rebanho com boa aptidão à atividade leiteira, ordenha mecânica e bom nível de assistência técnica aos produtores, além da utilização de adubos, fertilizantes e controle de pragas. Assim, o nível de tecnologia empregada nos rebanhos leiteiros implica diretamente na capacidade produtiva de leite, movimento o setor da agroindústria leiteira, além de influenciar no aumento do valor pago pelos laticínios aos produtores (SILVA; CAMARA; TELLES, 2016).

Nota-se também que cadeia produtiva do leite brasileira passou a tornar-se mais competitiva, evidenciando-se isso em todos os seus elos, através de investimentos em pesquisa, alimentação dos animais, genética e também equipamentos específicos destinados à refrigeração do leite (VIANA; FREITAS, 2007). Assim, constata-se que a aposta na estruturação da propriedade também se constitui como uma estratégia adotada pelos produtores de leite. Santos Filho (2009) afirma que propriedades mais capitalizadas e, logo, com melhor estrutura em relação a equipamentos apresentam maior facilidade na execução de tarefas relacionadas à atividade leiteira do que propriedades com menor grau de capitalização. Por isso, preconiza-se que as primeiras tecnologias a serem difundidas entre os produtores devem ser as mais baratas e que não dependam do dispêndio de altos investimentos, proporcionando chances de melhoria a todos os produtos (capitalizados ou não), apresentando resultados a curto prazo, como o manejo sanitário (CHRESTANI *et al.*, 2008). Também, podem recorrer à adaptação de equipamentos e novas configurações de exploração, além da simplificação da condução dos rebanhos e da superfície, como redução do número de ordenhas, maior uso de pastagens e menor uso de alimentos conservados (SANTOS FILHO, 2009).

Autores também exploram estratégias relacionadas à alimentação do rebanho, afirmando que o Brasil possui vantagens relacionadas a esse fato.

Chrestani *et al.* (2008) recomendam o aumento produtividade através da introdução de forrageiras com alto potencial de produção, incentivando-se, além disso, a melhoria da qualidade do leite e, a longo prazo, da genética dos animais. Já Padilha (2009) reforça vantagens brasileiras, frisando que um fator competitivo do leite brasileiro relaciona-se ao baixo custo de suplementação alimentar do rebanho, colaborando para isso um sistema de exploração à base de pastagens bastante significativo, tornando-o mais barato em comparação a outros produtores mundiais, possuidores de sistemas mais sofisticados e rações mais caras.

Como estratégia capaz de promover a competitividade da atividade leiteira, sua sustentabilidade econômica, social e ambiental e produção de leite e derivados com qualidade e que promovam a saúde à nível nutricional e bem-estar da população, constitui-se a produção orgânica de leite. É uma estratégia válida uma vez que o produtor consegue um preço maior pela sua produção em virtude dos cuidados diferenciados que emprega e os consumidores têm buscado opções desse nicho específico, colaborando com a visão de Bressan e Martins (2004), quando sugerem, como forma de tornar a produção leiteira mais competitiva, a criação de nichos de mercado para produtos diferenciados e funcionais, com agregação de valor. Segundo Galdino, Domingues e Lapenna (2012), a chamada “Revolução Verde” disseminou técnicas intensivas, nas décadas de 60 e 70, aumentando a produção agrícola, porém, dependente de insumos externos. No caso da produção leiteira de larga escala, isso se traduz em ração, medicamentos e fertilizantes, entre outros insumos. Nesse sentido, a produção orgânica pode se traduzir em estratégia interessante aos produtores, já que a produção orgânica de alimentos, como o leite, apresenta menor uso de insumos e estratégias diferenciadas no controle de doenças dos animais, valendo-se também de técnicas que não agridem a saúde humana. A produção orgânica busca ainda o equilíbrio com o ambiente, almejando causar o menor impacto possível sobre este. A produção de leite orgânico se enquadra na Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que recomenda que sejam empregados métodos culturais, biológicos e mecânicos em contraposição ao uso de materiais sintéticos, além de que seja feita a proteção do ambiente, tornando-se o sistema orgânico uma alternativa positiva para o meio ambiente, economia e saúde da população (GALDINO; DOMINGUES; LAPENNA, 2012).

A produção orgânica de leite é um acréscimo à segurança alimentar proporcionada pelo leite como alimento. Galdino, Domingues e Lapenna (2012) frisam que a preocupação dos consumidores com alimentos saudáveis tem crescido nas últimas décadas, o que proporciona uma maior entrada de mercado dos produtos orgânicos e, além de auxiliar nas questões relacionadas à diminuição de impacto ambiental, geram maior lucratividade aos produtores. Assim, muitos produtores convertem seu sistema de produção normal para orgânico visando maior lucro, já que o valor agregado do produto orgânico é superior ao convencional. Paralelamente, o lucro pode representar ganho socioeconômico para muitas famílias que vivem da produção leiteira e que optam pela produção orgânica pela intenção de adotar um sistema sustentável e preservar recursos naturais de sua propriedade e arredores (GALDINO; DOMINGUES; LAPENNA, 2012).

Visando a análise de competitividade das cadeias produtivas, pode-se citar a Matriz de Análise de Política (MAP), ou na sigla norte-americana, PAM (de Policy Analysis Matrix, com mesmo significado). Conforme relata Lopes *et al.* (2012) a MAP foi desenvolvida por Monke e Pearson e originalmente publicada pela Cornell University, dos Estados Unidos, em 1989. A metodologia tem sido utilizada, de forma crescente, em estudos de avaliação da eficiência econômica, da competitividade internacional e dos impactos das políticas sobre as cadeias agroindustriais em diferentes países e contextos, inclusive, muitos destes desenvolvidos através de iniciativas da FAO e do Banco Mundial. No Brasil, a Embrapa foi pioneira na realização de estudos e aprofundamentos relacionados ao MAP, liderando em 2001 uma rede de estudos utilizando a metodologia para analisar a competitividade em diferentes sistemas de produção de uma mesma cadeia.

O objetivo do MAP é medir a competitividade em termos de produtividade e eficiência, subtraindo-se os gastos com essa produção e chegando à lucratividade que indica se há competitividade ou não (BRUCHEZ; MOTTA, 2016). De acordo com Souza e Révillion (2013), consiste num sistema contábil e econômico que analisa as receitas e custos a preços privados e sociais por meio da medida da rentabilidade (dada pela diferença entre receitas e custos) e a medida de divergências ou distorções de políticas e falhas no mercado. A matriz está ligada a uma extensiva literatura de análise de custo e benefício das cadeias produtivas. Os conceitos adotados são gerados em matrizes de análise de políticas, onde possuem

parâmetros que representam receitas a preços de mercado, custos de insumos e custos dos recursos domésticos. O primeiro vetor da matriz representa o lucro alcançado a preços de mercado, ou preços privados e, como valores praticados no mercado, esses sofrem interferências dos governos através de subsídios e tributos. Um segundo vetor horizontal é formado por valores formados em pontos de entrada de mercadorias importadas, a preços de fronteiras sociais, onde esses valores não sofrem interferências de governos, constituindo-se em valores sociais ou econômicos. Há ainda a avaliação do lucro, representada pela diferença entre a receita e as despesas, tanto no caso de valores formados a preços de mercado quanto no caso de preços sociais. Por fim, o último vetor refere-se às diferenças entre os preços privados e os preços sociais das receitas, custos e lucros atribuídos aos efeitos das políticas e do mercado de produtos, sendo possível analisar as divergências apresentadas e, logo, os efeitos das interferências nos preços. Assim, a análise dos vetores e seus respectivos valores permite gerar parâmetros para a configuração de padrões de competitividade de cada cadeia analisada (VIEIRA *et al.*, 2001).

As estratégias relatadas pelos autores vão ao encontro do sugerido por Chrestani *et al.* (2008), que ratificam, como forma de desenvolver a cadeia produtiva do leite, o tripé sustentabilidade, competitividade e lucratividade, baseando-se na utilização adequada de recursos naturais, adoção de procedimentos que preservem a qualidade do leite, conscientização dos produtores sobre as vantagens do cooperativismo e a conquista de novos mercados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Através da metodologia da pesquisa, tem-se como objetivo descrever os procedimentos utilizados na realização da pesquisa, sendo nessa etapa realizado o processo de definição de como ela será conduzida. Para Minayo (2002), a metodologia, mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas que serão utilizados, indica as opções e a leitura que o pesquisador fez do quadro teórico.

3.1 Pequenos produtores de leite do Vale do Paranhana

Caracterizando-se os pequenos produtores de leite do Vale do Paranhana, pode-se considerá-los, predominantemente, produtores de base familiar, uma vez que é a família que organiza a produção e gerencia a propriedade, visando garantir sua reprodução social. Constituem-se em grupos pluriativos, uma vez que, dada a pequena distância em relação aos centros urbanos, apresentam membros que trabalham em atividades ligadas ao comércio e indústria (principalmente a calçadista), complementando a renda proveniente do trabalho rural.

Em virtude de suas características geográficas, contando com terreno acidentado, predominam propriedades com poucos hectares em exploração (há situações em que porções do território contam com florestas, montanhas e pedras), com suas propriedades localizadas nos territórios do interior dos municípios. Frisa-se a diversificação de culturas adotadas pelos produtores de leite, que, além do rebanho, dedica-se a olericulturas em geral, sendo que as plantações apresentam variação conforme os microclimas existentes, citando-se que a venda de bezerros e suínos também é explorada pelos produtores. Os produtores comercializam sua produção através da coleta por parte de cooperativas e laticínios com atuação regional mas também por meio do mercado informal, diretamente ao consumidor final, onde consegue preços maiores pelo litro do leite.

Os produtores do Vale do Paranhana apresentam, em sua maioria, idade avançada, refletindo as dificuldades em conseguirem sucessão para suas propriedades, contribuindo para o quadro de êxodo rural que compõem a região, uma vez que, dado o viés histórico, o alto volume de postos de trabalho demandado pela industrialização calçadista e serviços diversos ainda acaba por ser uma opção

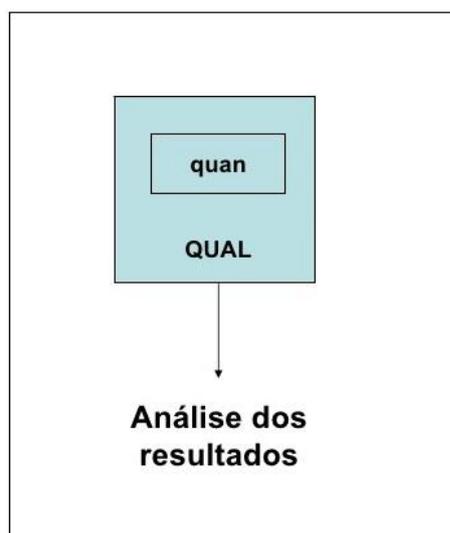
aos jovens que não pretendem permanecer no campo, uma vez que almejam renda fixa e segurança em relação ao emprego.

3.2 Método

Conforme Lakatos e Marconi (2009), toda a pesquisa requer a adoção de um método, caracterizado como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, traçando um caminho a ser seguido para alcançar o objetivo.

Com relação ao processo de pesquisa, ela valeu-se de método misto concomitante, sobre a qual Creswel (2010) afirma que se trata de uma abordagem que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa, fazendo com que a força geral de um estudo seja maior do que uma pesquisa qualitativa ou quantitativa realizada de forma isolada. O método misto empregado caracterizou-se por convergir dados quantitativos e qualitativos, buscando realizar uma análise abrangente do problema da pesquisa. Optou-se por essa abordagem levando-se em consideração que se pretendeu ampliar o entendimento, incorporando dados tanto da pesquisa qualitativa como da quantitativa. O modelo seguido baseou-se na estratégia incorporada concomitante, disposta na Figura 8, onde o pesquisador utiliza um método principal que direciona o trabalho, contando com um banco de dados secundário, que desempenha um papel de apoio, o que, segundo Creswel (2010, p. 252), “[...] é usado para que um pesquisador possa obter perspectivas amplas como resultado do uso de diferentes métodos [...], sendo que neste trabalho dar-se-á ênfase à dinâmica qualitativa. Também, conforme Fröhlich e Fröhlich (2014), torna-se válido ao pesquisador recorrer a medições ou quantificações na medida em que estes possam auxiliar na coleta de dados e em sua posterior análise e interpretação.

Figura 12 – Estratégia incorporada concomitante



Fonte: Adaptado de Creswel (2010)

Além disso, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso múltiplo. Roesch (2009) afirma que o estudo de caso permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro de seu contexto, explorando-os por vários ângulos. Furasté (2006) afirma que na utilização do estudo de caso como base, é feito um estudo exaustivo de algum caso em particular, a fim de analisar as circunstâncias que o envolvem. De acordo com Fröhlich e Fröhlich (2014) o estudo de caso é uma pesquisa em profundidade, recorrendo a entrevistas para obtenção de dados de maior alcance, requerendo múltiplas fontes de evidência para a coleta de dados, uma vez que buscam captar em sua totalidade o objeto estudado. Além disso, o método do estudo de caso tem se mostrado válido à questões relativas ao Desenvolvimento Rural, uma vez que o pesquisador consegue abordar e analisar sua amostra in loco, observando a realidade dos fenômenos estudados (FRÖHLICH; FRÖHLICH, 2014).

Como característica do estudo de caso, este se apoia em questões relacionadas a “como” e por que” (grifo do autor) a fim de proporcionar entendimento ao pesquisador. Na concepção de Martins (2008, p.9), “[...] o Estudo de Caso possibilita a penetração em uma realidade social [...]”, avaliando determinados comportamentos do grupo de forma ativa, buscando entender o funcionamento deste. Fröhlich e Fröhlich (2014) concordam com isso ao afirmarem que o estudo de caso proporciona uma visão mais nítida de fenômenos pouco conhecidos, aprofundando o conhecimento de características de grupos, organizações e

comunidades. A pesquisa também se caracteriza como um estudo exploratório, tendo como objetivo a procura de padrões, ideias ou hipóteses.

A primeira parte da coleta de dados utilizou como recurso a pesquisa bibliográfica, valendo-se de diversos tipos de consulta para que se pudesse sustentar argumentos e informações sobre o tema estudado. Também foi realizada a pesquisa documental de dados e informações referentes às pequenas propriedades rurais e produtores de leite situados no Vale do Paranhana, sendo consultados órgãos como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Rio Grande do Sul, Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A realização da pesquisa documental torna-se “[...] necessária para o melhor entendimento do caso e também para corroborar evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes [...]” (MARTINS, 2008, p. 46). Para Bardin (1977), a análise documental tem o objetivo de facilitar o acesso da informação ao observador, condensando a informação. Posteriormente, foram realizadas entrevistas, buscando contemplar a parte qualitativa do trabalho e aprofundar os dados levantados através da pesquisa documental, e aplicados questionários, buscando contemplar o viés quantitativo da pesquisa e formular o perfil dos respondentes.

3.3 Procedimentos de pesquisa

O universo da coleta de dados foi o contingente de pequenos produtores rurais do Vale do Paranhana, tendo como indivíduos selecionados os produtores de leite da referida região. Tal grupo é composto por aproximadamente 1454 estabelecimentos, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, última edição publicada pelo IBGE (2016). Os dados levam em conta a produção de leite de vaca nos estabelecimentos agropecuários, tendo por condição o produtor ser proprietário das terras. A disposição das propriedades produtoras de leite por município do Vale do Paranhana/RS, dentro dos parâmetros estabelecidos, se configura conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Disposição de estabelecimentos produtores de leite do Vale do Paranhana

Município	Nº estabelecimentos produtores de leite
Três Coroas	153
Igrejinha	102
Taquara	520
Parobé	20
Rolante	513
Riozinho	146
Total	1454

Fonte: adaptado de IBGE (2016)

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os produtores de leite com o intuito de levantar informações sobre suas propriedades rurais e identificar fatores que possam contribuir para os objetivos da pesquisa. Foram realizadas 20 entrevistas e utilizadas seleções não probabilísticas por acessibilidade. Os sujeitos integrantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que detalhava a pesquisa e de que forma ocorreria, trazendo também o contato do pesquisador para que os participantes pudessem esclarecer eventuais dúvidas em relação às entrevistas e ao trabalho. Para auxiliar na visitação às propriedades, buscou-se auxílio dos escritórios da EMATER e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios do Vale do Paranhana, acompanhando o pesquisador junto às entrevistas. Conforme citam Fröhlich e Fröhlich (2014), torna-se importante a visitação às prefeituras locais, técnicos da EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lideranças cooperativas e religiosas, uma vez que estes podem atuar como facilitadores, auxiliando na comunicação e adesão das pessoas à serem entrevistadas, uma vez que são instâncias que conhecem a realidade agrícola local e sua respectiva população.

Conforme Lakatos e Marconi (2009), as entrevistas dão a oportunidade de obtenção de dados não existentes em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos. Segundo Martins (2008, p.27), “[...] uma entrevista pode oferecer elementos para corroborar evidências coletadas por outras fontes, possibilitando triangulações e consequente aumento do grau de confiabilidade do estudo”. No estudo em questão, adotou-se um modelo de entrevista não-estruturada focalizada,

caracterizado pelo fato de haver “[...]um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser” (LAKATOS e MARCONI , 2009, p. 199). As entrevistas foram realizadas através de visitas às propriedades rurais, previamente agendadas com os produtores, entre os meses de junho a setembro de 2017.

O teste piloto foi composto por três sujeitos, a fim de avaliar se a metodologia apresentava erros ou dificuldades. Após a realização do teste piloto, o método de aplicação da pesquisa também foi revisado e os instrumentos mostraram-se adequados. As entrevistas, devidamente autorizadas, foram gravadas e transcritas, a fim de analisarem-se as repostas e padrões obtidos. Os dados foram mantidos sob sigilo, sendo posteriormente consolidados.

A quantidade de entrevistas realizadas por município foi proporcional às informações constantes na Tabela 1, podendo-se, a partir disso, formular a Tabela 2. O estudo conta com 20 entrevistas, podendo-se referir a isso como uma limitação encontrada, pois, como objetivava-se angariar o maior volume de informações possíveis com os encontros e relatos, teve-se de entrevistar um número menor de participantes.

Tabela 2 – Esquema para realização de entrevistas por município do Vale do Paranhana

Município	Nº de estabelecimentos – seleções
Três Coroas	2
Igrejinha	1
Taquara	7
Parobé	1
Rolante	7
Riozinho	2
Total	20

Fonte: autoria própria (2017)

Também, os entrevistados preencheram questionário para que se pudesse formular o perfil dos respondentes. Os questionários possuíam questões tanto qualitativas (semi-estruturadas) quanto quantitativas (fechadas) e foram aplicados diretamente com os produtores nas propriedades rurais, junto à realização das entrevistas.

Depois de realizada a etapa de coleta de dados, caracterizada pela realização das entrevistas com os produtores rurais e aplicação de questionário a estes, foi realizada a análise interpretativa das entrevistas, onde “[...] a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos” (Lakatos e Marconi, 2009, p.168), confrontando o levantamento teórico realizado com os dados coletados. Também, para análise das respostas obtidas através dos questionários, recorreu-se à estatística descritiva, objetivando organizar os dados coletados e facilitar a compreensão destes. A estatística descritiva é utilizada para descrever e resumir os dados, permitindo que se tenha uma visão global da variação desses valores, através de tabelas, gráficos e de medidas descritivas, valendo-se de medidas de tendência central, como moda e mediana, e medidas de variabilidade ou dispersão, tais como desvio padrão e variância (LARSON e FARBER, 2009; ANDERSON e WILLIAMS, 2003).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de dados foi realizada em duas etapas, sendo uma de natureza quantitativa, valendo-se de dados estatísticos básicos, e outra de ordem qualitativa. Optou-se por esse formato visando maior eficiência no processo de análise e maior riqueza de detalhes relacionados às amostras. Após a decisão dos métodos de análise, elencados na metodologia, passou-se à organização do questionário e da entrevista aplicados aos indivíduos selecionados, norteados por informações da fundamentação teórica, estando, dessa forma, alinhados com os objetivos da pesquisa.

4.1 Análise e discussão dos dados dos questionários aplicados

Com a aplicação dos questionários, buscou-se levantar informações gerais sobre os produtores pesquisados, almejando a criação de um perfil dos entrevistados, usando como base as respostas angariadas. Da mesma forma, o questionário auxiliou na captação de dados que, por vezes, passam despercebidos quando da aplicação de um instrumento como a entrevista. Buscou-se informações sobre a família do produtor, engajamento desta, faixa de renda, questões relacionadas à pluriatividade do grupo familiar, número de vacas em lactação, volume de produção, tamanho da propriedade, forma de comercialização da produção, uso de linhas de financiamento e participação em programas governamentais, opinião em relação à participação em cooperativas de produtores e também opiniões sobre o potencial econômico da produção leiteira no Vale do Paranhana, bem como sua constituição como alternativa de diversificação produtiva.

No que se refere à faixa etária dos participantes da pesquisa, a Tabela 3 apresenta a distribuição deste número por faixas de idade.

Tabela 3 – Idade dos participantes da pesquisa

Faixa de idade	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Até 30 anos	1	5
De 31 a 40 anos	4	20
De 41 a 50 anos	4	20
De 51 a 60 anos	10	50
Mais de 60 anos	1	5

Fonte: autoria própria (2018)

Levando-se em conta que, na maioria dos casos, o participante da pesquisa era o indivíduo mais envolvido com a produção de leite na propriedade, nota-se predominância de propriedades com pessoas com mais de 51 anos, 55% dos casos, o que sugere a não continuidade dos jovens no meio rural, junto à produção de leite e descontinuidade das propriedades. Tal informação converge com a visão de Anjos e Becker (2014), quando afirmam que o êxodo rural ainda impacta negativamente nas propriedades da agricultura familiar brasileira, contribuindo ainda a pesquisa conduzida pelo IGL (2015), onde consta que uma grande dificuldade que permeia a cadeia leiteira gaúcha é a ausência de sucessão familiar nas propriedades. Também, chama a atenção que em apenas 1 propriedade do Vale do Paranhana, 5% dos pesquisados, o produtor responsável pela propriedade possui menos de 30 anos de idade.

Tabela 4 – Quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar residente na propriedade

Quant. Pessoas	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
1	0	0
2	2	10
3	5	25
4	5	25
5 ou mais	8	40

Fonte: autoria própria (2018)

Através da Tabela 4, nota-se a predominância de famílias com cinco indivíduos ou mais residindo junto à propriedade, representando 40% dos pesquisados, mas destacando-se também as famílias compostas por três e quatro indivíduos, que juntas constituem 50%. Em 100% das propriedades constatou-se que os envolvidos na produção são os próprios proprietários, o que atesta o viés familiar destas, acordando com Schneider (2001), quando diz que esta pode entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra, ligados por laços de parentesco entre si, podendo pertencer a esse coletivo membros não consanguíneos. Também, questionados se suas famílias participavam das atividades relacionadas à produção leiteira na propriedade, a ampla maioria dos participantes, 19 indivíduos, afirma receberem auxílio de seus familiares, enquanto apenas um produtor diz dedicar-se sozinho à produção de leite, encontrando base ainda em Neto e Basso (2005), Couto (2003) e Gobbi e Pessoa

(2009), que definem que a propriedade onde predomina a agricultura ou pecuária familiar caracteriza-se pela família ser proprietária da terra e dos meios de produção, assumindo o trabalho no seu estabelecimento produtivo. Além disso, o coletivo, a família, organiza a produção e gerencia a propriedade, estabelecendo estratégias individuais e coletivas que visem garantir a reprodução social, realizando a gestão da propriedade (DENARDI; 2001, SCHNEIDER; 2001).

Tabela 5- Tamanho das propriedades em hectares

Área em hectares	Nº de propriedades	Frequência relativa (%)
Menos de 1	0	0
De 1 a 3	0	0
De 4 a 7	2	10
De 8 a 12	3	15
Mais de 13	15	75

Fonte: autoria própria (2018)

Por meio da tabela 5, visualiza-se que dentre as propriedades pesquisadas, 40% destas possuem área com mais de 13 hectares, em que, a partir desse número, há uma disparidade grande entre as propriedades, sendo que algumas apresentam 47 hectares. Porém, é grande a predominância de 15, 16 e 20 hectares, sinalizados por 8 indivíduos, no total, o que condiz com a afirmação de Castro *et al.* (1998), que reforça a representatividade de estabelecimentos com área aproximada de 20 hectares. Frisa-se a baixa predominância de pequenas propriedades, onde as menores pesquisadas possuem de 4 a 7 hectares.

Tal evidência reforça a diversificação de cultivos por parte dos próprios produtores rurais que, além do leite, dedicam-se a outras culturas. A constatação converge com Exterckoter e Nierdele (2012) quando afirmam que a diversificação produtiva pode ser enaltecida especialmente nas propriedades em que predomina a agricultura familiar, proporcionando a reprodução social dos agricultores, e, por consequência, o desenvolvimento rural, ampliando os portfólios de entrada de renda. Nesse sentido, essa estratégia também é defendida por Sambuichi *et al.* (2014), que afirmam sua colaboração para a permanência dos produtores no campo, o que gera externalidades positivas, evitando problemas sociais como o êxodo rural e consequente inchamento das favelas e aumento da violência urbana. Ainda, conforme reforçam Exterckoter e Niederle (2012), a estratégia de diversificação das atividades ocupacionais, bem como das rendas, representa proteção às famílias, onde, a medida que diversificam suas opções de trabalho, adquirem maior

estabilidade. Além disso, ressaltando mais uma benesse, Gianezini *et al.* (2013) citam que, procurando a diversificação de culturas em sua propriedade, o agricultor reduz o impacto de possíveis crises e sazonalidades, comuns na produção agropecuária, já que não fica refém de apenas uma cultura, reduzindo o impacto de crises e sazonalidades, inerentes à produção agropecuária.

Também, informalmente, muitos produtores citaram que, por não conseguirem tempo (uma vez que encontram-se administrando a produção sozinhos ou com pouco auxílio), parte da propriedade está abandonada, com matos, árvores, etc., precisando de trabalho para serem adequadas e constituírem-se pastagens. Os relatos concordam com a literatura pesquisada, encontrando base em Neto e Basso (2005), quando estes afirmam que no Rio Grande do Sul predominam dois sistemas agrários, sendo a pecuária extensiva nas áreas de campo e a produção através da agricultura familiar em áreas com predominância de floresta. A região do Vale do Paranhana pode ser ligada ao segundo sistema apresentado pelos autores, convergindo com o que expressam os entrevistados.

Tabela 6- Composição do plantel em lactação

Número de animais	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Até 7	5	25
De 8 a 14	5	25
De 15 a 21	3	15
De 22 a 28	3	15
Mais de 28	4	20

Fonte: autoria própria (2018)

De acordo com a tabela 6, não há faixa que se destaque com amplitude em relação às demais, mas os plantéis em lactação constituídos por até 7 animais (25%) e de 8 à 14 (25%), correspondentes a 50% das propriedades analisadas, reforçam o quadro de diversificação produtiva encontrado em diversas propriedades do Vale do Paranhana, onde o leite não ser a única atividade. Por outro lado, a Tabela 6 torna evidente a existência de propriedades com menor plantel em lactação, onde o leite convive com outras culturas, e latifúndios dedicados quase que exclusivamente à produção leiteira, representado pelo fato de 20% dos indivíduos respondentes possuir mais de 28 animais apenas em lactação.

Tabela 7 - Volume de produção/dia

Faixa de Litros/dia	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Até 15	0	0
De 16 a 30	1	5
De 31 a 45	0	0
De 46 a 60	1	5
Mais de 60	18	90

Fonte: autoria própria (2018)

No que tange a análise de dados da produção leiteira nas 20 propriedades pesquisadas, a Tabela 7 demonstra que apenas 10% da seleção produz menos de 60 litros de leite por dia. Dentro da faixa de produtores com mais de 60 litros/dia, frisa-se a existência de três grandes produtores, entre os pesquisados, dedicados exclusivamente ao leite, que, em média, produzem 1000l/dia, 750l/dia e 700l/dia. Excluindo-se esses três casos específicos, a média de produção dos demais respondentes da quinta faixa corresponde à média simples de cerca de 141 litros de leite por dia.

Valendo-se de um cálculo aproximado, considerando a quantidade de animais apresentada na Tabela 6, usando-se como referência a média da faixa respondida e comparando-se ao volume de produção informado na Tabela 7 e anotações realizadas, chega-se a uma produção média de 14,7 litros/dia por animal, evidenciando que a produção média por animal nas propriedades pesquisadas é baixa. Isso reforça a necessidade de maior profissionalização e melhorias no manejo.

Tabela 8 - Raça predominante do plantel em lactação

Raça do animal	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Jersey	5	25
Holandesa	13	65
Gir	0	0
Cruza Holandesa x Jersey	0	0
Outra	2	10

Fonte: autoria própria (2018)

Os dados contidos na Tabela 8 auxiliam no sentido de demonstrar a preferência dos produtores de leite pesquisados por animais da raça Holandesa, correspondendo a 65% dos participantes. Logo atrás, com 25% das respostas, predomina a raça Jersey. Em apenas 10% dos casos, os produtores recorrem à outra composição do rebanho, nesse caso, cruza Gir com Holandesa, reforçando mais ainda a preferência pela raça com maior frequência apresentada. Tais dados estão em consonância com o apresentado na pesquisa do IGL (2015).

Tabela 9 - Faixa de renda familiar por mês

Renda (em salário mínimo)	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Menos de 1	0	0
1	0	0
2	2	10
3	7	35
Mais de 3	11	55

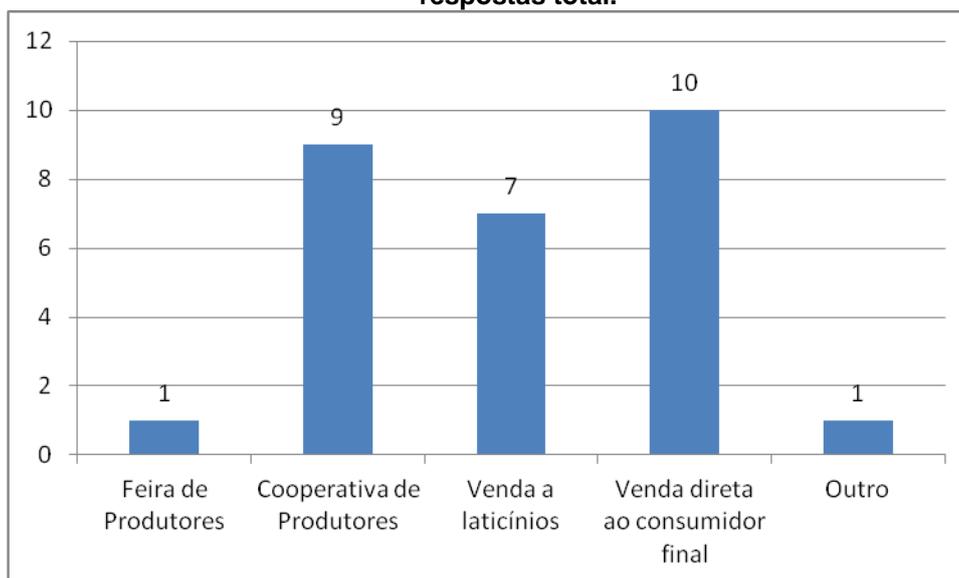
Fonte: autoria própria (2018)

A Tabela 9 permite auferir a faixa de renda familiar com a qual convivem os produtores de leite pesquisados e suas famílias. A maioria, mais de 55% dos respondentes, consegue uma renda composta por mais de três salários mínimos, destacando-se também a faixa composta por produtores que vivem com três salários mínimos mensais, correspondendo a 35% da seleção. A situação dos produtores do Vale do Paranhana vislumbra-se um pouco mais confortável em relação à outras regiões do Brasil, como os do Nordeste, por exemplo. Frisa-se também que apenas 10% vivem com dois salários, um número baixo em relação à amostra geral.

Posteriormente, foram perguntados se algum membro da família trabalhando fora da propriedade, dentro do sentido de pluriatividade do grupo familiar, expresso em Conterato, Gazolla e Schneider (2006). Nota-se uma frequência relevante de famílias que não possuem membros trabalhando em atividades fora da propriedade, representando 35% (ou 7 pesquisados), porém, a maioria dos respondentes 65% possui membros da família trabalhando em atividades diversas, onde, dessa parcela, 15% (3 respondentes) se dedicam ao comércio, igualmente 15% em atividades ligadas à produção calçadista e o restante, 35%, em outras atividades. Informalmente, muitos produtores reforçam que essa renda advinda de outras atividades auxilia em sua permanência no campo, pois a produção de leite auxilia bastante nas despesas da propriedade, mas não se torna suficiente para dar conta de todas as suas necessidades.

Questionados sobre a forma com que comercializam sua produção, oportunidade em que poderiam indicar mais de uma opção, os produtores afirmam que os principais meios são através de cooperativas de produtores e da venda direta ao consumidor final.

Figura 13 – Forma de comercialização da produção de leite dos pesquisados – número de respostas total.

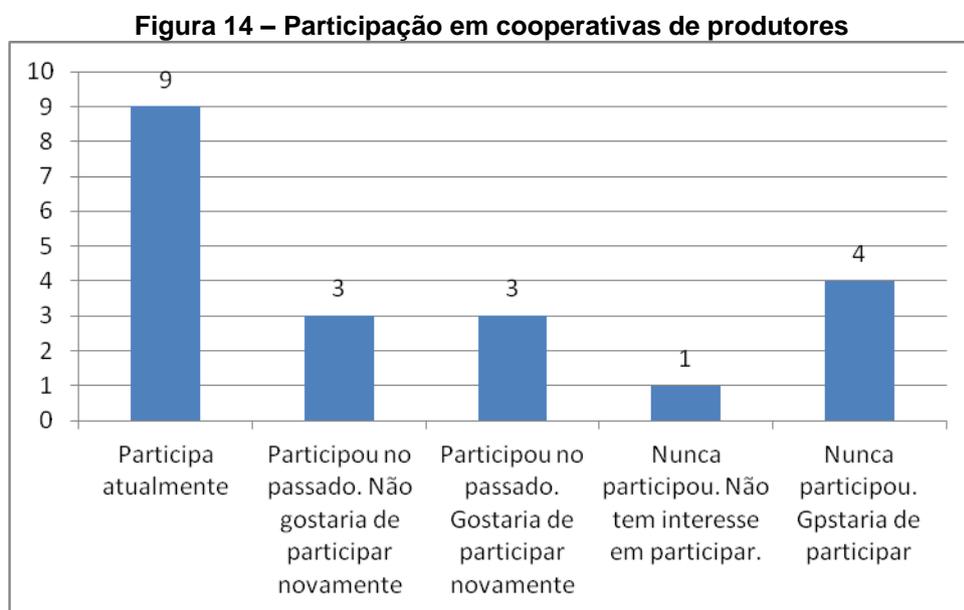


Fonte: autoria própria (2018)

A Figura 13 representa as respostas dadas pelos produtores. Nota-se a diversificação dos canais de escoamento de produção, predominando as cooperativas de produtores (32,2% das respostas) e venda a laticínios (25% das respostas) para processamento, categorias estas componentes da cadeia formal do leite. Porém, chama atenção a composição da coluna de venda direta ao consumidor final, composto por 35,7% das respostas, demonstrando a importância que o mercado informal tem para os produtores pesquisados, principalmente no sentido de obter melhores preços de comercialização e, conseqüentemente, maior rentabilidade, de acordo com o que está disposto na literatura observada nesse trabalho, como expresso em Viana e Ferras (2007). Por fim, com uma resposta cada, as feiras de produtores e outras formas (nesse caso, processamento dentro da propriedade), são citadas.

Perguntados sobre sua participação e opinião em relação às cooperativas de produtores, dada sua importância como alternativa aos laticínios (Maia *et al.*, 2013), muitos dos pesquisados participa atualmente destas, o que pode encontrar amparo no estudo de Gobbi e Pessoa (2009) quando afirmam que, trazendo modos de produção de seus países de origem, a influência de colonizadores europeus também permite observar nestas regiões, como o Vale do Paranhana, uma maior difusão de estruturas de organização como o cooperativismo e associativismo. Porém, chama a atenção à frequência de produtores que participaram no passado e que

não gostariam de participar novamente, bem como que nunca participou e não gostaria de participar, totalizando 20% da seleção. Os dados são expressos na Figura 14.



Fonte: autoria própria (2018)

Posteriormente, interpelados sobre suas pretensões em relação à continuarem produzindo leite futuramente, a ampla maioria dos participantes da pesquisa pretendem manter a atividade em suas propriedades, totalizando 80% da seleção, 16 indivíduos. Por outro lado, 20% dos produtores diz que pretende deixar de produzir leite, alegando, principalmente a questão de pouca rentabilidade proporcionada pela atividade (três indivíduos) e pela excessiva carga de trabalho necessária à atividade (um indivíduo).

A pergunta subsequente auxilia a entender os desafios aos quais os produtores são expostos, questionando se enfrentavam, atualmente, dificuldades nos negócios e, em caso afirmativo, em relação à quais questões. Como era permitido assinalar mais de uma opção, avalia-se a frequência destas em relação ao total de respostas, que foi de 27, detalhadas na Tabela 10. O fato de nenhum produtor assinalar a opção “Não enfrento dificuldades”, o que atesta que o ambiente que ronda os respondentes se caracteriza por constantes desafios, principalmente relacionados à rentabilidade, que representou 55,56% das respostas, o que também é expresso pelo IGL (2015) quando afirma, em sua pesquisa, que uma das maiores barreiras encontradas pelos produtores de leite no Rio Grande do Sul é o preço

pago pelo leite. Nesse sentido, Bueno *et al.* (2004) contribuem à questão de rentabilidade da produção, destacando que os pequenos produtores de leite são sensíveis a alterações nos preços dos insumos relevantes à produção, sendo que reduzem a sua produção quando custos como mão de obra e alimentação do rebanho são reajustados. Nas respostas dos participantes da pesquisa, frisa-se que a categoria “Outras” é formada por situações como dificuldades em relação à produtividade, incertezas futuras, clima e saúde do rebanho, temáticas apontadas pelos pesquisados.

Tabela 10 – Dificuldades enfrentadas pelos produtores em seus negócios

Dificuldades	Nº de opções assinaladas	Frequência relativa (%)
Não enfrenta	0	0
Comercialização	3	11,11
Rentabilidade da produção	15	55,56
Mão de obra empregada	2	7,41
Requisitos técnicos	1	3,70
Outras	6	22,22

Fonte: autoria própria (2018)

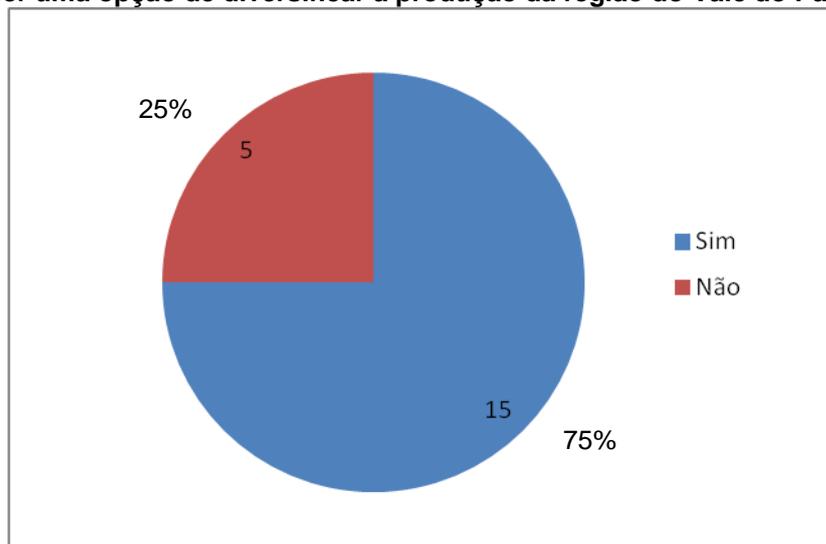
Questionados sobre a participação em programas de incentivo à produção leiteira, disponibilizados por entidades ligadas ao Governo ou Prefeitura, apenas um produtor diz participar do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), sendo a ampla maioria, 19 produtores, participam de outros programas, como qualificações da EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e programas das prefeituras locais, como Porteira Adentro e Patrulha Rural. Apenas um indivíduo vale-se das alternativas citadas anteriormente ao mesmo tempo em que participa do PAA.

Quando deveriam assinalar se já haviam feito uso de alguma linha de financiamento específica à produção rural disponibilizada pelo Governo, 80% dos produtores pesquisados, ou 16 respondentes, diz já ter usufruído destes, enquanto 20%, ou quatro respondentes, nunca utilizaram nenhuma linha de crédito destinada à produção rural. A pergunta subsequente complementa o quadro relacionado ao apoio governamental, seja através de programas ou linhas específicas de financiamento, uma vez que questiona se o produtor acredita que os incentivos do Governo à produção leiteira são suficientes. Nesse quesito, 8 indivíduos (40%) acreditam que os incentivos são suficientes, enquanto 12 produtores (60% da seleção), acham que as ações não contemplam as necessidades da produção

leiteira, alegando, como justificativa a pouca divulgação dos incentivos e programas (1 citação), a não contemplação de problemas da cadeia como preço do leite, incluindo-se incentivos à isenção de impostos e taxas (8 citações), burocracia (1 citação) e poucos programas ou incentivos que levem em conta a real situação e necessidades do produtor de base familiar (2 citações). As respostas demonstram o sentimento dos produtores em relação às atuais políticas praticadas, onde estas se encontram fora de sintonia aos desafios enfrentados, na visão dos produtores. Pitaguari e Lima (2005) auxiliam nessa questão, afirmando que as políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar podem ser determinantes para minimizar as dificuldades presentes nesse segmento. Ainda dentro desse contexto, Conterato, Gazola e Schneider (2007) sinalizam que as políticas públicas possuem papel fundamental na redução da vulnerabilidade e dependência política da agricultura familiar, devendo primar-se por ações que procurem atingir tais objetivos. As informações angariadas junto aos respondentes da pesquisa permitem concluir que acreditam que as políticas atuais não se enquadram nos desafios que enfrentam, contribuem para um quadro marcado pelo desânimo em relação à produção leiteira no Vale do Paranhana, expressa pelos respondentes, uma vez que não se sentem privilegiados pelos entes governamentais e programas desenvolvidos.

As duas últimas questões do instrumento quantitativo eram focadas na questão de viabilidade da produção leiteira no Vale do Paranhana, buscando auferir a opinião dos produtores em relação ao potencial desta e possibilidade de constituir-se como opção de diversificação produtiva regional. As opiniões são divergentes em alguns pontos, o que se expressa pela frequência das respostas. Sob a pergunta “Você acredita que a produção leiteira pode ser uma opção de diversificar a produção da região do Vale do Paranhana?”, nota-se que alguns produtores são mais pessimistas em relação à essa possibilidade, representando 25% da seleção. Por outro lado, 15 produtores rurais acreditam que apesar das dificuldades enfrentadas, a produção de leite pode sim representar uma opção de diversificar a produção regional além do calçado, ver Figura 15.

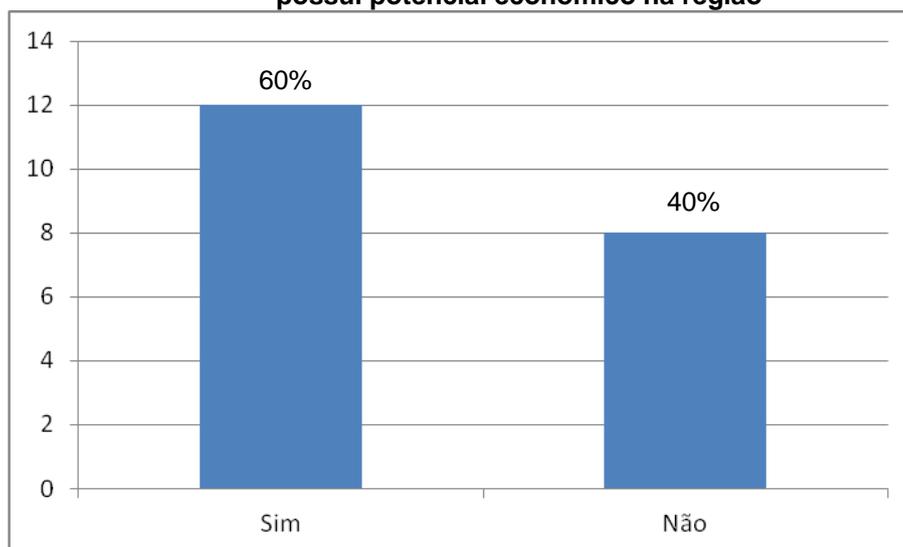
Figura 15 – Questionamento dirigido aos entrevistados se acreditam que a produção leiteira pode ser uma opção de diversificar a produção da região do Vale do Paranhana



Fonte: autoria própria (2018)

Posteriormente, quando questionados se acreditavam que a produção leiteira teria potencial econômico na região do Vale do Paranhana, o quadro geral mostrou-se semelhante ao da pergunta anterior, Figura 16, mas com aumento no número de produtores que não acreditam nesse potencial do leite, expresso por 8 indivíduos, 40% da seleção. Como justificativa para essa resposta, os produtores citaram as questões relacionadas ao recebimento de pouco incentivo por parte de prefeituras e do próprio Governo (4 citações) e poucos interessados em dar continuidade à produção de leite nas propriedades, frisando que cada vez menos jovens participam dela (4 citações). Apesar de 12 indivíduos citarem que a produção leiteira possui potencial econômico para a região, é possível perceber novamente o desânimo e temor dos produtores em relação à produção leiteira, seja em suas propriedades ou em toda região do Vale. A Figura 16 demonstra certa divisão em relação à opinião dos produtores consultados.

Figura 16 – Questionamento sobre a crença dos produtores de que a produção leiteira possui potencial econômico na região



Fonte: autoria própria (2018)

Finda a parte de análise dos dados coletados através do preenchimento dos questionários, é possível, levando-se em conta as opções com maior frequência, construir um perfil em relação aos produtores de leite do Vale do Paranhana respondentes. Este pode ser caracterizado como estando na faixa de 51 a 60 anos, cuja família possui cinco pessoas ou mais morando junto à propriedade, sendo que estes participam das atividades relacionadas à produção leiteira. Além disso, a faixa de renda de sua família é composta por mais de três salários mínimos, sendo que há membros da família que trabalham em atividades fora da propriedade rural, dentro do conceito de pluriatividade, garantindo renda à família, em atividades diversas.

Em relação à produção leiteira, sua propriedade possui mais de 13 hectares, possuindo cerca de 10-12 animais em lactação, predominantemente da raça Holandesa, gerando cerca de 141 litros/dia de leite, em média. Em relação à forma com a qual comercializa a sua produção, ocorre principalmente através da coleta por parte de cooperativas de produtores, das quais participa atualmente, e da participação no mercado informal, caracterizada pela venda direta ao consumidor final. Também, como forma de qualificar-se, participa de cursos e treinamentos oferecidos pela EMATER.

Enfrenta dificuldades principalmente em relação à rentabilidade da produção leiteira, o que justifica sua inserção no mercado informal, buscando garantir preço maior pelo litro de leite. Já fez uso de linhas de financiamento específicas à produção rural, disponibilizadas pelo Governo, mas não acredita que os incentivos à

produção leiteira são suficientes, devendo, especificamente, trazer mais opções que atendam obstáculos à produção, caracterizados pelo preço pago pelo litro do leite e garantir a isenção de impostos e taxas sobre o produto e insumos, impactando a rentabilidade.

Apesar das dificuldades que enfrenta, pretende continuar produzindo leite e acredita que esta se caracteriza como uma possibilidade de diversificação produtiva para a região do Vale do Paranhana, mas mostra-se levemente pessimista em relação à crença de que a produção leiteira possui potencial econômico na referida região.

4.2 Análise e discussão das entrevistas realizadas

Com o intuito de aprofundar as respostas obtidas através da aplicação dos questionários, também foi realizada uma entrevista com os participantes da pesquisa, o que permitiu conseguir relatos, informações e opiniões mais detalhados sobre suas propriedades rurais, produção leiteira e identificar fatores que contribuem à contemplação do objetivo da pesquisa.

A entrevista foi composta por onze questões adotando-se um modelo de entrevista não-estruturada focalizada, privilegiando a obtenção de informações junto aos selecionados, uma vez que estas possuem maior liberdade para se expressarem. As entrevistas foram realizadas através de visitas às propriedades rurais, previamente agendadas com os produtores, entre os meses de junho a setembro de 2017. Foram realizadas 20 entrevistas e utilizadas seleções não probabilísticas por acessibilidade. Para auxiliar na visitação às propriedades, buscou-se auxílio dos escritórios da EMATER e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios do Vale do Paranhana, acompanhando o pesquisador junto às entrevistas.

Na sequência, detalham-se os questionamentos realizados e respostas angariadas, dando-se destaque às que contenham riqueza de detalhes e informações importantes, além de sintetizarem pensamentos e opiniões gerais em torno de um assunto. A Tabela 11 apresenta a nomenclatura dada aos sujeitos de pesquisa, bem como o município de residência destas (local em que também

mantém sua propriedade rural), o que poderá auxiliar na obtenção de padrões e diferenciação entre realidades encontradas em diferentes localidades.

Tabela 11 – Rótulo dos Entrevistados

Nomenclatura	Município de residência
Entrevistado 1	Três Coroas
Entrevistado 2	Três Coroas
Entrevistado 3	Igrejinha
Entrevistado 4	Riozinho
Entrevistado 5	Riozinho
Entrevistado 6	Rolante
Entrevistado 7	Rolante
Entrevistado 8	Rolante
Entrevistado 9	Rolante
Entrevistado 10	Rolante
Entrevistado 11	Rolante
Entrevistado 12	Rolante
Entrevistado 13	Parobé
Entrevistado 14	Taquara
Entrevistado 15	Taquara
Entrevistado 16	Taquara
Entrevistado 17	Taquara
Entrevistado 18	Taquara
Entrevistado 19	Taquara
Entrevistado 20	Taquara

Fonte: autoria própria (2018)

O primeiro questionamento foi relacionado à participação da família do entrevistado junto à produção leiteira na propriedade, se esta ocorria e, em caso afirmativo, de que forma acontecia. Em apenas um caso (Entrevistado 16), a família não possui dedicação integral ou parcial à atividade, ficando esta sob responsabilidade do produtor, mas, apesar de notar-se a participação da família, frisa-se a baixa participação de jovens nesse processo, que, muitas vezes, não tem interesse no manejo, restando a responsabilidade ao produtor e seu cônjuge, produtor ou seus pais (já em idade avançada) ou até mesmo com a ajuda de um sócio ou auxiliar, realidade em que os filhos dedicam-se à outras atividades fora da propriedade, estudam e não pensam em se dedicar ao leite. Isso atesta a dificuldade que as propriedades da região têm em encontrar sucessores.

Por outro lado, alguns Entrevistados relatam situações em que os filhos mantêm-se na propriedade dedicando-se ao leite e auxiliando nas tarefas, além dos cônjuges. Destaca-se a resposta do Entrevistado 14, que diz que toda a família participa de forma ativa na lida, sendo que seu filho mais velho estava trabalhando fora da propriedade, mas que graças a novas perspectivas de venda da sua produção, encontrando outros captadores, conseguiu trazê-lo de volta para a propriedade e pagar um salário para este continuar junto à produção.

Em seguida, foram questionados sobre sua percepção acerca da agricultura familiar e se seu grupo pretendia continuar no campo ou quais expectativas futuras nutriam. Há um consenso geral entre os entrevistados sobre a importância da agricultura familiar na produção de alimentos para a população, bem como comentários sobre sua desvalorização perante as grandes propriedades. O Entrevistado 1 compartilha sua opinião sobre a agricultura familiar, ressaltando a importância desta para a população no sentido de garantir a alimentação:

Ela é o esteio da economia, pois sem alimento não há atividade que ande. O país está péssimo, mas fome ninguém está passando, graças à agricultura familiar. Os grandes produtores produzem soja e *commodities*, mas a agricultura familiar praticamente, não se envolve com *commodities*, ela produz para subsistência e para a população.

O Entrevistado 13 demonstra preocupação em relação à competitividade da produção da agricultura familiar, mas sem esquecer que, mesmo que encontre problemas para vender seu produto, consegue pelo menos garantir a alimentação de seu grupo familiar. Na visão dos produtores, é necessário um trabalho de valorização do produtor e de seu esforço, o que impactaria na própria permanência do jovem no campo. Há ainda um sentimento de pessimismo, ao menos na região do Paranhana, sobre a continuidade do leite e das próprias propriedades rurais, uma vez que a população rural ativa vem diminuindo e o fenômeno do êxodo rural acontece de forma sistemática atualmente.

O Entrevistado 5 expressa seu sentimento em relação a essa questão, opinião que caracteriza a região do Paranhana em relação à permanência no campo e sucessão nas propriedades. Este afirma que na hora em que não conseguir mais produzir leite, acredita que a produção irá parar em sua propriedade, uma vez que não vê suas filhas dando continuidade, pois, segundo ele, vivem num mundo diferente e não entendem ou não se interessam pelo manejo e trato com os animais. O Entrevistado 8 reforça em seu discurso a necessidade de valorização do pequeno

produtor, lembrando dos acréscimos que a educação pode gerar à permanência dos jovens no campo, “Acho que isso irá melhorar bastante aqui em Rolante com o Instituto (IFSUL – Polo Rolante) e estou fazendo de tudo pra ajudar, recebendo os professores e alunos”.

A dificuldade em encontrar sucessores e em motivá-los a assumirem as propriedades rurais futuramente ainda é ressaltado por grande parte dos entrevistados que afirmam, na maioria das vezes, produzirem até quando conseguirem e então pararem, já que os filhos estão longe de administrarem as propriedades, utilizando-as apenas para moradia, ou até mesmo vendendo as terras, como no caso do Entrevistado 12, que afirma que “não pretendemos continuar, minhas filhas não pretendem continuar na agricultura. Há chances de futuramente vendermos a propriedade. Vamos parar com a produção de leite”.

O Entrevistado 13 colabora ao afirmar que são necessários trabalhos para segurar o produtor no campo, bem como sua família, já que atualmente muitos dos que se veem por aí produzindo já são aposentados de fabricas ou outros segmentos e que voltaram para o campo. Ele ainda afirma que “É complicado de ver isso porque o jovem hoje quer ter seu carro, sua moto, e dependendo a atividade não comporta esse estilo de vida”. O Entrevistado 17, com 46 anos de experiência na produção leiteira, concorda, afirmando que o pequeno produtor deve ser estimulado pelo governo e prefeituras, porque somente dessa maneira conseguirá se manter no campo, produzindo. O Entrevistado 3 complementa ao afirmar que acredita que os jovens não querem mais se envolver na produção leiteira em virtude de ser uma atividade que exige muita dedicação, inclusive aos finais de semana e feriados, o que acaba por afastá-los desse ramo de atividade, sendo que preferem o trabalho em fábricas e comércios.

Apesar das dificuldades encontradas na sucessão familiar dentro das propriedades, alguns produtores afirmam estarem investindo na produção leiteira para dar seguimento à atividade, justamente através de seus filhos. Os investimentos na propriedade servem como forma de atestar aos jovens de que é possível viver no campo e mesmo assim obter uma renda justa que dê suporte à sua manutenção no campo. Tal situação é observada pelo Entrevistado 4, que relata as mudanças e investimentos realizados na propriedade afim de despertar o interesse dos filhos e dar seguimento à atividade:

Aceitamos a ideia da EMATER para estabelecer uma agroindústria legalizada, sendo a única da região. Participamos também de uma palestra, uma capacitação, sobre sucessão na propriedade rural. Temos três filhos e a ideia foi investir na propriedade e agroindústria para que consigam permanecer no campo e não precisem trabalhar em fabricas de calçados ou outros ramos. Pensamos nos filhos e na sucessão, então pretendemos continuar no campo sim. Sempre mostramos para nossos filhos que é possível viver no campo e tirar o sustento daqui, pois já vemos que na idade de 16, 17 anosos jovens já querem sair da propriedade e trabalhar nas cidades. É um tiro na lua, mas acredito que estejamos fazendo a nossa parte, incentivando-os a ficar no campo.

Também, o Entrevistado 14 relata que espera dar sequência através de seu casal de filhos, incentivando-os através do aumento de produção de leite para venda, sendo que já adquiriu mais animais para contemplar essa finalidade. Esse entrevistado ainda faz uma consideração sobre a sucessão familiar: “A nova geração não se interessa pela propriedade, preferem um emprego com ganho certo em empresas do que ficar no campo”.

Outra realidade levantada pelos entrevistados é a diminuição gradativa dos produtores de leite na região pesquisada, o que acaba por prejudicá-los, uma vez que, dependendo do volume de leite produzido, não há coleta por parte das cooperativas e laticínios próximos. O Entrevistado 12 afirma que “[...] atualmente você só escuta situações de famílias que vão parar de tirar leite, que vão partir pro gado de corte. Então, a perspectiva que temos do leite é muito ruim, de uns 5, 6 anos pra cá, está todo mundo parando”. O relato do Entrevistado 15 expõe a realidade e sentimento dos produtores sobre as expectativas e medos destes:

[...] Só vemos pessoas parando, a maioria dos produtores conseguiu se manter porque foi entregar leite na rua, direto para o consumidor. Eu permaneci entregando para laticínios e cooperativas, mas muitos que produziam já pararam, tem um ou outro tirando leite ainda. De produtores que entregam pra cooperativa aqui na região, que o caminhão vem retirar, nessa localidade ficou só eu. Ou entregam para outra finalidade ou direto para consumidor. Isso é triste, porque todo mundo tirava leite, todo mundo vivia do leite. Era a maior bacia leiteira de toda a região e agora ficou um ou outro. É muito triste.

Em seguida, os produtores foram interpelados sobre o sistema cooperativista, se já haviam participado ou se possuíam interesse, solicitando que também comentassem sobre suas experiências em relação à cooperativas.

Atualmente, parte dos entrevistados participa de uma cooperativa, em especial, a Piá, com sede localizada em Nova Petrópolis. Os relatos indicam solidez em relação a esta, principalmente do ponto de vista estrutural. Os Entrevistados 6 e

11, atualmente cooperados da Piá, sinalizam que esta presta assistência, enviando veterinário que desloca-se uma vez por mês às suas propriedades, além de contarem com outros suportes técnicos relacionados à qualidade, entre outros benefícios. O Entrevistado 17 cita que “[...] a Piá tem uma estrutura forte, é a melhorzinha entre as que ainda estão ativas na região, além de pagarem certinho, sem atrasos”. O Entrevistado 18 também concorda com essa visão, afirmando que, entre as cooperativas restantes na região, ainda constitui-se como a melhor opção, uma vez que existem outros laticínios, mas não se pode confiar nestes em virtude de, na maioria dos casos, apresentarem problemas financeiros, irem a falência e não realizarem os devidos pagamentos aos produtores.

Porém, pelas entrevistas nota-se um apoio pequeno no que tange negociações de insumos, qualificação da produção, saúde do gado, entre outros focos em que a cooperativa poderia ajudar. Nesse sentido, o Entrevistado 7 relata que “a Piá até dá algum apoio, mas quando precisa temos de ir atrás porque demora muito”. Além disso, os entrevistados, muitas vezes, reclamam do pouco preço pago e de não possuírem garantia em relação à captação da produção num futuro próximo. Assim, a cooperativa acaba agindo quase como que um laticínio tradicional, focado em objetivos próprios em vez de ter uma atuação mais colaborativa junto ao pequeno produtor e associado.

O Entrevistado 3 registra o pouco apoio ao produtor, onde exige-se investimentos em qualificação da produção, mas este não tem a garantia de que seu leite será captado durante determinado tempo, o que amedronta e desmotiva muitos produtores a tentarem melhorar o seu produto:

Muitos produtores não querem saber mais da Piá porque exige várias coisas, como resfriadores, sala de ordenha e investimentos, aí, depois de certo tempo, simplesmente deixavam de captar leite dessa pessoa e ela ficava com a dívida. Isso ocorreu com vários conhecidos. Teria de haver um comprometimento com o produtor, um documento que registrasse que teriam de captar leite durante determinado tempo do produtor. Os produtores ficam a mercê desses captadores de leite, situações em que passam numa rua pra retirar a produção e não conseguem entrar em outra do lado pra pegar o leite produzido.

Chrestani *et al.* (2008) relatam em seu trabalho situações semelhantes, divagando que pouco se faz pelos produtores, havendo espaço para um maior apoio aos produtores, através de suporte e assistência técnica, almejando a qualificação do leite e aumento da produtividade, além do fomento à aquisição de equipamentos como ordenhadeiras e resfriadores. Assim, resgatando Silva, Camara e Telles (2016)

o aumento no emprego de tecnologia promove melhores índices de produtividade e preços maiores ao produtor, o que deveria ser amplamente motivado pelas cooperativas. O Entrevistado 14 cita que a cooperativa também poderia ter um papel mais ativo, auxiliando em questões como a compra de ração e alimentação dos animais, uma vez que, adquirindo em grandes quantidades, poderiam vender aos produtores com preço mais baixos em relação aos praticados pelo mercado, o que ajudaria na diminuição dos custos operacionais das propriedades. Segundo ele, atualmente compra todos os insumos de empresas particulares, exatamente porque não recebem ajuda da cooperativa. Nesse ponto, o relato do Entrevistado 19 merece ênfase, pois complementa essa opinião, inclusive comparando a atuação da cooperativa leiteira da qual faz parte com cooperativas de outros segmentos, como produção de arroz, afirmando que o apoio ao cooperado, na região do Vale do Paranhana, ainda é precário, tendo espaço para um apoio mais ativo, principalmente no caso de compras coletivas com preços menores ao produtor:

Já participei de outras, todas quebraram. Não eram boas, qualquer uma delas, principalmente porque, aqui, na nossa região, eram e são cooperativas só no nome. Elas não trazem apoio nenhum e só visam o próprio lucro, só lucro. Eram e são empresas, não estão preocupadas com o produtor. Eles não podem nem intermediar a compra de ração, de soja, etc, tudo temos de comprar direto, não fazem nada para ajudar. Pra ter uma base, o milho que eu uso, hoje vem de uma cooperativa lá de Teutônia, outro insumo vem lá de Passo Fundo, adubo de Lindolfo Collor. Por que não posso comprar aqui? Por exemplo, tem um conhecido que participa de cooperativas de arroz em outra região, ele comprou as sementes e a cooperativa da qual faz parte foi lá com agrônomos pra ajudar ele. Aqui não vemos isso, são tão medonhos que não conseguiram nem intermediar e facilitar a compra de uma pá para o trator, coisa que outras cooperativas conseguem ajudar os produtores. A própria cooperativa poderia ganhar uma porcentagem nas vendas desses itens. O atendimento e suporte aos associados é muito ruim. A única coisa boa é o preço dos remédios, tem o preço mais baixo.

A capacitação, fortalecimento e segurança do produtor são lembrados por Pocard-Chapuis *et al.* (2000) e Chrestani *et al.* (2008), seja no estabelecimento de um sentimento cooperativista, apoio ou minimização das dificuldades enfrentadas pelos cooperados. Assim, Viana e Ferras (2007) falam da importância das cooperativas auxiliarem na barganha e negociação, seja com fornecedores ou com clientes, papel central destas no sentido de viabilizar a produção. Outro ponto frisado pelos entrevistados foi a questão do preço pago pelo litro do leite, que só é informado aos produtores no momento do pagamento ao final do mês, o que prejudica o planejamento da propriedade do ponto de vista financeiro,

comprometendo investimentos em longo prazo. O Entrevistado 13 afirma que vêm acompanhando várias reclamações dos produtores sobre a atuação da Piá porque nunca sabem que preço vão receber e quando receberão e, dessa forma, não conseguem se planejar. A mesma questão é apontada pelo Entrevistado 20, que acredita que poderiam ter mais controle sobre o preço pago ao produtor. Atualmente, conforme os entrevistados há bonificação ao produtor pelo seu volume de produção, ou seja, quanto mais litros diários produzir, mais se paga pelo litro do leite captado. Tal sistema é criticado pelo Entrevistado 18, que acredita que outras questões, do ponto de vista sanitário, deveriam ter um peso maior sobre o preço pago ao produtor, já que necessita-se investimentos e cuidados contínuos com higiene dentro das propriedades, não só com aumento de produtividade:

[...] a cooperativa tinha de avaliar outros quesitos, visitar a propriedade, temos um galpão muito caprichado, limpinho, mas você vê outras propriedades que são horríveis. Os próprios resfriadores sempre devem ser limpos, e tem lugares que o pessoal não faz higiene. Isso eles tem de valorizar, quem cuida mesmo da produção.

Também, a questão de volume foi enfatizada pelos entrevistados no sentido de ser um pré-requisito para que o leite seja recolhido ou conte com preço por litro adequado. O Entrevistado 16 diz que para conseguir entregar para a Piá ou outra cooperativa semelhante, “[...] têm produzir um alto volume de leite, além de uma boa quantidade de produtores com boa média de produção de leite, caso contrário, a cooperativa não se dispõe a coletar, o que ocasionará cada vez menos propriedades ativas. Ainda cita “[...] não vai ter nem quem recolha o leite. Duvido muito que os caminhões das cooperativas vão vir pra uma localidade pra recolher só de um produtor, média de 100, 150 litros. Eles não vão mais recolher desse”. Santos Filho (2009) fala sobre isso, afirmando que o preço é formado através do volume produzido e sua qualidade, mas isso nem sempre ocorre, o que pode ser atestado pelo relato dos entrevistados, O mesmo diz Klauck (2009) quando diz que há desigualdades no tratamento dado aos produtores, privilegiando-se determinados grupos em detrimento de outros.

Os relatos também indicam desconfiança em relação à participação em cooperativas, muito em virtude de experiências anteriores vivenciadas por parte dos entrevistados, citando principalmente a Cooperativa Riograndense de laticínios e Correlatos Ltda. (COORLAC), Cooperativa dos Produtores de Leite Encosta da Serra Ltda. (COOPLESA), Cooperativa Agropecuária Rolantense Ltda. (CAPROL) e

Cooperativa Taquarense de Laticínios Ltda. (COOTAL), das quais alguns entrevistados relatam problemas de gestão, dificuldades nos pagamentos e desvios financeiros, além de casos de desamparo ao produtor, agindo como cooperativa apenas no início dos trabalhos. Há também o relato do caso da CAPROL, onde o foco inicial da cooperativa mudou, passando a abranger produção de móveis e produção de vinho, conforme o produtor entrevistado, colaborando para seu enfraquecimento e conseqüentemente extinção. Também há situações em que os produtores citam, de imediato, a ocorrência de “roubos”, o que acabou por tirar o crédito das organizações cooperativas junto, principalmente, à classe de agricultores de base familiar, situação em que afirmam que tal prática é comum. Conforme o Entrevistado 8 “[...] aqui pra nós, na região, temos experiências ruins no passado com cooperativas, fica ruim de falar. No passado, fui sócio da COOPLESA, e algumas coisas complicadas aconteceram”. Nesse sentido, o Entrevistado 6 colabora:

Já participei de cooperativas. A experiência foi boa, a gente aprendeu muito, só que tem aqueles caras que sempre gostam de desviar. Em cooperativa sempre tem, A COOPLESA, entre outras, todas faliram por causa de roubos. Meu filho está com nome sujo por causa disso, assinou de avalista na diretoria e ela quebrou por causa desses desvios.

Situação semelhante é expressa pelo Entrevistado 10, que afirma que “já participamos, já éramos sócios, e fomos meio mal. Quebraram e ficamos com dinheiro em haver. Eram as antigas CAPROL e COOPLESA. Não tivemos sucesso com a tal de cooperativa, a cooperativa virou explorativa”. O Entrevistado 16 compartilha sua experiência em relação à participação nas cooperativas do Vale do Paranhana:

Já participei da COOPLESA, COORLAC e CAPROL. Foi uma coisa boa participar das cooperativas, mas sempre tinha aquela coisa, tivemos problema de gestão nas cooperativas. Na CAPROOL, eles tentaram abrir demais, ir pro lado dos móveis, tentaram alguma coisa com vinho, outros focos, outras coisas. Fugiram demais do objetivo central, aí foi por água abaixo.

Há situações em que a participação como associado de uma cooperativa é descartada de imediato exatamente por problemas vivenciados no passado e que geram conseqüências até os dias atuais, como no caso do Entrevistado 13. O principal problema apontado pelos entrevistados foi relacionado à gestão dessas cooperativas, muitas vezes amadora, e que ocasionou seu fechamento, deixando produtores à deriva. O Entrevistado 13 sugere a profissionalização da gestão, uma

vez que as cooperativas, muito mais do que contarem com bons técnicos, também precisam contar com administrações concisas:

Já participei (de cooperativas) e não tenho mais interesse. Eu já participei da COOPLESA e fiquei enrolado, coisa de 12 anos atrás, cobranças que vêm pra mim sem eu ter feito nada de errado. Entrei de avalista e quando não deu mais certo fiquei com o nome sujo. Hoje, se eu fosse pra uma cooperativa, tem requisitos que eu exigiria. Primeiro, administração profissional, qualificada, porque ninguém nasce administrador, contador, vendedor, etc. Nem todo mundo tem essas qualificações. Formar uma diretoria com pessoas leigas, tende realmente a quebrar de todos os lados. Se for ver todas as cooperativas, a maioria quebrou por causa de coisas semelhantes. Se você montar uma cooperativa, tem de montar uma administração boa, tem de fazer anualmente uma auditoria, tem de ter alguém responsável administrativamente. Foi o que aconteceu na COOPLESA, quando conseguimos convencer a fazer auditoria, já estava quebrada. Hoje, está essa dívida no banco. Não adianta ter só a parte técnica e achar que é suficiente, se você não administrar tanto sua propriedade, ou até mesmo a cooperativa, não dará certo. Eu hoje não me associaria mais, por tudo isso que te falei. Já vi várias situações em cooperativas e acho que muita coisa deveria mudar, daria pra seguir exemplos como da Santa Clara e Languiru, cooperativas que vemos com estrutura.

O Entrevistado 14 também demonstra seu descontentamento em relação à formação das cooperativas das quais participou, citando que nasciam como uma forma de unir os pequenos produtores, algo para ajudá-los, mas tais discursos aplicavam-se apenas no início de sua atuação, até conseguir-se formar a cooperativa, sendo que depois desse ato, o pequeno produtor era deixado de lado. Além disso, sugere que os grandes produtores não deveriam ter participação determinante junto às cooperativas, citando que estes sempre estiveram envolvidos nas cooperativas das quais participou, uma vez que não dependem disso para seu sustento e possuem condições de ampliarem a produção e investirem na propriedade sem maiores sacrifícios

Essas experiências mal-sucedidas acabaram por criar um ambiente de individualismo, desconfiança e descrédito em iniciativas cooperativistas. A opinião do Entrevistado 2, que afirma que “Não participamos e não temos interesse em participar por causa de vários conhecidos que se deram mal participando de cooperativas”, justifica a distância da região em relação ao modelo cooperativista de produção. De fato, constata-se que caso seja uma iniciativa séria que realmente vá ao encontro das necessidades de apoio do cooperado, os produtores sabem que a formação de uma cooperativa pode gerar acréscimos significativos à produção leiteira regional. Nesse sentido, o Entrevistado 3 expõe sua vontade de participar “se tivesse uma cooperativa, eu gostaria de participar. Tenho interesse, mas não tem

nenhuma aqui, a única que tem é a PIA, mas não pegam nosso leite. Se tivesse uma cooperativa aqui na região, tenho certeza que muitos voltariam a produzir leite”. O Entrevistado 1 também demonstra desejo em participar de uma cooperativa, mas desde que seja uma iniciativa séria, sem visar benefícios pessoais ou à poucos produtores, o que afirma ser prática comum, complementando “Se fosse uma iniciativa séria, com certeza teria interesse em participar. Infelizmente, Temos exemplos aqui no município, de pessoas que montaram cooperativa para merenda escolar, usaram produtores como laranjas e compram coisas da CEASA (Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul), pensando apenas no seu lucro”.

A opinião do Entrevistado 1 também ajuda a entender o sentimento dos produtores do Vale do Paranhana sobre a constituição e participação em cooperativas, afirmando que é difícil proceder nesse sentido pois há uma desconfiança frequente entre os próprios agricultores.

Eu sempre fui incentivador do cooperativismo, até já iniciei conversas para formar cooperativas na nossa região, mas aqui é complicado, o pessoal é muito individualista, ninguém olha para o vizinho ou amigo. Cada um só pensa em si. Parece que há uma desconfiança constante por parte dos produtores. Já tivemos outras cooperativas grandes aqui na região e quando chegaram no pico, quebraram por causa de dívidas, de desvios, aí as pessoas passaram a ver com outros olhos e com receio a atuação das cooperativas. Mas se é algo sério, não tem porque temer. O maior culpado é o associado, que tem de ficar em cima de quem está administrando. Se ele está junto, está em cima, participando, a história é outra.

Tal cenário tende a ter colaborado para um enfraquecimento geral da bacia leiteira do Vale do Paranhana pois, conforme a literatura e contribuições de autores como Fauth e Feix (2015), o aumento de produtividade é observado em regiões em que os produtores conseguiram se organizar em cooperativa sólidas, mesmo que menores, apresentando resultados amplamente superiores tanto na produção como comercialização de leite, além de melhores negociações em preços e insumos. O estabelecimento de cooperativas que trabalhassem junto ao produtor, servindo como apoio à este, poderiam servir para que esse enfrentasse questões como a barganha junto a fornecedores, a ameaça dos concorrentes, a entrada de produtos substitutos ao leite, ampliando a competitividade de sua unidade produtiva, usando-se como base o modelo das 5 forças de Porter (2004).

Prosseguindo com a entrevista, os sujeitos de pesquisa foram questionados se acreditavam que a produção leiteira teria potencial econômico e que poderia conquistar mais espaço na região do Vale do Paranhana, necessitando-se justificar

a afirmação. A opinião dos produtores, de maneira geral é que levando-se em conta o cenário atual, a atividade leiteira não tem potencial econômico e não a consideram em condições de conquistar mais espaço na região, estando fadada à redução gradativa de produtores, mas pontuam que se houverem mudanças e um maior apoio, a atividade pode adquirir potencial econômico importante para a região do Vale do Paranhana, já que existem propriedades e animais adequados para a atividade.

O cenário atual, negativo, existe em grande parte pela redução no número de produtores, que deixam a atividade pelos altos custos envolvidos, poucas cooperativas e laticínios, desvalorização do leite e êxodo rural, uma vez que alguns produtores citam a falta de sucessores dentro de suas propriedades. Colabora com isso um quadro em que as pessoas acreditam ser um trabalho muito grande para um retorno inadequado. Também, citam a existência de poucas cooperativas e laticínios, o que estimula a constituição de “monopólios” sobre o preço pago pelo leite, onde as exigências são muitas e o retorno diminuto. Contribui o Entrevistado 3, “no cenário atual, ninguém se motiva a participar, veem situações ruins que os produtores passam e pensam [eu não quero participar disso]. Mas se tivesse uma estrutura, alguém que captasse e ajudasse, com certeza os produtores se motivariam a participar”.

A opinião do Entrevistado 5 expõe um sentimento generalizado entre os entrevistados, que pontuam questões como a rentabilidade atual do leite e dificuldade em contar com jovens no manejo do plantel junto às propriedades. O entrevistado 5 afirma:

Eu vejo com muito pessimismo essa questão do leite. A juventude não quer mais, os velhos estão ficando cada vez mais idosos e pela questão financeira não acho que ninguém quer entrar pra produção de leite. Todos acham pouco retorno para muito trabalho e preferem entrar pra um escritório ou uma fábrica, onde você para de trabalhar na sexta-feira de tarde e volta na segunda-feira de manhã. Hoje uma vaca boa custa R\$ 6.000,00, R\$ 7.000,00 reais, algumas por R\$ 3.000,00, R\$ 4.000,00, mas não é grande coisa. Não é só o leite que se tira, é toda uma estrutura que tem de ser criada além dos animais, como sementes, remédios, etc. Quem está na produção ainda é meia idade pra cima. Na faixa de 18 a 25 anos, tem de procurar bastante aqui na região. E quem vai convencer alguém de 16 e 17 anos que a produção de leite é uma boa ideia, vendo o trabalho que seus pais e avós passam?

Os Entrevistados 7, 10 e 11 afirmam que há potencial sim, mas o grande problema é encontrar pessoas dispostas a continuar produzindo leite, uma vez que o mercado é muito variável, não tendo segurança no longo prazo. Também citam que

existem bons animais e boas terras, mas nem todos querem trabalhar no campo, pois tem de se dedicar abaixo de chuva, frio, sol, sem finais de semana. O Entrevistado 15 corrobora afirmando que, na sua opinião, há poucos jovens no campo porque o trabalho é “de segunda à segunda”, então não são muitos que querem assumir esse compromisso, sendo que se houvessem incentivos para o jovem ficar no campo, poder-se-ia criar um cenário melhor para o leite.

A questão de permanência do jovem no campo é bastante frisada pelos entrevistados, acreditando que o futuro do leite na região tende a piorar caso não sejam tomadas medidas de incentivo para sucessão nas propriedades e pessoas mais jovens cuidando do manejo. A opinião do Entrevistado 16 é mais pessimista: “Quem tira leite é quem já está velho, tirou a vida toda. E não tiro a razão, como tu vai investir na produção de leite? Sem condições com a entrada de dinheiro que esse gera” diz o Entrevistado 16. O Entrevistado 19 reforça essas opiniões sinalizando as dificuldades que um produtor iniciante enfrenta, principalmente relacionadas ao volume de produção, exigido em alta escala desde o princípio:

Acho que o leite só tem potencial de diminuir. Não tem gente nova trabalhando. Nas reuniões, sempre digo: só valorizam quantidade. Como um “gurizão” novo vai começar a trabalhar com alta quantidade? Ele não vai ser valorizado, eles não vão dar valor pra ele pela pouca produção. Têm de incentivar o pequeno antes do grande. Aqui não tem mais quase ninguém no leite, poucos produtores, exatamente por causa dessa pouca valorização ao pequeno.

Apesar dessas dificuldades, na visão do Entrevistado 3, a região do Vale do Paranhana possui potencial sim e, caso houvesse uma cooperativa realmente comprometida com os produtores, muitos retomariam e ampliariam a produção de leite: “[...] muita gente que parou, tirando 300L, 400L por dia, foi porque cooperativas como a Piá exigiram aumento de produção, duplicação, e estes não tinham como investir tanto, aí pararam”. O Entrevistado 8 vai ao encontro a isso quando afirma que acredita que o leite possui potencial para obter mais espaço em nossa região, mas deveria haver uma melhor organização da cadeia produtiva, que atualmente conta com poucos laticínios captadores de leite, o que acaba comprometendo as propriedades. A questão de necessidade de mudança na cadeia do leite também é ressaltada pelo Entrevistado 3, citando a existência de somente uma cooperativa captadora de leite na região, o que faz com que todas as exigências destes sejam cumpridas, caso contrário, deixam de coletar a produção do agricultor, “eles não sabem ajudar o pessoal, a ajuda é muito pouca para os cooperados, bem como

disponibilidade de veterinários e apoios. A visão que fica é de que só cobram, e quando você não serve mais, deixam de captar leite de você". Tal pensamento também é compartilhado pelo Entrevistado 15:

É uma pena, porque apesar de tudo, ligado a agricultura, a melhor coisa ainda é o leite, porque você recebe todo mês, ou a cada quinze dias, dá trabalho mas você recebe dinheiro todo o mês, diferente de outros cultivos. Já plantei arroz e é uma renda por ano. Você fica o ano todo na "pindaíba" esperando a safra. E ainda tem isso, se não der uma safra boa, já era, você quebra.

Acreditando no potencial econômico da produção leiteira na região do Vale do Paranhana, o Entrevistado 9 mostra-se surpreso com os rumos que o leite tomou: "Sim, com certeza acredito no potencial. Eu não entendo como caiu tanto a produção aqui, na realidade. Deve ter caído por falta de incentivo, pela falta de confiança. São poucos que estão continuando, muita gente desistindo. Nesses últimos 10 anos resistiu só quem queria mesmo".

Como forma de melhorar a cadeia do leite regional e, conseqüentemente, torná-lo mais atrativo, os produtores sugerem principalmente um controle efetivo de preços mínimos pagos ao produtor, para que esse consiga se organizar de forma mais adequada. Isso é enfatizado pelo Entrevistado 12, que afirma que o leite teria um futuro bom e potencial econômico caso o preço do leite pago ao produtor fosse um pouco mais alto. Na opinião deste, o produtor que trabalha dia e noite, ainda tem de arcar com os custos relacionados ao plantel, remédios, alimentação e outros insumos, porém, apesar de concentrar o "grosso" dos custos, é o que menos recebe em toda a cadeia.

Também, visando a melhoria, a constituição de pequenas agroindústrias para o beneficiamento do leite é sugerida pelo Entrevistado 13, servindo para que o produtor possa agregar valor já dentro da propriedade, sem depender tanto de laticínios e cooperativas, bem como o estabelecimento de pequenos agrupamentos de produtores para que através dessa união alcancem a prosperidade.

Somente se criar pequenas indústrias que tenham objetivo de trabalhar paralelo ao produtor, aí sim tem potencial, tem condições, tanto para o leite líquido como para industrialização. Produzir leite para entregar para essas empresas maiores eu não vejo futuro, é muita exploração. Com agroindústrias é mais fácil do produtor não ter intermediários. Outra ideia mas mais complexa é juntar 4 famílias e unir estas pessoas, concentrar essas pessoas e trabalhar coletivamente. É uma chance do pequeno prosperar, se unir. O que acontece é 3 ou 4 brigarem por valores então que se juntem e consigam fortalecer a sugestão de preço e produção.

Por fim, citam que a produção poderia adquirir um foco diferente, usando a produção orgânica de leite como propulsor, já que a busca por alimentos orgânicos aumenta e seria um diferencial regional. O Entrevistado 8 afirma “Acho que a saída será a produção de produtos mais orgânicos, mais saudáveis, isso será uma saída boa. Isso está crescendo, há uma movimentação e a produção de orgânicos a partir da agricultura familiar seria interessante”. Tal opinião, de que uma produção mais orgânica pode ser uma saída para viabilizar a produção leiteira regional, é compartilhada pelo Entrevistado 13, que ainda lembra os escândalos recentes em que a produção leiteira se envolveu, o que leva à busca de um produto natural e saudável para o consumo “as pessoas estão com medo de tomar leite por causa da falta de qualidade do produto que consomem. Se oferecermos algo de qualidade, bem produzido, com certeza haverá potencial de mercado para estes”. Essas afirmações são consoantes à Galdino, Domingues e Lapenna (2012), quando estes afirmam que a produção orgânica tende a ser uma opção para a agricultura familiar, uma vez que paga melhores preços e aprimora a competitividade das propriedades, que não precisam seguir, estritamente, os valores pagos aos produtos comuns oferecidos no mercado.

Na sequência, ainda debatendo-se o leite como opção à diversificação produtiva regional, questionou-se a opinião dos entrevistados sobre este ser uma opção à produção calçadista, atividade predominante no Vale do Paranhana. O questionamento foi: “É sabido da predominância da produção calçadista em nossa região. Você acredita que a produção leiteira pode ser uma opção de diversificar a produção regional?”.

As respostas acabaram por servir de complemento à questão anterior, auxiliando a compreender a posição dos pequenos produtores entrevistados sobre suas perspectivas em relação à produção leiteira, sendo que acreditam que essa atividade possa ser uma boa opção de diversificar a região desde que hajam trabalhos sérios a longo prazo por parte do Governo e prefeituras, no sentido de apoiá-los, estabelecendo preços mínimos e também desburocratizar questões como documentações exigidas e contratação de funcionários, estabelecendo regimes especiais para o trabalho no campo.

Expressando crença de que a produção leiteira pode se constituir em opção de diversificação produtiva para o Vale do Paranhana, além da indústria calçadista já

existente, o Entrevistado 8 afirma “eu acho que sim, pois como disse, o leite é algo permanente, já o calçado tem altos e baixos, é só ver a situação de Rolante, sempre cai”. Corrobora a opinião do Entrevistado 20, que diz “acho que as pequenas produções podem ser uma opção sim. Para isso, deveria haver mais incentivo ao pessoal da colônia para ficar no campo em vez de ir pra indústria. Eu já fui industrial e vi as duas realidades”. Ainda, o Entrevistado 9 também acredita que a produção leiteira pode ser uma opção ao calçado, tanto que frisa o estabelecimento de pequenas agroindústrias para beneficiamento do leite e venda à outros segmentos, como padarias e mercados, como exemplo de que o segmento possui viabilidade e potencial. A fala do Entrevistado 17 demonstra que o atual cenário não proporciona uma perspectiva positiva à questão do leite, mas se um trabalho a longo prazo, congregando produtores, captadores e instituições públicas fosse feito, os resultados seriam tangíveis, “[,,] Poderia ser uma opção sim, assim como todo o agronegócio regional, porque o calçado também não está mais dando certo aqui”.

O Entrevistado 1 também acredita que o leite possa ser uma opção, mas reitera a necessidade de esforços para a garantia de preços mínimos pagos ao produtor, o que viabilizaria a realização de investimentos e planejamentos mais adequados:

Volta tudo a garantia de preços. Desde que o Governo estabeleça um preço mínimo ao litro do leite. Enquanto ele está tirando o couro do produtor para manter o leite no mercado, ninguém vai se aventurar nesse mercado. A vaca você tira leite de manhã, de noite, você tem de alimentar ela constantemente, tem de ter pastagens, ela não tem feriado, não tem final de semana, enfim, é um trabalho muito insalubre e árduo para um retorno muito pequeno.

A precificação também é uma questão crucial, na opinião do Entrevistado 5, uma vez que, segundo ele, a lógica é o preço ser estabelecido depois que o leite já foi produzido, além de uma desvalorização do produto dos pequenos produtores em relação ao mesmo produto encontrado nos mercados, “Quero estar vivo pra ver o dia em que alguém chegar na colônia e pedir quanto estamos cobrando pelo produto. O que vivemos é a realidade em que produzimos e aí nos dizem quanto vão nos pagar”.

A necessidade de apoio e incentivo, principalmente por parte dos municípios, é considerada pelo Entrevistado 4, onde relata que investiu cerca de R\$ 300.000,00 na constituição de uma agroindústria para beneficiamento do leite em sua propriedade, mas esbarra em questões burocráticas municipais, “não recebemos

muita ajuda, pois não conseguimos nem veterinário para liberar questões sanitárias necessárias à nossa agroindústria. Já tenho tudo pronto, rótulos, maquinário, mas resta a liberação por parte do município”, citando ainda que investiu alto para sair da clandestinidade e infelizmente permanece nessa situação no momento. O Entrevistado 18 também frisa o incentivo governamental e municipal através de maquinário adequado para dar suporte aos produtores, bem como a diminuição da burocracia para contar com esses auxílios. A opinião é compartilhada ainda pelo Entrevistado 20, “a produção de leite é válida sim, desde que haja um incentivo do Governo, das próprias prefeituras, fazendo um meio de campo para auxiliar o produtor e diversificar a produção aqui da região”.

O Entrevistado 7 demonstra achar a possibilidade válida, porém, afirma que deveriam haver mais incentivos ao produtor que permanece no campo, pois sua produção é necessária para a alimentação da população e este sempre sofre com qualquer variação e crise, sendo obrigado a reduzir preços e trabalhar no limite. O Entrevistado 15 também sustenta opinião semelhante, afirmando que o cenário atual é difícil, mas se houvesse mais incentivo ao leite e em especial ao pequeno produtor, seria uma opção válida ao calçado, uma vez que a posição geográfica do Vale do Paranhana privilegia a logística e, contando com maior apoio, poder-se-ia manter os jovens trabalhando junto nas propriedades, o que geraria melhores expectativas

O Entrevistado 5 demonstra pessimismo em relação à possibilidade da produção leiteira ser uma opção de diversificação produtiva regional, afirmando que um trabalho de conscientização sobre a valorização da agricultura familiar deveria ser realizado para que toda a comunidade possa abraçar essa ideia e todo o trabalho dispendido pelos produtores rurais:

Vejo com muito pessimismo. Ninguém quer trabalhar, todo mundo quer comer, e essa é a importância da pequena propriedade. Pra você estar comendo, alguém deve ter produzido, e esse deve estar numa situação muitas vezes pior que a sua. Deve haver um trabalho de conscientização sobre a agricultura familiar, para que as pessoas saibam onde seus alimentos são produzidos e valorizem isso. Muitas vezes nem os pais passam isso aos seus filhos e esse vínculo é quebrado. Precisa ser criada uma estrutura muito grande por parte de Prefeitura, órgãos responsáveis, fazendo um trabalho para mostrar à população que dá pra voltar à propriedade, que se criará uma estrutura, quase uma conscientização, mas é um trabalho muito difícil de ser realizado. O leite não nasce na caixinha, a comida também de ser plantada por alguém. Além disso, como tivemos exemplos ruins com cooperativas aqui no município, quando alguém quer

fazer alguma coisa já se diz que ele quer meter a mão no caixa, roubar. Fazer alguma coisa ninguém quer, mas meter o dedo no nariz do outro, sim.

Já o Entrevistado 10 mostra descrença em relação à possibilidade do leite se constituir em opção de diversificação ao calçado: “Poder, até poderia. Mas a gurizada que já saiu do campo dificilmente volta. De 1000, 2 que vão voltar pro campo. Preferem empregos de segunda a sexta, porque tem mais tempo e tudo mais”. Semelhantemente, o Entrevistado 16 expõe sua opinião, “não acho, não tem como (ter viabilidade). Se tivesse mais incentivo e mudasse bastante o cenário, seria possível. Trabalhar com leite está cada vez pior”.

A pergunta subsequente foi novamente direcionada a levantar a opinião dos entrevistados sobre a diversificação produtiva regional: “Você acredita que o Vale do Paranhana precise diversificar sua produção ou continuar focando na especialização produtiva na área do calçado?”. A totalidade dos respondentes acredita que a diversificação é necessária, uma vez que o mercado calçadista vêm se mostrando instável nos últimos anos, gerando a extinção de postos de trabalho, o que acaba também por contribuir na descrença de que o calçado ainda tenha fôlego para ser o foco regional.

Nesse sentido, a fala do Entrevistado 2 sintetiza esse sentimento, “Acho que tem de diversificar, pois só vemos fábricas fechando, temos de trazer novos ramos pra que todos possam ter empregos”. O relato do Entrevistado 13 foca na necessidade de diversificar para que a população ache opções de trabalho de forma mais fácil:

Tem de diversificar, porque a gente tem experiência, o mercado é muito instável. Estamos nas mãos dos grandes produtores, e isso acaba sendo complicado para a região. O governo acaba carregando nos impostos e a quebraadeira das empresas é geral. Até porque se der uma zebra, aquele cara que é empregado pelo menos tem alternativas além do calçado.

O Entrevistado 17 ainda complementa afirmando que a necessidade da diversificação é latente, uma vez que as grandes empresas calçadistas regionais fecharam ou se mudaram para outros estados/países onde conseguiram mais benefícios fiscais, lembrando ainda que para as pequenas empresas que sobraram, a situação é complicada, “[...] para as pequenas que sobraram, também não está bom. Com todos esses problemas pra contratar mão de obra, está cada vez mais difícil manter uma empresa e isso acaba gerando muito desemprego aqui, teríamos de mudar”. Na visão do Entrevistado 3 reforça, “Se não entrar algo novo, não sei o

que vai acontecer, pois quando há uma crise assim, você tem de inovar, tem de pensar em algo novo. Se você fizer sempre a mesma coisa, vai parar no tempo".

O relato do Entrevistado 5 demonstra sua opinião sobre a saída de empresas calçadistas da região do Vale do Paranhana, com uma abordagem diferente dos demais, frisando que não se pode deixar esse segmento de lado, continuando com investimentos e, ao mesmo tempo, pensando em formas de atrair novos ramos de atuação:

[...]usando o exemplo do calçado, vemos que diversas fábricas foram para o nordeste ou outros países por causa de benefícios fiscais, e várias pessoas estão desempregadas no Paranhana. Vemos pessoas com 20, 25 anos de fábrica, dando o couro pela fabrica, e aí elas simplesmente vão embora. Onde fica a cumplicidade e responsabilidade? A diversificação é boa e necessária, mas se um setor está bem, como você vai deixar de se focar nesse que predomina? Pode-se investir no calçado enquanto estiver bom, mas temos de diversificar para não ter problemas.

O Entrevistado 4 reforça sua opinião sobre a necessidade de diversificação, uma vez que o desemprego da indústria calçadista afeta seu volume de venda da produção e, conseqüentemente, sua renda, "em virtude da crise no calçado, as pessoas gastam menos, quem está acostumado a gastar R\$ 100,00 comprando iogurte e outros produtos, deixa de comer algo, diminui, cai pra R\$ 50,00. A mesma situação é exposta pelo Entrevistado 5, "o setor do calçado segurou muitas pontas ao longo do tempo. Minha venda era 30% maior quando o setor era mais forte. O número de fregueses não chegou a diminuir tanto, mas o volume sim".

O Entrevistado 1 também frisa que os administradores municipais devem buscar novas opções, uma vez que toda estrutura regional gira em torno do calçado e esse segmento vem encontrando dificuldades, "Vemos aposentados tentando voltar ao campo depois de trabalhar nas fábricas mas não conseguem, gostariam de ter um sítio e uma pequena produção, mas não acontecem". No ponto de vista do Entrevistado 8 e 11, a necessidade de diversificação é urgente, porque para qualquer região ser interessante, ela tem de ter mais de dois ou três ramos diferentes, já que fixando-se somente numa atividade, há chances da população enfrentar dificuldades em caso de crise. Para o Entrevistado 8 "até dentro da agricultura as propriedades têm de ter 3 culturas, algo assim, conseguem se manter. As cidades também são assim, o calçado está aí, mas deveriam haver mais ramos diferenciados". Nesse sentido, o Entrevistado 6 colabora afirmando que já nota uma busca por novas opções na região, "[...] já vejo muitos produtores de

calçados que vêm nos visitar e querem ter outras atividades produtivas além do calçado, isso pode ser um sinal de que dá para mudar".

Em relação ao ramo a ser estimulado, alguns entrevistados acreditam que a agropecuária seria interessante como opção produtiva. O Entrevistado 12 afirma "Na indústria e no calçado não apostaria nada, então eu elencaria a agricultura e agropecuária mesmo". Corrobora a frase do Entrevistado 7 "O que enche a barriga é a alimentação, acho que seria uma boa forma de diversificar através disso, até mesmo de agroindústrias menores, regionais". Por fim, o Entrevistado 10 concorda com os anteriores, afirmando "[...] com certeza o ramo que estamos, da agricultura e pecuária, poderia ser bem mais explorado e incentivado".

Em seguida, os entrevistados foram questionados sobre quais desafios enfrentavam atualmente como produtores rurais e, além disso, especificamente como produtores de leite. As respostas convergem para o lado da rentabilidade proporcionada pelo leite, sendo o maior desafio superar o pouco preço pago pelo produto, a desvalorização da produção em baixa escala e os altos custos presentes na pecuária leiteira. Surgem opiniões relacionadas também às dificuldades em adentrar o mercado e comercializar sua produção, o que conseqüentemente impacta o preço pago, além da burocracia existente para legalizar as propriedades, o que faz com que muitos produtores permanecem na ilegalidade. O apoio por parte dos governos municipais é frisado, comentando-se a falta de incentivo na disponibilidade de máquinas para organização de pastagens. Questões como a saúde animal e requisitos de qualidade aparecem em menor escala. Tais relatos demonstram, em suma, que a maior dificuldade dos produtores do Vale do Paranhana está relacionada a rentabilidade da produção e que, havendo aprimoramentos nessa questão, uma série de insatisfações por parte dos produtores seriam sanadas.

Detalhando os relatos sobre desafios encontrados na rentabilidade proporcionada pelo leite, os Entrevistado 12 e 13 frisam que o trabalho é árduo para um retorno muito pequeno, já que além do trato, os animais precisam ser constantemente medicados, envolvendo um alto custo de produção. Na opinião do Entrevistado 16, o principal problema é o preço pago pela produção, sendo as outras questões fáceis de serem resolvidas se comparadas a esta; Nesse sentido, o Entrevistado 20 reclama que "[...] sobe muito (preço) a ração, sobe o preço do combustível que usamos e o leite diminui. É justamente o contrário, quando a ração

está subindo, o leite começa a baixar, aí fica ruim". Complementando, o Entrevistado 15 afirma que o preço pago pelo leite está cada vez menor, além de que o preço oscila bastante e o produtor nunca sabe quanto vai receber no mês seguinte, citando ainda que não há como reduzir os custos de produção pois a alimentação, um dos principais dispêndios dentro das propriedades, precisa ser adequado para não afetar a produtividade, "se você não der trato bom, adequado, não adianta, a vaca não vai dar leite. Isso que eu não conto a minha mão de obra e silagem que tenho aqui, imagina se colocasse isso no papel". Em seu trabalho sobre a produção de leite na Amazônia, Pocard-Chapuis *et al.* (2000) relata situações semelhantes, preconizando o monopólio de laticínios e captadores de leite, afirmando que o produtor acaba se submetendo ao valor pago pelo leite, uma vez que há poucos clientes a quem possa fornecer, enfrentando situações como atrasos nos pagamentos

Falando sobre a questão de oscilação de preço e indefinições, o Entrevistado 9 relata "[...] o trabalho com a Piá é difícil. Você recebe o valor do leite 45 dias depois, não sabe quanto vai receber, aí fica complicado para planejar algo dentro da propriedade". O Entrevistado 1 concorda com essa dificuldade gerada pela oscilação de preços, afetando o retorno sobre os investimentos realizados:

Na agricultura você pode até projetar algo, mas a colheita é incerta. No leite não é diferente, você começa produzindo a 1 real, se estrutura, gasta no mínimo 30 mil pra começar, aí o leite vai a R\$ 0,80. Onde eu levava 10 anos pra tirar, levo 30, o empenho está todo ali. Mas se eu sei que o leite está R\$ 1,15, R\$ 1,20, e ano que vem ele vai estar no mínimo isso, aí eu tenho condições de trabalhar em cima, fazer cálculos. Mas fazer cálculos em cima de incertezas não tem como.

A indefinição em relação ao preço pago pelo litro do leite é citada também pelo Entrevistado 19, que afirma que essa questão afeta diretamente o planejamento da propriedade, além de que cita que a valorização é dada aos produtores com maior volume, relegando a qualidade a um critério secundário:

O pior é não ter certezas em relação ao preço do leite. É como uma conta de luz ou água pode vir R\$ 200,00, pode vir R\$ 20.000,00. Só vem, você aceita e tem de pagar. O leite é a mesma coisa, você nunca sabe quanto será sua renda, quanto vai receber pelo leite por parte da cooperativa que capta nossa produção. Você não pode fazer um negócio, não pode fazer um planejamento por causa do dinheiro do leite, porque não sabe quanto vai receber. Eles pagam o que querem. Isso vale pra nossa cooperativa, mas pra qualquer firma que capte leite, sei por experiência própria. Eles querem quantidade, eles pagam por quantidade, com qualidade eles não se preocupam. É assim que funciona hoje.

O Entrevistado 9 fala ainda sobre os investimentos que são realizados para aprimorar a qualidade da produção e saúde animal, relatando que isso acaba não sendo valorizado pelos captadores de leite e nem mesmo pela população em geral, "o lugar que menos paga pelo leite é aqui na nossa região. Depois que não tivemos mais cooperativas regionais fortes, as coisas não andaram mais e não há um trabalho profissional nesse sentido". Corrobora a fala do Entrevistado 4 que diz que, por ter um controle diferenciado dos animais em relação à alimentação, remédios e insumos, seu custo acaba sendo maior do que de outros produtores e, conseqüentemente, também seu preço sofre incremento, "isso é um desafio que tenho de superar pois há no mercado produtos mais baratos, mas que não possuem as características do que produzimos aqui". A pouca valorização é reforçada pelo Entrevistado 1 "Leite é uma empresa que não para e isso não é valorizado, por ninguém, nem pelo consumidor, pois há muito trabalho envolvido. Os serviços primários não aparecem nos colégios, ninguém sabe como ocorre". Tais afirmações acham respaldo na obra de Anjos e Becker (2014), quando estes afirmam que, principalmente no âmbito escolar, atribui-se um valor superior aos produtos industrializados em relação aos provenientes da agricultura familiar. O relato do Entrevistado 13 converge nessa direção, afirmando sua crença de que há pouca valorização do leite produzido nas pequenas propriedades, citando que até mesmo a população em geral não leva isso em conta, não dando atenção ao esforço despendido pelo pequeno produtor, de forma geral:

[...] as pessoas acham que por você ser produtor, seu preço tem de ser inferior ao de mercado. Esquecem que o produto que fazemos, por ser em menor escala, tem ter maior qualidade, nós temos todo cuidado, gostaríamos que isso fosse valorizado e as pessoas pagassem um preço justo. Por exemplo o queijo que produzimos, usamos pouco soro, produto natural, e tem pessoas que acham muito caro. Querem pagar pouco pro nosso e pagar muito para os de fora.

Citando também dificuldades em relação à comercialização do produto, o Entrevistado 3 conta que isso se torna um desafio pois têm de vender sua produção direto ao consumidor final, dentro do mercado informal, e para pequenas queijarias, uma vez que nenhuma cooperativa ou laticínio se dispõe a retirar seu produto. A situação também é relatada pelo Entrevistado 2, afirmando que a venda ao consumidor final, em muitos casos, gera problemas relacionados à inadimplência destes. As dificuldades em comercializar a produção também são frisadas pelo Entrevistado 11, dizendo que "tudo é meio monopolizado. Há poucos compradores e

ficamos na mão destes, ficamos reféns. Isso acaba por afetar o preço pago pois não há uma concorrência por estes, e isso prejudica bastante os produtores”. Por fim, o Entrevistado 13 afirma “há poucas oportunidades de venda para os produtos, poucas ocasiões em que o pequeno produtor pode expor seu trabalho e o que faz”, sugerindo que essa situação poderia ser melhorada, por exemplo, através de realizações de feiras com maior frequência, até mesmo semanais, podendo estar serem realizadas em faculdades ou órgãos do município, o que com certeza geraria vendas consideráveis dos produtos do pequeno agricultor, além das pessoas enxergarem o seu trabalho e empenho.

Sobre os desafios citados em relação às exigências burocráticas impostas, os Entrevistados citam principalmente o desejo em contar com uma maior flexibilidade na legislação destinada ao pequeno produtor, no sentido de incentivar a criação de agroindústrias, além de afirmarem que há certa demora no que tange liberações sanitárias, o que atrasa a produção. O Entrevistado 1 afirma:

[...] a legislação poderia ser simplificada para agroindústrias e afins. Aqui na região produzimos de tudo e poderíamos ter umas 30 agroindústrias trabalhando bem, se não fosse uma legislação tão burocrática. Na hora que você quer legalizar sua produção, você inviabiliza ela, pois passa a ter muitos custos e não tem mais lucro nenhum. O governo deveria dar mais subsídios a agricultura familiar e incentivar a organização das agroindústrias.

No caso do Entrevistado 4, que recentemente investiu na constituição de uma agroindústria, a burocracia exigida também se torna um obstáculo, num cenário em que a produção não apresenta dificuldades, "principalmente pela questão de legislação e liberações sanitárias. Essas questões burocráticas que têm pesado na nossa propriedade". O Entrevistado ainda cita dificuldades burocráticas em contar com o apoio de maquinário da administração municipal em suas pastagens, o que deveria ser flexibilizado para apoiar o produtor,

Em relação aos desafios enfrentados no tangente à saúde animal, doenças como mastite são citadas, além da presença de carrapatos e pragas em geral. Em alguns casos, a ocorrência de cheias causou problemas de saúde nos rebanhos e perda de animais. Na opinião do Entrevistado 6, os maiores desafios são relacionados à perdas no rebanho, afetados por doenças em geral, pois, conforme ele, gastam muito em remédios, tendo custo alto destinado à saúde animal. O Entrevistado 8 afirma “na saúde, há, principalmente parasitas nos animais, verminosas, carrapatos e outros”. Já o Entrevistado 14 diz que “os maiores

problemas do produtor são, realmente, o carrapato e mastite, essas são as piores coisas para a produção de leite, ainda mais no verão, o carrapato no verão é complicadíssimo". Concorde parcialmente com isso o Entrevistado 1, ao afirmar que "hoje temos muitos problemas com a mastite e todos os agricultores que tem vacas tem enfrentado isso".

As cheias que afetaram principalmente o município de Rolante são lembradas como dificuldade enfrentada pelos produtores, "em virtude da última enchente recente, tive muitos animais doentes, até perdi a lavoura e foi algo que nos prejudicou bastante", relata o Entrevistado 9. O Entrevistado 7 também cita o problema gerado pelas cheias, situação em que perderam toda a ração e pastagens, afetando sua produtividade e impactando, inclusive, na saúde do rebanho, "gastamos muito com remédios depois da enchente, os animais ficaram muito doentes, então foi mais um problema que enfrentamos. A própria rentabilidade da produção também é complicada nesse sentido, sofremos bastante com isso".

Posteriormente, questionados sobre as estratégias utilizadas para fazer frente às dificuldades e desafios expostos, destaca-se principalmente o fato dos produtores recorrerem ao mercado informal do leite, através da venda direta ao consumidor final, como estratégia elencada para conseguirem rentabilidade maior, onde o preço pago pelo litro do leite, frequentemente, equivale ao dobro do que as cooperativas e laticínios remuneram, atualmente. A entrada no mercado informal consoa com Viana e Ferras (2007), detalhando a estrutura existente deste e citando a participação nesse mercado com o objetivo de alcançar maior rentabilidade.

Através das entrevistas, nota-se que os sujeitos de pesquisa não se sentem confortáveis em participarem do mercado informal, principalmente pelo acréscimo de trabalho que necessitam empenhar, já que entregam o leite diretamente ao consumidor final, quase todos os dias (envolvendo deslocamento, custos de transporte), mas, na visão destes, é a estratégia que encontraram para conseguir aumentar a rentabilidade do leite, uma vez que, conforme relatos, paga-se o dobro pelo litro se comparado com o mercado formal.

A opinião do Entrevistado 13 caracteriza de forma adequada o sentimento dos produtores que participam do mercado informal, "temos vendido direto ao consumidor, não tem outra saída. Assim, não contamos com intermediários. Produtos como os que fazemos não tem no mercado, então é uma forma de

levarmos qualidade e ter um bom retorno financeiro". Semelhantemente, o Entrevistado 17, cooperado da Piá, cita o complemento de renda que a venda no mercado informal proporciona, "alguns dias vendo e entrego direto. Faz 26 anos já que estou vendendo leite direto para o consumidor final. É uma forma de ganhar mais pelo litro, valor que eu não ia ganhar nos laticínios e cooperativas".

A rentabilidade do mercado informal, conforme o Entrevistado 20, é o que ainda o faz permanecer produzindo leite, já que também entrega parte da produção para a cooperativa e diz que, permanecendo somente no mercado formal, não teria condições de se manter no campo. Complementa o Entrevistado 16, "[...] entrego direto para os consumidores finais. É uma forma de ganhar mais pelo litro do leite, ganho mais que o dobro que vendendo para alguma cooperativa ou algo assim. Meu volume não é grande, então nem pagariam muito". O relato do Entrevistado 18, também cooperado, ajuda a compreender a dependência dos produtores em relação ao mercado informal, mesmo como complementar, "se hoje chegar alguém e me disser que não posso mais vender leite na rua, no mercado informal, aí tenho de parar de produzir, porque não tem como, com o que a Piá me paga, não consigo pagar a lida do leite". Ainda corrobora a fala do Entrevistado 13, "tudo tem custo e se você tem pequena produção, a saída é o mercado informal. Atualmente, evitamos custos intermediários, porque esse é o que ganha. Como no calçado, quem mais ganha é o vendedor, mesma coisa". Porém, há dificuldades relacionadas a adimplência na venda direta, relatada pelo Entrevistado 3, "na venda direta consigo ganhar um bom valor por litro, mas há dificuldades como inadimplência".

Apesar de apresentar-se como benéfica do ponto de vista econômico para as pequenas propriedades, a participação no mercado informal, conforme Bressan e Martins (2004) representa riscos à segurança alimentar da população, uma vez que, em determinados casos, não há controles sobre o leite óbito, sobre o manejo e questões sanitárias e higiênicas, controles estes que são amplamente exigidos no mercado formal.

Ampliando a inserção junto ao mercado informal, há relatos de, além do leite in natura, outros derivados serem vendidos. De acordo com o Entrevistado 1, "[...] também fazemos queijo e requeijão, onde consigo ganhar uma margem maior. Como a propriedade é diversificada e vendemos direto ao consumidor, praticamente vendemos tudo e isso sempre ajuda na renda". Da mesma forma procede o

Entrevistado 5, "[...] Desde que parei de entregar para laticínios, também tenho feito queijo, tenho clientela formada, entrego segunda, quarta e sexta. O custo é um pouco maior pelo frete que disponho, mas minha rentabilidade também é maior". A fabricação de derivados é comentada por Pocard-Chapuis *et al.* (2000), enaltecendo a maior rentabilidade proporcionada pela fabricação e venda de queijos e afins, além de auxiliar na estocagem de produtos, uma vez que proporcionam maior tempo para consumo do que em relação ao leite in natura. Além disso, tal prática acha relação com o Vetor de Crescimento de Ansoff (1990), uma vez que trata do desenvolvimento de produtos e diversificação da produção,

Além dessas questões relacionadas à diversificação de produtos, os entrevistados buscam a venda para indústrias diferentes dos laticínios tradicionais, almejando a ampliação de fontes de renda. O Entrevistado 19 destaca que, além da venda direta ao consumidor final, também vende para algumas pastelarias da região, opinando ainda que, sê participando do mercado formal, o produtor tende a encontrar obstáculos, "[...] isso ajuda a complementar os ganhos porque eles pagam mais pelo litro do que a cooperativa. Todos que seguiram nesse caminho, de como é a Lei, quebraram, não foram longe. Você tem de ir atrás do Mercado Informal". Semelhantemente age o Entrevistado 14, que afirma que a venda à uma pastelaria do município tem proporcionado segurança à propriedade, além do retorno de seu filho e provável sucesso, para quem consegue pagar um salário, a fim de motivá-lo a permanecer no campo.

O Entrevistado 3 também cita a busca por outros clientes além do consumidor final, sendo seu caso a venda para queijarias, empresa esta instalada com apoio da EMATER de seu município. Conforme esse Entrevistado, já possui outras queijarias na região para as quais pode vender seu leite, adotando essa estratégia para manter a produção viável em sua propriedade, "[...] não pretendo parar de vender, então já busquei opções para minha produção".

Um caminho diferente foi adotado pelo Entrevistado 4, que utilizou a estratégia de investimento na estruturação de uma pequena agroindústria em sua propriedade, sendo que, produzem e processam todo o volume de leite por conta própria. Ainda, de acordo com o Entrevistado, a utilização dessa estratégia contribuiu para superar as dificuldades relacionadas à comercialização da produção de leite, uma vez que ele dura por mais tempo e, através de seus derivados, há valor

agregado e conseqüentemente a possibilidade de uma melhor margem de lucro, “sabemos que muitos produtores têm sua produção de leite, mas não possuem quem compre e queremos evitar isso”. Além disso, o objetivo da propriedade, após conseguir as certificações necessárias, é conseguir ampliar as vendas através da participação em feiras como Expointer, Rolantchê, entre outras, citando, por fim, a diversificação de seu mix de produtos, “minha produção também é bastante diversificada, contando com queijos, ricotas, requeijão, iogurtes, e isso auxilia a atender bem os clientes”. Estratégia semelhante será adotada pelo Entrevistado 7, que visa investir mais na propriedade através da constituição de uma agroindústria, citando ainda a meta de participar de programas do Governo, a fim de obter maior estabilidade, “[...] é uma chance de agregarmos mais valor aos produtos derivados do leite, como iogurte, leite pasteurizado, doce de leite, destinados a merenda escolar. Nossa intenção também é participar do Programa de Preços da Merenda Escolar”.

A estratégia de diversificação produtiva também é adotada pelos entrevistados, como preconizam Exterckoter e Nierdele (2012) e Gianezini *et al.* (2013). O Entrevistado 11 diz, “Não ficamos somente na produção leiteira, tentamos diversificar a produção dentro da própria da propriedade. Temos aipim, feijão, outras culturas pra termos outras fontes de renda além do leite”. Já o Entrevistado 16 cita a criação de porcos e búfalos como estratégia de complemento de renda, além do leite. De encontro a isso, o Entrevistado 15 também aposta na estratégia de criação e venda de animais, no seu caso, novilhos, além de, em menor escala, criação de gado para corte, “O que me ajuda hoje são os bichos que vendo, novilhos. Se fosse ficar somente com o leite, não daria giro, teria quebrado. Consigo uma renda baixa com o leite, mas pra superar isso crio os bichos pra vender, alguma coisa de gado de corte também”, mesma situação relatada pelo Entrevistado 6. Já o Entrevistado 13 relata que, além do gado de corte, possui outros animais em sua propriedade, diversificando mais ainda suas vendas, “[...] todo ano abatemos alguns animais para trabalhar com gado de corte também; além disso, temos outros animais no sítio, como porcos e galinhas, que também são abatidos com frequência para podermos vender carne e insumos”.

Buscando superar as dificuldades relacionadas à saúde animal, os produtores têm recorrido principalmente a utilização de tratamentos adequados, além do apoio

de órgãos como a EMATER, no sentido de encontrarem soluções para problemas como o carrapato, por exemplo. Nesse escopo, o Entrevistado 9 relata, “temos produtos bons pra melhorar a qualidade, investimos nisso, investimos em animais nos últimos anos e em sua saúde. Tivemos de realizar tratamentos severos, mas hoje estamos com a produção boa”. Já o Entrevistado 1, recorre a remédios homeopáticos que, em sua opinião, não são tão agressivos aos animais, “Na parte de saúde, cuidamos e tomamos providências, além de usar remédios homeopáticos”. O Entrevistado 6 cita que têm tentado contar com maior acompanhamento dentro de sua propriedade, além da utilização de remédios, onde corrobora com isso o relato do Entrevistado 8, contando sobre o apoio da EMATER:

Tivemos umas parcerias com a EMATER que nos acompanharam durante dois anos, um grupo de 40 produtores que produzem menos de 100 litros/dia, e esse trabalho trouxe colegas para capacitações. Isso foi muito produtivo, pois consegui pensar em ideias diferentes pra combater esses parasitas, como dividir a propriedade em piquetes, evitando principalmente carrapatos. Como não tenho uma propriedade grande, a questão dos piquetes é importante e já estou plantando grama específica pra isso.

Adotando a estratégia de constituição de estoques com preços atrativos, o Entrevistado 10 afirma que faz uso deste método quando possível, ampliando a estocagem de insumos, alimentos e remédios. O Entrevistado 8 também age de forma parecida, “para os insumos, além do trato, tentamos fazer estoques, mas nem sempre dá, pois não temos muitas verbas”.

As três últimas perguntas feitas aos entrevistados tinham como objetivo analisar a inserção, bem como opinião destes, junto a programas de incentivo e qualificação disponibilizados pelo Governo e prefeituras, bem como a utilização de linhas de financiamento específicas à produção rural ofertadas. Por fim, questionou-se a opinião dos entrevistados sobre estes incentivos, tanto por parte do Governo como administrações municipais serem suficientes, solicitando que citassem o que ainda poderia ser aprimorado.

Respondendo ao questionamento “Você já participou de programas de incentivo disponibilizados pelo Governo ou Prefeitura? Se sim, qual (is)? Podes comentar sua experiência?”, os entrevistados afirmam participar de capacitações promovidas pela EMATER e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sendo estas as duas principais entidades promotoras e incentivadoras à produção leiteira no Vale do Paranhana. Há poucos casos de participação em programas destinados à qualificação da produção leiteira, bem como programas de incentivo às compras de

sua produção, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Em âmbito municipal, os programas disponibilizados pelas administrações têm foco na disponibilização de máquinas e operadores para auxílio em pastagens, mas alguns entrevistados citam dificuldades em contar com esse apoio.

Como participação em programas de apoio, diversos Entrevistados citam a participação em capacitações e qualificações promovidos pela EMATER, afirmando que estas auxiliam no manejo do plantel, bem como agregam conhecimentos que podem ser aplicados na propriedade, não só na produção de leite, mas em outras culturas. Os entrevistados avaliam como importante esse apoio recebido pois, apesar de experientes na produção leiteira, sempre algo pode ser aprendido e aprimorado. De acordo com o Entrevistado 12, “a ajuda e acompanhamento deles é muito importante. O colono que se queixa da Emater daqui, então tem de ir a outros lugares, onde o apoio é muito pior”. O apoio técnico também é frisado pelo Entrevistado 8, justificando essa opinião pelo auxílio que recebeu da entidade para resolver problemas sanitários do seu leite. Além das capacitações voltadas à produção, o apoio da EMATER também se dá através de programas para gestão, como sinalizado pelo Entrevistado 19, “Participamos de capacitações da EMATER, agora estamos participando de um programa de gestão da propriedade”.

Sobre as capacitações, o Entrevistado 14 afirma “Participamos dos programas da EMATER, eles sempre nos convidam e motivam a participar, é importante para se manter atualizado. Nosso Sindicato é muito ruim, dão pouca ajuda para a gente”. Interessante frisar nesse ponto a diferença de atuação das instituições nos diferentes municípios que compõem a região do Vale do Paranhana. Enquanto alguns enaltecem o empenho da EMATER e divagam sobre o pouco auxílio recebido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em outros casos é exatamente o contrário. Observa-se isso na fala do Entrevistado 10, “Não participei de programas específicos do Governo nem de capacitações pois a EMATER nem aparece por aqui na propriedade. O Sindicato tem ajudado mais, bem mais presente”. O Entrevistado 8 também relata que as opções de capacitações oferecidas pelo Sindicato, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), tem sido importantes para sua capacitação. Por outro lado, demonstrando a dicotomia encontrada, há a fala do Entrevistado 15, “De outros órgãos ninguém ajuda, ninguém vem aqui. Nem a EMATER nos procurava antes, desde que mudou

a gestão eles tem atuado mais”. Também corrobora a opinião do Entrevistado 19, afirmando que considera a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município muito fraca e relata a falta de apoio até mesmo em sugestões e ideias dadas pelos produtores, “[...] levei ideias sobre compra de adubo para o presidente, mas não levam em conta, tudo demora, tudo é difícil. Eles pedem pra irmos nas reuniões, pra participarmos, mas não adianta, não dão bola para o que falamos, acaba sendo perda de tempo”.

Já o Entrevistado 3 cita que ocorre a falta disponibilização de capacitações e programas de apoio pelo pouco de interesse dos produtores, que, em muitos casos, ficam acomodados em vez de buscarem a qualificação, citando que, em seu caso, o aprimoramento é um diferencial que deve ser constante:

Não existem programas de apoio, praticamente. Até mesmo no sindicato, há pouca procura, não conseguem nem reunir as 12 pessoas exigidas no mínimo para participar, e assim não conseguem viabilizar. Por parte da EMATER há mais incentivos para produção orgânica de hortaliças e verduras, o foco é outro. Se não fosse o sindicato disponibilizar cursos e qualificações, pelo SENAR, estaria tudo na mesma. Mas não há acompanhamento, o produtor fica na mesma, morre trabalhando errado e fica sempre assim. Há pessoas que são teimosas, também não aproveitam essas oportunidades, mas é necessário a qualificação e o aprendizado, só aí você consegue melhorar a produtividade das vacas do plantel.

Diferentemente, os entrevistados 17 e 19 possuem opinião diferente sobre programas de capacitação, afirmando que estes deveriam focar mais na realidade do produtor e não abordar a teoria, “[...] nessas palestras às vezes só fico escutando; quando o pessoal vem aqui é muito diferente, a realidade não é a mesma do que às vezes tentam nos ensinar. O papel aceita tudo né?”, diz o Entrevistado 17. Converte a opinião do Entrevistado 19, “[...] participamos das capacitações e os técnicos mandam você se dedicar, tratar só de uma forma, ter só um tipo de vaca, e é assim que os produtores quebram, indo só pela teoria, eu não entro nesse balão”. Tais opiniões podem demonstrar que os programas e capacitações atuais não vão ao encontro à realidade e desafios enfrentados pelo produtor, motivando a não participação ou minimização de sua importância, conforme os relatos acima.

Sobre programas de qualificação produtiva, importante ressaltar a participação dos Entrevistados 15 e 18 no “Ordenha Melhor”, relatada pelo Entrevistado 18, afirmando que além de melhorar a qualidade do leite produzido,

torna-se importante para alinhar junto à cooperativa da qual participa, tendo certezas em relação à conformidade de sua produção:

Participamos também da Ordenha Melhor, programa onde o pessoal vinha aqui fazer acompanhamento do nosso leite. Eram da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento, aqui do Estado do RS. Isso foi importante para ajudar, foi muito bom, eles chegaram e meteram a mão mesmo, viram o que passávamos e também conseguiram aprender com tudo. Fizeram exames para avaliar nossa qualidade, composição, e isso ajudou para que conseguíssemos cumprir algumas exigências da cooperativa que participamos. Muitas vezes a cooperativa joga a qualidade do leite lá embaixo, só pra pagar menos, então a contraprova dos agentes que vieram testar ajudou bastante pra termos como provar. Eles (cooperativas) pagam por qualidade, dá alguns centavos de diferença, mas que são importantes pra nós. Eles dão uma roubada na gente sem sabermos, porque você acha que a tua qualidade está baixa e na realidade não está.

Sobre os programas de apoio promovidos pelas administrações municipais, os entrevistados destacam, tanto de forma positiva como negativa, a organização de patrulhas agrícolas, ou Programa Porteira Adentro, como é conhecido em outras localidades, mas, em suma, tendo o objetivo de prestar auxílio ao produtor através da disponibilização de maquinário, como tratores, arados, colheitadeiras, e operadores adequados para prestação de serviços dentro das propriedades. A organização dessas ações são citadas pelos produtores de Rolante, Riozinho e Taquara, sendo possível avaliar a existência de uma dicotomia entre as realidades encontradas.

O Entrevistado 12 comenta sobre o programa disponibilizado pela administração municipal, “a Prefeitura tem um programa muito bom, o Porteira Adentro, e isso tem ajudado muito, o maquinário disponibilizado é invejável”. O Entrevistado 7, além de frisar sua benesse, explica um dos critérios do programa, “participamos do projeto Porteira Adentro disponibilizado pelo município, podendo usar horas-máquina em virtude do valor em notas fiscais que emitimos, tem sido muito bom para nossa propriedade”.

Realidade diferente é exposta pelo Entrevistado 5, que relata fazer uso, quando possível, da Patrulha Agrícola disponibilizada no município em que reside, mas relata falhas na gestão e atuação do programa, já que este deveria ser mais ágil, principalmente em períodos de safra para evitar prejuízos ao produtor. Além disso, cita também a má utilização das máquinas por parte da prefeitura, dizendo que estas “[...] vem destinadas à Secretaria de Agricultura e logo já estão em uso por parte de outras secretarias, como a de Obras. Tal situação prejudica bastante

possíveis mudanças que queremos em nossas propriedades”.

A atuação da administração municipal na disponibilização de auxílio ao produtor é citada de forma negativa pelo Entrevistado 20, que relata, “a Prefeitura está muito largada, não dá pra contar com eles. Há alguns anos participei da Patrulha Agrícola, mas exige muito burocracia, você marca e eles não veem, é mais fácil contratar máquinas particulares”. O Entrevistado 15, morador do mesmo município ainda reclama que as máquinas disponíveis são velhas e sucateadas, piorando o quadro do programa. De igual forma, o Entrevistado 14 frisa a descontinuidade de projetos, podendo essa ser uma das causas dos problemas apresentados pelos programas de apoio ao produtor, “nossa prefeitura está cada vez pior. Não há uma continuidade nos projetos bons que começam, troca a gestão e muda tudo. Não dão apoio ao produtor, antigamente havia tratores e algumas máquinas para Patrulha Rural, mas hoje não tem mais nada”. Por fim, o Entrevistado 18 também fala sobre problemas em relação à patrulha agrícola da prefeitura:

Nós participávamos da Patrulha Agrícola, mas desistimos, porque a prefeitura não tem critério, você chamava eles para fazer os trabalhos na propriedade e eles não apareciam. As vezes estávamos com a semente na terra já, chegava o trator aqui, acabava o óleo ou o operador não sabia ajustar a grade, situações como essa. Quando vinham, já tinha passado a época de plantar. Aí você tem de gastar um monte fazendo o serviço de forma particular. Aqui em Taquara não tem estrutura nenhuma pra ajudar o produtor.

Tais relatos permitem auferir como o apoio por parte das administrações municipais torna-se importante aos produtores rurais, uma vez que, caso tenham acesso à máquinas e operadores, não necessitam gerar custos com a contratação de serviços particulares. A existência de casos positivos, principalmente relatos em Rolante e Três Coroas, e negativos, citados pelos produtores de Taquara e Riozinho, evidencia a necessidade de trabalhos conjuntos, podendo haver a cooperação regional para atender de forma qualificada todos os produtores.

Um entrevistado afirma participar do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O Entrevistado 4 relata a importância do programa para seu grupo familiar e para a propriedade:

A prefeitura compra obrigatoriamente 30% da merenda escolar por parte dos produtores daqui. Tem sido importante para nossa propriedade a participação nesse programa e estou trabalhando para garantir as certificações e chegar a fornecer nesses moldes a outros municípios da região, ampliando nossas vendas.

Já o Entrevistado 13, que já participou do programa no passado, concorda com a importância do programa para o pequeno produtor, mas preconiza a necessidade de honestidade e controles qualificados por parte da administração, porque, caso isso não ocorra, o foco do programa é deixado de lado:

Vale a pena participar se o pessoal da gestão municipal for honesta, porque se não, não adianta. O programa é bom, mas não existe uma equipe técnica qualificada pra dar suporte e avaliar a qualidade dos produtos oferecidos. Tem pessoas que vão buscar no CEASA/RS e revendem para o programa, como fica daí? O foco do programa é certo e bom, mas é mal executado, nosso povo não valoriza e tenta ser malandro.

Apesar de atestada a importância do referido programa, referido através de Anjos e Becker (2014) nota-se a baixa participação entre os Entrevistados, o que evidencia a necessidade de um maior suporte do poder público aos produtores, motivando-os a adentrarem esse e outros projetos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual.

Após, questionou-se os entrevistados se já haviam feito (ou fazem) uso de alguma linha de financiamento específica à produção rural disponibilizada pelo Governo, solicitando que, em caso positivo, informassem de qual fizeram uso e comentassem sobre a utilização deste.

A utilização de linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destaca-se, sendo sua importância ressaltada pelos entrevistados em virtude das taxas de juros e prazos diferenciados, servindo como importante instrumento para estruturação das propriedades, conforme afirma o Entrevistado 10, “Já captamos PRONAF, foi um bom financiamento, os juros são menores que os de mercado com prazo bom para pagar, então tem sido bem legal e ajudado na estruturação da propriedade, para investir em melhorias”. Corrobora a opinião do Entrevistado 1, “O PRONAF, pra nós produtores, foi uma grande coisa, olha quantos tratores, quantos galpões, quantas estruturas que foram feitos através dele”.

O prazo para pagamento, bem como subsídios, é enaltecido pelo Entrevistado 5, que ainda cita que a permanência do agricultor no campo é positiva para o próprio Governo que subsidia o PRONAF:

Quando comecei a trabalhar com leite, tirei 3 vacas leiteiras pelo PRONAF. Na época que peguei o PRONAF, foi muito bom, pois se paga bem menos se quita em dia, em virtude dos subsídios oferecidos na época, tendo 5 ou 6 anos pra pagar, e isso me deu um impacto positivo, pois quando comecei a pagar, as vacas já estavam dando leite. Isso ajuda o Governo também,

porque mantém o produtor no campo, produzindo e tendo sua renda, além de contribuir com impostos.

Os relatos positivos seguem, contando com a fala do Entrevistado 7, que comenta como a renegociação flexível no prazo de pagamento foi positiva após perderem as pastagens durante as cheias que acometeram o município, “consequimos mais um ano de prazo para pagar em virtude das perdas que tivemos, foi importante pra reestruturar a propriedade e retomar a produção”. O Entrevistado 15 também enfatiza “Nessa parte o Governo ajuda muito. Se não tivesse pego o PRONAF, não ia conseguir ter tantos animais. Usei para comprar vacas, plantar um pouco também”. Tais afirmações se alinham com os objetivos estabelecidos pelo programa, citados por Buianain (1999).

Por outro lado, alguns entrevistados citam a importância do programa, mas ressaltando algumas dificuldades, sejam no passado ou presentes. O Entrevistado 12 conta que já fez uso da linha de financiamento para obtenção de maquinário, considerando uma experiência boa, porém, o contrato havia sido feito através da COOTAL, da qual era cooperado, sendo o valor descontado do litro do leite pago ao produtor, “[...] eles descontavam do leite e repassavam ao banco, mas aí a cooperativa quebrou e não haviam quitado nada, aí tivemos de pagar duas vezes”. Apesar do episódio, ele cita o PRONAF como importante instrumento, “[...] é importante, sempre ajuda o produtor, principalmente pelo juro baixo e carência para pagar o financiamento”. O Entrevistado 1, que fala sobre as benesses do PRONAF, afirma que deve haver cuidado, pois o programa está deixando de ser tão vantajoso para o pequeno produtor devido ao aumento dos juros, “o programa é interessante mas o Governo está igualando ele. Está baixando o juro dos grandes e aumentando do PRONAF, diminuindo incentivo ao agricultor familiar, e isso preocupa toda classe”.

A falta de auxílio e demora em órgãos de apoio ao produtor é enfatizada pelo Entrevistado 19, que conta que o crédito foi essencial para investimento em sua propriedade, mas que é necessário um apoio maior ao agricultor no momento da formulação e encaminhamento de projetos para obter o financiamento, “tivemos muito problema aqui na EMATER, agora não mais tanto, de demora para encaminhar os projetos, demorava demais. É importante ter pessoas nesses órgãos para conduzir melhor aos produtores”.

Além disso, o Entrevistado 13 frisa que o PRONAF deve ser utilizado com consciência por parte dos produtores, uma vez que reconhece situações em que o crédito não é investido na estruturação e desenvolvimento da propriedade rural, cobrando, inclusive, uma maior fiscalização por parte dos órgãos responsáveis em relação ao uso do programa:

Já captei PRONAF. Foi muito bom, foi algo importante para incentivar as pequenas propriedades. Esses incentivos como juro baixo e prazo longo são essenciais, mas devem ser captados com consciência. Por exemplo, não adianta a pessoa ter 5 hectares, 2 hectares e comprar um trator, ele nunca vai dar a volta, não vale a pena. Você acaba criando uma dívida que nunca vai conseguir pagar em virtude de sua baixa produção. O povo também abusa, pega (o crédito) pra comprar carro, desvia o foco, refinancia, etc, acaba não usando na propriedade. O município tem de ter uma responsabilidade de fiscalizar esse uso para que o dinheiro seja bem empregado.

Com pensamento semelhante, o Entrevistado 19 afirma que se deve conduzir melhor o produtor no seu planejamento, evitando que ele obtenha uma dívida sem necessidade, realizando investimentos que não trarão retorno, “às vezes a pessoa chega lá pra pegar um financiamento pra um trator, mas nem sabe se vai precisar mesmo; alguns torram todo dinheiro, então os órgãos tem de ser dinâmicos pra dar suporte ao agricultor e auxiliá-lo a aplicar bem o crédito”.

Também há casos em que os entrevistados fazem uso de mais de uma linha de financiamento. O Entrevistado 14 relata já ter utilizado o PRONAF Custeio e Investimento para construir um galpão e comprar novilhas, e, também, fazer uso do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), “também adquiri um gerador elétrico para nossa propriedade através do FEAPER, contando com vários subsídios importantes”. O Caso do Entrevistado 4 é parecido, onde cita ter captado financiamento do PRONAF e FEAPER para construção da agroindústria em sua propriedade, bem como para estruturação de galpões, relatando que pretendem, futuramente, construir uma sala de ordenha para ampliar a produção de leite e que, provavelmente, recorrerão novamente aos financiamentos destinados ao agricultor de base familiar, “dos financiamentos que utilizamos, posso dizer que foram boas linhas de financiamento com juros bem viáveis, por exemplo do FEAPER, vou pagar bem a menos em virtude dos subsídios oferecidos”.

Há ainda a gama de produtores que nunca fizeram uso, alguns por simplesmente não terem interesse em captar financiamento ou não objetivarem

ampliações e estruturações na propriedade, mas há relatos de produtores que sentem insegurança em adotar qualquer dos programas oferecidos e, devido à rentabilidade proporcionada pelo leite, não conseguem honrar com os pagamentos. O Entrevistado 16 complementa essa opinião, demonstrando desconfiança em relação ao leite, afirmando que nunca captou dinheiro junto às instituições financeiras para investir na propriedade, "Não dá pra fazer investimento dependendo do leite, é pedir pra quebrar. Depender do leite hoje é loucura. Se você entrar nesses custeios, esses financiamentos, é difícil se manter".

Por fim, questionados se acreditavam que os incentivos do Governo e administrações municipais à produção leiteira eram suficientes e o que poderia melhorar, nota-se que os produtores não julgam as políticas e estratégias atuais de bom tamanho, o que é ressaltado pelo Entrevistado 16, "Tem muito pouco incentivo, praticamente nenhum. Se tivesse algum incentivo, o jovem ia ficar no campo, não tem nenhum jovem tocando a produção"; semelhantemente, o Entrevistado 2 também reclama, dizendo que as ações governamentais em apoio ao leite e ao pequeno agricultor são pouco divulgadas e às vezes nem possuem acesso a estas, "são pouco divulgadas aqui na nossa região e às vezes nem ficamos sabendo das informações e linhas de crédito de apoio a atividade leiteira"

Ainda, os produtores, de forma geral, esperam uma atuação mais direta no controle de preços mínimos pagos pelo litro do leite, além do incentivo ao pequeno produtor para constituição de agroindústrias, até mesmo regionais, para processamento do leite captado. Também frisam que poderiam haver subsídios aos pequenos produtores para compra de rações e medicamento animal, além de taxas de juros menores. A questão de burocracia é levantada, sendo que os produtores acreditam que deveria haver uma flexibilização ao pequeno agricultor, já que existe a vontade de colocar projetos em andamento mas, em diversas vezes, esbarram em questões relacionadas à documentação, não sabendo onde angariar apoio adequado.

Os entrevistados relatam que os financiamentos com taxas especiais, buscando incentivar a agricultura familiar e o pequeno produtor, têm funcionado, sendo tal fato enaltecido pelos sujeitos, vide o Entrevistado 8, "algo que está ajudando bastante são os incentivos do Governo, financiamentos e tudo mais, isso tem auxiliado muito a estruturar as propriedades. Se você quiser fazer a coisa certa

e trabalhar em cima, você tem incentivo pra chegar onde quiser". O Entrevistado 1 também cita as linhas de crédito como algo positivo, mas ressalta a questão de controle de preços, que deveria ser melhor controlada, "hoje temos linhas de crédito muito boas. O problema é o custo da produção em relação ao preço, onde teríamos de ter uma garantia maior de preços mínimos pagos ao produtor". De encontro a isso, o Entrevistado 15 complementa, "o Governo deveria ter um controle maior sobre o preço, estabelecer um preço mínimo. O Governo se encolhe e quem acaba definindo é o mercado, a iniciativa privada. Há muita diferença entre valor pago ao pequeno e grande produtor, teria de igualizar mais". Ainda, corrobora o Entrevistado 14 "hoje não tem incentivo nenhum. Algo que deveria ter era a garantia de preço mínimo pago ao produtor. Há 10, 12 anos atrás o preço do leite era muito melhor que agora".

Sobre os financiamentos, o Entrevistado 19 concorda que são bons, porém, ressalta que mais medidas deveriam ser tomadas, principalmente através de incentivos fiscais ao pequeno produtor para aquisição de insumos necessários à produção, "poderiam haver mais incentivos fiscais para compra de insumos como adubos, ração e etc. Isso seria um estímulo ao produtor, olha quanto gastamos aqui na propriedade. Seria um jeito de abater custos de produção e ajudar a permanecermos aqui". O Entrevistado 6 apresenta opinião semelhante, sugerindo isenção de impostos inclusive em questões como diesel utilizado em maquinário e energia elétrica, "Sempre pode ser um pouco melhor, poderiam baixar o imposto dos insumos, imposto do diesel para os produtores, a própria energia elétrica. Enfim, os subsídios e isenções para os produtores rurais podem ser melhores". O Entrevistado 12 reforça o abatimento de impostos, "O Governo teria de dar algum incentivo ao produtor, tirar um pouco dos impostos do produtor para ajudar a mantê-los no campo", dizendo que até existem incentivos, mas perante o cenário atual, ainda são poucos, o que dificulta o pequeno produtor alcançar a prosperidade. Complementa ainda o Entrevistado 10, dizendo que o Governo e administrações municipais poderiam auxiliar os pequenos produtores através da disponibilização de insumos com subsídios e, conseqüentemente, preços menores que os praticados pelo mercado, sendo que o próprio frete destes com redução já seria um incentivo, "Atualmente são poucos incentivos e poderiam ser bem melhores. Sabemos que dinheiro há, mas não chega onde realmente precisa", cita.

Outro ponto levantado pelos entrevistados como possível foco de melhoria no apoio prestado pelo Governo e administrações municipais é a questão burocrática que, de acordo com os Entrevistados, poderia sofrer flexibilizações ou contar com maior suporte aos produtores, para que esses não encontrem tantos obstáculos em suas atividades. Na visão do Entrevistado 8, as exigências são positivas para qualificar a produção, mas as altas exigências complicam o pequeno produtor, "Estão sempre exigindo muito, em partes é bom para qualificar a produção com resfriadores e outras exigências sanitárias para o produtor se adequar, mas, por outro lado, poderia haver uma flexibilização para os pequenos produtores. O Entrevistado 4 afirma que "Há muita burocracia para cada coisa que pretendemos fazer e, como somos pequenos produtores, fica difícil de conseguir todas as documentações necessárias. Essa desburocratização motivaria que os agricultores tentassem novos projetos, muitos desistem por causa das altas exigências". Os entraves burocráticos são citados por Anjos e Becker (2014) citando questões como atrasos na liberação de recursos e fragilidade das organizações que participam do processo de apoio. Do ponto de vista do Entrevistado 5, há uma alta carga burocrática até mesmo para obtenção de informações simples, como disponibilidade de horas-máquina ao produtor por parte da prefeitura:

A questão burocrática poderia ser melhorada. Há muitos impedimentos que são impostos ao produtor. Tu tens uma propriedade, mas no fundo não consegue fazer o que precisa com ela. Muitas vezes a burocracia se apega a coisas pequenas, esquecendo dos benefícios que uma atuação mais flexível pode gerar ao produtor e sua permanência no campo. Na própria atuação das prefeituras, vemos que pra conseguir informações simples como quantas horas-máquina tenho direito tem de ir lá e ficar em cima deles, pois tudo é complicado e não se vê a vontade em ajudar o agricultor.

Situação semelhante é relatada pelo Entrevistado 18, "No nosso caso, chega na época em que a gente gostaria de plantar aveia, mas aí a Prefeitura não tem nenhuma máquina pra dar esse suporte. Eles até tem, mas faltam melhoria nelas, faltam operadores e há muita papelada", frisando que para atividades de apoio simples, há muitos obstáculos impostos ao pequeno produtor, impedindo que amplie sua atuação, como nesse caso. O Entrevistado 19 conta que a burocracia pode ser um impeditivo para que outras pessoas passem a apostar na produção leiteira, pois a burocracia existente desmotiva-os, "Vi um cara de 30 e poucos anos e que queria começar um projeto novo de plantação, prefeitura e sindicato ficaram complicando com ele, pedindo mil e uma burocracias. Esse era o cara que deveria ter prioridade e

ser motivado, teria de flexibilizar a parte documental". Já na visão do Entrevistado 3, não existem incentivos além das linhas de financiamento específicas ao pequeno produtor, e que as administrações municipais poderiam colaborar um pouco mais, dando suporte ao pequeno produtor, facilitando a instalação, inclusive, de agroindústrias:

Não há incentivo nenhum. Além do financiamento, não tem nada, nem por parte das iniciativas municipais, regionais e qualquer âmbito. Se a prefeitura de repente olhasse para o produtor de leite, para ajudar e facilitar a colocar um negocio, uma pequena indústria que seja, mas há tantas exigências que qualquer um desiste, e aqui poderia ter uma atuação mais forte do poder público, seria bom porque o produtor poderia permanecer no campo.

A flexibilização nas exigências em projetos como de pequenas agroindústrias também é enaltecida pelo Entrevistado 7, que relata que o nível de exigência imposto ao pequeno produtor é o mesmo que das grandes indústrias, "a diminuição na burocracia seria boa também para facilitar a instalação de pequenas agroindústrias, pois temos de ter a mesma estrutura de uma indústria grande de alta produção; deveria haver uma flexibilização nas exigências, exatamente pra privilegiar o pequeno produtor". Isso é defendido por Pocard-Chapuis *et al.* (2000) que defende a existência de políticas fiscais e de crédito que flexibilizem a constituição de pequenos laticínios. A instalação de agroindústrias também é defendida pelo Entrevistado 1, afirmando que seriam importantes para os produtores e para a economia regional e, exatamente por isso, deveriam contar com apoio maior do Governo e administração pública, preconizando, ainda, que esse poderia ser o foco de uma possível cooperativa regional do Vale do Paranhana:

O governo deveria incentivar as agroindústrias, isso ajudaria a ter leite puro, consumido logo, leite de qualidade e que ficasse dentro da região, girava a economia da região, mas aí há 3 ou 4 laticínios que estão junto ao Governo e não tem interesse que pequenas indústrias sejam abertas. Isso pode ser visto também em outros mercados. Eu duvido que a população não vai aderir a um produto que é da região, que é pra ajudar os produtores da região. Isso poderia ser o foco de atuação de uma cooperativa regional.

Tal afirmação sobre a constituição de agroindústrias pequenas poderia gerar impacto sobre a questão de segurança alimentar defendida por Bressan e Martins (2004), no sentido de levar um leite puro e de qualidade à população. Como Pocard-Chapuis *et al.* (2000), que cita o estabelecimento de agroindústrias como importante estratégia capaz de fortalecer a produção familiar, Klauck (2009) também defende a implantação de cooperativas menores, municipais ou regionais, até mesmo ligadas à cooperativas maiores, mas que possam auxiliar os produtores que enfrentam

problemas relacionados à distribuição e captação do leite, suporte técnico e rentabilidade proporcionada pela produção. Conforme os autores e relatos, a constituição de pequenas agroindústrias e cooperativas constitui-se como viável e aplicável à região.

Ainda, o Entrevistado 4 acredita que deveriam ser oferecidas mais capacitações e cursos que incentivassem e dessem diretrizes para que o produtor melhorasse sua produção e, conseqüentemente, o produto final, uma vez que "o produtor acaba tendo pouco tempo para pesquisar como melhorar seu manejo e produção, então seria importante ter um apoio maior de técnicos nesse sentido". A falta de estímulo ao produtor para permanência no campo é preconizada por Cenci (2017), quando relata que uma das principais dificuldades enfrentadas por este é a falta de programas de qualificação que o motivem a permanecer ativo. A assessoria técnica também é ressaltada pelo Entrevistado 13, que acredita que os incentivos atuais são suficientes caso sejam bem aplicados, mas que há espaço para aprimoramento produtivo no que tange a técnica:

[...] acho que faltam coisas importantes, como uma assessoria técnica boa, não só em melhoramento de animais, mas também em melhorias no solo, na terra, produção de comida. Não adianta comprar 10 vacas se você tem comida pra 5, então é importante que o solo seja ideal e você consiga gerar alimento para todas elas. E não adianta você entender de vaca e não entender de capim. Tem de ter uma assessoria rigorosa e bem exigente, adequada pra qualificar o produtor.

Sua opinião reflete a necessidade de um apoio técnico voltado não somente à saúde e cuidado do animal, mas aprimoramento em manejos e pastagens, solo e tudo que engloba o ambiente produtivo do agricultor. Isso complementa a questão de maior disponibilidade de qualificações e auxílio técnico disponibilizado ao pequeno produtor. O apoio técnico torna-se vital à qualificação da produção, conseqüentemente incrementando índices de produtividade, o que se constitui numa estratégia importante, como afirmam Fischer *et al.* (2011), além da própria qualidade que pode ser obtida pelo leite com o direcionamento técnico adequado.

Por fim, os entrevistados fazem considerações finais, relatando suas experiências e opiniões gerais sobre a produção leiteira e atual realidade que enfrentam, como a afirmação do Entrevistado 16, "Pra quem diz que a cadeia do leite ainda é forte aqui na região, peço ajuda pra me dizer onde é esse lugar. O produtor não vive essa realidade". O relato do Entrevistado 1 complementa a opinião:

A bacia da região já foi grande. Quando eu era pequeno, carregava leite de baldes ao leiteiro, vários baldes, isso às 4 horas da manhã. Hoje tudo mudou muito, naquela época tínhamos 3 leiteiros que passavam direto aqui. Tinha a cooperativa aqui em Três Coroas, uma em Gramado e a COORLAC, e todas elas captavam o leite. E não tínhamos muito, apenas 30, 40 litros, mas todos queriam captar.

A visão apresentada é compartilhada pelo Entrevistado 7, que ainda afirma que o Governo poderia valorizar mais a produção leiteira e, conseqüentemente, o pequeno produtor rural, que se motivaria a permanecer no campo, "Se nós não produzirmos aqui, ninguém come dentro da cidade. Tem de ajudar o colono aqui, pra ele produzir e escoar alimentos pra cidade, porque o grande produtor não se preocupa com isso, então seria importante valorizá-lo mais". O Entrevistado 15 também cita a valorização do produtor como essencial, "O Governo deveria se preocupar mais com o pequeno produtor, aqui todo mundo cresceu produzindo leite, é o que sabemos fazer. Ajudando o pequeno e deixando ele trabalhar, é menos um cidadão que ele (Governo) tem de alimentar". Ainda, o Entrevistado 18 diz que sente-se feliz em auxiliar no trabalho em questão pois é bom para que o Governo, Prefeituras e entidades vejam a realidade do produtor, que é bem diferente do que consta nos meios de comunicação, já que ninguém se preocupa em averiguar a atual situação, "Eles nunca vêm até o pequeno pra mostrar a realidade dele, só vão nos grandes, nas granjas, etc, porque é mais bonito. O grande (produtor) não vive disso aqui, não vive do leite, então é muito fácil só mostrar isso", complementa.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo central avaliar a percepção sobre a viabilidade da diversificação da estrutura produtiva para a região do Vale do Paranhana por meio da produção leiteira em pequenas e médias propriedades rurais, como alternativa de desenvolvimento regional. Assim, buscou-se analisar os desafios enfrentados por estas, além de promover estudos sobre a competitividade, políticas públicas e espaço regional do Vale do Paranhana, incentivando o aprofundamento sobre a agricultura familiar, debatendo as possibilidades de diversificação produtiva e identificando portfólio de fontes de ingressos de rendas para os produtores, também incentivando o estudo de novas estratégias para o desenvolvimento regional.

Ressalta-se a relevância do tema e da pesquisa, uma vez que evidencia a necessidade de articulação entre os setores público e privado, visando dar suporte à manutenção do homem no campo e proporcionar estabilidade aos produtores. Apesar de encontrar limitações, principalmente pelo número de entrevistas realizadas, não permitindo assim comparações e análises mais profundas, frisa-se a importância do estudo e das conclusões obtidas através da aplicação dos instrumentos metodológicos, principalmente pela importância do leite à região do Vale do Paranhana, até mesmo do ponto de vista histórico, onde sua bacia constantemente é lembrada.

Com a realização da pesquisa, foi possível constatar que, a partir dos casos observados, o produtor de leite do pode ser caracterizado como estando na faixa de 51 a 60 anos, cuja família possui cinco pessoas ou mais morando junto à propriedade, sendo que estes participam das atividades relacionadas à produção leiteira. Além disso, a faixa de renda de sua família é composta por mais de três salários-mínimos, sendo que há membros da família que trabalham em atividades fora da propriedade rural, dentro do conceito de pluriatividade, garantindo renda à família, em atividades diversas. Em relação à produção leiteira, sua propriedade possui mais de 13 hectares, possuindo cerca de 10-12 animais em lactação, predominantemente da raça Holandesa, gerando cerca de 141 litros/dia de leite, em média. Em relação à forma com a qual comercializa a sua produção, ocorre principalmente através da coleta por parte de cooperativas de produtores, das quais

participa atualmente, e da participação no mercado informal, caracterizada pela venda direta ao consumidor final. Também, como forma de qualificar-se, participa de cursos e treinamentos oferecidos pela EMATER.

Atualmente, parte dos entrevistados participa de cooperativa de produção, em especial a Piá, com sede localizada em Nova Petrópolis. Os relatos indicam solidez em relação a esta, principalmente do ponto de vista estrutural e relacionado aos pagamentos para os produtores. Porém, pelas entrevistas nota-se um apoio pequeno no que tange negociações de insumos, qualificação da produção, saúde do gado, entre outros focos em que a cooperativa poderia ajudar. Outro ponto frisado pelos entrevistados foi a questão do preço pago pelo litro do leite, que só é informado aos produtores no momento do pagamento ao final do mês, o que prejudica o planejamento da propriedade do ponto de vista financeiro, comprometendo investimentos a longo prazo. Também, a questão de volume foi enfatizada pelos entrevistados no sentido de ser um pré-requisito para que o leite seja recolhido ou conte com preço por litro adequado.

Os relatos também indicam desconfiança em relação à participação em cooperativas, muito em virtude de experiências anteriores vivenciadas por parte dos entrevistados. Há situações em que a participação como associado de uma cooperativa é descartada de imediato exatamente por problemas vivenciados no passado e que geram consequências até os dias atuais, essas experiências mal-sucedidas acabaram por criar um ambiente de individualismo, desconfiança e descrédito em iniciativas cooperativistas. De fato, constata-se que caso seja uma iniciativa séria que realmente vá ao encontro às necessidades de apoio do cooperado, os produtores sabem que a formação de uma cooperativa pode gerar acréscimos significativos à produção leiteira regional. Tal cenário tende a ter colaborado para um enfraquecimento geral da bacia leiteira do Vale do Paranhana pois, conforme a literatura e contribuições de autores como Chrestani *et al.* (2008), regiões com predominância de cooperativas sólidas acabam apresentando resultados amplamente superiores tanto na produção como comercialização de leite, além de melhores negociações em preços e insumos. O relato de Uhde *et, al* (2015) também merece destaque nesse sentido, frisando a importância da cooperação regional em prol do desenvolvimento da produção leiteira, relatando o caso da Rede Leite.

Pôde-se averiguar que o produtor enfrenta dificuldades principalmente em relação à rentabilidade da produção leiteira, além de ressaltarem a falta de apoio recebida pela administração pública. As respostas convergem para o lado da rentabilidade proporcionada pelo leite, sendo o maior desafio superar o pouco preço pago pelo produto, a desvalorização da produção em baixa escala e os altos custos presentes na pecuária leiteira. Surgem opiniões relacionadas também às dificuldades em adentrar o mercado e comercializar sua produção, o que conseqüentemente impacta o preço pago, além da burocracia existente para legalizar as propriedades, o que faz com que muitos produtores permanecem na ilegalidade. O apoio por parte dos governos municipais é frisado, comentando-se a falta de incentivo na disponibilidade de máquinas para organização de pastagens. Questões como a saúde animal e requisitos de qualidade aparecem em menor escala. Tais relatos demonstram, em suma, que a maior dificuldade dos produtores do Vale do Paranhana está relacionada a rentabilidade da produção e que, havendo aprimoramentos nessa questão, uma série de insatisfações por parte dos produtores seriam sanadas.

Questionados sobre as estratégias utilizadas para fazer frente às dificuldades e desafios expostos, destaca-se principalmente o fato dos produtores recorrerem ao mercado informal do leite, através da venda direta ao consumidor final, como estratégia elencada para conseguirem rentabilidade maior, onde o preço pago pelo litro do leite, frequentemente, equivale ao dobro do que as cooperativas e laticínios remuneram, atualmente. A entrada no mercado informal consoa com Cenci *et al.* (2017), além de Viana e Ferras (2007), detalhando a estrutura existente deste. Os produtores citam o acréscimo de dispêndio de tempo e trabalho que necessitam empenhar no mercado informal, já que entregam o leite diretamente ao consumidor final, quase todos os dias (envolvendo deslocamento, custos de transporte), mas, na visão destes, é a estratégia que encontraram para conseguir aumentar a rentabilidade do leite, uma vez que, conforme relatos, paga-se o dobro pelo litro se comparado com o mercado formal. A participação no mercado informal também se torna prejudicial à alimentação da população, em vista dos controles sanitários inexistentes, conforme Bressan e Martins (2004), constituindo-se o leite num alimento inseguro se consumido nessas condições.

Os produtores também citam a diversificação de culturas dentro da propriedade como estratégia para conseguirem se manter no campo, destacando a criação de animais para venda e abate, como gado de corte, além alguns produtores criarem porcos e galinhas. Alguns produtores se dedicam também à produção de queijos e derivados do leite, buscando agregar valor ao produtor e ampliar a margem de lucro sobre estes, obtendo uma gama maior de opções a serem oferecidas para o produtor, não dependendo exclusivamente do leite in natura. Além dessas questões relacionadas à diversificação de produtos, os entrevistados buscam a venda para indústrias diferentes dos laticínios tradicionais, almejando a ampliação de fontes de renda, citando-se principalmente a venda para padarias e pastelarias do Vale do Paranhana, que conseguem pagar mais do que as cooperativas e laticínios que atualmente captam a produção regional.

O perfil do produtor de leite do Vale do Paranhana indica que este já fez uso de linhas de financiamento específicas à produção rural, disponibilizadas pelo Governo, mas não acredita que os incentivos à produção leiteira são suficientes, devendo, especificamente, trazer mais opções que atendam obstáculos à produção, caracterizados pelo preço pago pelo litro do leite e garantir a isenção de impostos e taxas sobre o produto e insumos, impactando a rentabilidade. Apesar das dificuldades que enfrenta, pretende continuar produzindo leite e acredita que esta somente poderá se caracterizar como uma possibilidade de diversificação produtiva regional caso mudanças ocorram. A opinião dos produtores, de maneira geral é que se houverem mudanças e um maior apoio, a atividade pode adquirir potencial econômico importante para a região do Vale do Paranhana, já que existem propriedades e animais adequados para a atividade. Acreditam que essa atividade possa ser uma boa opção de diversificar a região desde que haja trabalhos sérios a longo prazo por parte do Governo e prefeituras, no sentido de apoiá-los, estabelecendo preços mínimos e também desburocratizar questões como documentações exigidas e contratação de funcionários, estabelecendo regimes especiais para o trabalho no campo.

O cenário atual, negativo, existe em grande parte pela redução no número de produtores, que deixam a atividade pelos altos custos envolvidos, poucas cooperativas e laticínios, desvalorização do leite e êxodo rural, uma vez que alguns produtores citam a falta de sucessores dentro de suas propriedades. Colabora com

isso um quadro em que as pessoas acreditam ser um trabalho muito grande para um retorno inadequado. Também, citam a existência de poucas cooperativas e laticínios, o que estimula a constituição de “monopólios” sobre o preço pago pelo leite, onde as exigências são muitas e o retorno diminuto. A questão de permanência do jovem no campo é bastante frisada pelos entrevistados, acreditando que o futuro do leite na região tende a piorar caso não sejam tomadas medidas de incentivo para sucessão nas propriedades e pessoas mais jovens cuidando do manejo.

Por fim, citam que a produção tem potencial de adquirir um foco diferente, usando a produção orgânica de leite como propulsor, já que a busca por alimentos orgânicos aumenta e seria um diferencial regional. Essas afirmações são consoantes à Galdino, Domingues e Lapenna (2012), quando estes afirmam que a produção orgânica tende a ser uma opção para a agricultura familiar, uma vez que paga melhores preços e aprimora a competitividade das propriedades, que não precisam seguir, estritamente, os valores pagos aos produtos comuns oferecidos no mercado, constituindo-se em alternativa positiva para o meio ambiente, economia e saúde da população.

Levando em conta o panorama apresentado, buscou-se responder ao questionamento central estabelecido: Qual a percepção dos pequenos e médios produtores rurais do Vale do Paranhana quanto à diversificação da estrutura produtiva por intermédio da produção leiteira? Assim, após a realização do levantamento teórico, aplicação dos questionários e análise das entrevistas, conclui-se que a produção leiteira na região do Vale do Paranhana poderá se apresentar como uma alternativa viável à diversificação produtiva. Para tanto, o autor sugere que ocorra através da constituição de cooperativas regionais ou pequenas agroindústrias voltadas à captação da produção regional e seu posterior processamento. Poderá encontrar respaldo ainda na diferenciação do produto, apostando na produção orgânica do leite, mercado que se encontra em crescimento.

Tais organizações tornam-se importantes para o desenvolvimento regional, bem como para a viabilidade da produção leiteira no Vale do Paranhana, levando-se em conta autores como Pocard-Chapuis *et al.* (2000), quando afirma que a produção leiteira promove e estimula a união de produtores através de associações ou cooperativas em razão da necessidade destes unirem-se para otimizar a coleta do leite, acesso a insumos, capacitação de produtores, suporte, entre outras

benesses. Nesse sentido, como forma de minimizar as dificuldades enfrentadas pela pecuária leiteira de base familiar, Chrestani *et al.* (2008) preconizam o fortalecimento do poder de barganha dos produtores rurais valendo-se das formas coletivas de organização, devendo-se investir em uma educação cooperativista dos produtores e jovens do meio rural para atingir esse objetivo. Além disso, deve-se estabelecer relações harmônicas entre o produtor e a indústria de beneficiamento. Esse é o caminho que se apresenta para os produtores do Vale do Paranhana, que acabaram por minimizar a coletividade em virtude de problemas com cooperativas no passado, instaurando um ambiente de desconfiança e descrédito, tanto das formas coletivas de organização como políticas públicas.

O autor aconselha que as administrações públicas regionais realizem um esforço conjunto para a instalação tanto de cooperativas como agroindústrias regionais, dada a pouca distância entre os municípios que compõem o Paranhana. A participação do poder público torna-se decisiva para manutenção dos produtores junto ao campo, proporcionando perspectivas para que os jovens também se dediquem à atividade rural. A constituição de cooperativa regional captadora de leite para processamento auxiliaria na reestruturação da bacia leiteira do Paranhana, levando-se em conta que sua sede seria próxima aos produtores, facilitando questões como logística e apoio adequado à produção. Além disso, a gestão da cooperativa coordenaria as questões relacionadas aos mercados-alvo, as estratégias e plano de ação recomendados, manejo adequado, sendo isso fundamental para o desenvolvimento concreto das suas atividades no mercado consumidor. Da mesma forma, a cooperativa regional poderia promover uma maior integração dos produtores à sua estrutura, onde estes assumissem papel de participantes, não apenas ouvintes, como se pode caracterizar as participações anteriores dos entrevistados, o que auxiliaria em questões como transparência da gestão e instituição de estratégias adequadas a todos os produtores. Recomenda-se também a instituição de uma cultura cooperativista regional, valorizando-se tais iniciativas e difundindo-as em escolas e entidades, educando e estimulando os produtores a pensarem no coletivo seja através de palestras, de oficinas, entre outros.

Nesse sentido, o caminho proposto se aproxima do que Bressan e Martins (2004) preconizam em seu trabalho, sugerindo pontos específicos para o

desenvolvimento de estratégias voltadas a aumentar a competitividade da produção familiar de leite, consistindo em a) fomentar programas de capacitação técnica, gerencial e da mão de obra operacional; b) fortalecer associações de produtores, cooperativas e sindicatos; c) gerar mobilização para a criação de um volume maior de financiamentos específicos à atividade leiteira e d) criar nichos específicos de mercado para produtos diferenciados e funcionais, com agregação de valor. Essas etapas e iniciativas se apresentam como possível foco de trabalho visando a viabilizar o leite como alternativa de diversificação produtiva regional. Além disso, tal evidência demonstra que ações bem coordenadas em âmbito regional, de forma conjunta, podem gerar mudanças positivas e proporcionar competitividade e viabilidade a cadeia leiteira do Vale do Paranhana.

Viabilizando-se de forma adequada a produção leiteira regional, conforme proposto nos parágrafos anteriores, acredita-se que o Vale do Paranhana possa apresentar uma maior diversificação produtiva, de forma concisa, tornando-se uma alternativa ao calçado. Gianezini *et al.* (2013) citam a importância de outras atividades na matriz produtiva de uma região, sendo que tal conceito se aproxima do que preconizam Rathmann *et al.* (2008), citando a importância de a diversificação produtiva coexistir com a atividade predominante na área, não substituindo-se completamente uma atividade pela outra, mas transformar a nova cadeia em complemento para a renda.

Dessa forma, a diversificação produtiva através da constituição de organizações regionais produtoras de leite eficientes poderiam gerar impacto positivo em se tratando de absorver mão de obra em momentos de crise em demais segmentos, já que um território diversificado oportuniza que segmentos com melhor desempenho substituam aqueles que passam por dificuldades. O desemprego em um setor pode significar em absorção dessa mão de obra por outro, mantendo-se o dinamismo da região diversificada, mesmo que não em níveis tão elevados quanto às especializadas. Esse dinamismo pode ser caracterizado por sua base em aproveitamento de recursos locais, onde, com o decorrer do tempo, é capaz de gerar outras alternativas frente as adversidades do mercado, sem ver suas bases de sustentação ameaçadas (BREITBACH, 2007).

A citação de Exterckoter e Nierdele (2012) complementa as afirmações anteriores, onde frisam que as estratégias de diversificação se correlacionam ao

conceito de resiliência regional, sendo caracterizada como a capacidade de um sistema absorver perturbações e se reorganizar, experimentando o sucesso econômico que seja socialmente inclusivo, sendo, de igual forma, sustentável. O impacto social, tão importante quando se tratando da questão leiteira, onde a maioria das propriedades é de base familiar, é ressaltada por Sambuichi *et al.* (2014), quando afirmam que a diversificação produtiva pode apresentar efeitos benéficos sobre o desenvolvimento regional, muitos desses externos ao processo produtivo, o que acaba impactando não somente os agentes envolvidos, mas na sociedade como um todo. Dessa forma, torna-se válido frisar que a viabilidade da produção leiteira no Vale do Paranhana torna-se importante ao debate da diversificação produtiva regional, uma vez que, nesse trabalho, se apresentaram dados sobre a cadeia de produção calçadista e sua oscilação nas duas últimas décadas, gerando a necessidade de questionamentos sobre manter uma estrutura voltada à especialização ou tratar a diversificação como prioritária. Frisa-se que o estudo obteve importantes conquistas, proporcionando a ampliação de conhecimentos relacionados às estratégias utilizadas pelos produtores de leite no intuito de permanecerem no campo, bem como os desafios que enfrentam em relação à continuidade na cadeia leiteira, trazendo à luz da academia os relatos obtidos.

Sugere-se, como forma de dar sequência à pesquisa, estudos relacionados à fatores que estimulam a formação de cooperativas regionais de produção, consoante ao cenário do Vale do Paranhana. Também, analisar o impacto de produtos orgânicos provenientes de cooperativas, analisando se estes podem se constituir em estratégia competitiva a ser explorada no Vale do Paranhana (ou a aposta em produtos tradicionais).

Para concluir, os objetivos apresentados no estudo podem ser considerados como atingidos através da aplicação de questionários e das entrevistas realizadas com os produtores de leite do Vale do Paranhana, bem como pelo levantamento teórico realizado. Porém, é importante ressaltar que o estudo encontrou limitações, principalmente pela falta de dados concretos que possam corroborar com as afirmações apresentadas pelos entrevistados, o que pode vir a tornar algumas afirmações superficiais. Além disso, seria necessário um aprofundamento sobre todas as propriedades e produtores que compõem a bacia leiteira da região

pesquisada (ou um volume maior de entrevistas), buscando angariar uma visão mais concreta da realidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). IPEA. **Texto para discussão nº 641**/Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, 1999. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>. Acesso em: 09 set 2016.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20lara%20Altafin%20-%202007_0.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.
- ANDERSON, D. R.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- ANSOFF, H. Igor. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.
- ANJOS, F. S. dos, BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 107-117, out/dez 2014. Disponível em <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/502/398>>. Acesso em 30 mai 2017.
- BAIARDI, A. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 143-156, out/dez 2014. Disponível em <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/505/401>>. Acesso em 30 mai 2017.
- BALDE BRANCO. Lei do Leite entra em vigor no Sul. Disponível em <<http://www.baldebranco.com.br/lei-do-leite-entra-em-vigor-no-sul/>>. Acesso em 16 out. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEM, J. S.; GIACOMINI, N. M. R.; WAISMANN, M. Análise da cadeia da indústria criativa na geração de empregos no Corede Vale do Rio dos Sinos, nos anos 2000 e 2010. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, Volume 2, nº 6, p.125-148, 2013. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/8857/7616>>. Acesso em 27 nov 2017.
- BERRO, R. *et al.* Sistema local de produção de leite em Itaqui, Rio Grande do Sul: caracterização e diferenciação dos estabelecimentos formais. **7º Encontro de Economia Gaúcha – FEE**, Porto Alegre, 2014. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa5-producaoileiteitaqui.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2016.
- BETHLEM, A. **Estratégia Empresarial: Conceitos, Processo e Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BIANCHINI, V. O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural. Rio de Janeiro, 2005. **Curso de Aperfeiçoamento em**

Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.

BUENO, P. R. B, *et al.* Valor econômico para componentes do leite no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v33, n.6, p. 2256-2265, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbz/v33n6s3/23427.pdf> > . Acesso em 23 jun. 2016.

BUAINAIN, A.M. Trajetória Recente da política Agrícola Brasileira. Campinas: UNICAMP, 1999. 326p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Plano Mais Pecuária 2014. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/Publicacao_v2.pdf>. Acesso em 20 out. 2016.

_____ - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA; SECRETARIA DA AGRICULTURAFAMILIAR – SAF. Plano Safra 2016/2017. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

BREITBACH, A. C. M. A diversificação industrial como fator de crescimento da região de Caxias do Sul. **Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 22-35, jan/jun. 2007. Disponível em <>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRESSAN, M.; MARTINS, M. C. Segurança alimentar na cadeia produtiva do leite e alguns de seus desafios. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIII, n. 3, Jul/Ago/Set, 2004. Disponível em <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/577/527>>. Acesso em 27 out. 2017.

BRUCHEZ, A., MOTTA, M. E. V. Competitividade em cadeias produtivas: uma análise bibliométrica. In **Anais do II Simpósio Internacional de Inovação em Cadeias Produtivas do Agronegócio** – Universidade de Caxias do Sul (UCS), 26 e 27 de agosto de 2016, Caxias do Sul/RS. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/IIsimposioinovacaoagronegocio/simposioinovacaoagronegocioucs/paper/viewFile/4598/1444>>. Acesso em 20 fev 2018.

CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H.. Arranjo Produtivo Local calçadista SinosParanhana. Relatório I. Porto Alegre: FEE, 2013. **Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/relatorios/>>. Acesso em 09 set 2016.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, N. 8, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>> Acesso em 12 set 2016.

CASARI, P.; TORMEM, P. Atividade leiteira agricultura familiar e desenvolvimento regional: estudo de caso da Linha Tormem, Chapecó-SC. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 139-171, jul-dez., 2011. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/viewFile/936/1687>>. Acesso em 23 jun. 2016.

CASTRO, C.C. *et al.* Estudo da cadeia láctea do Rio Grande do Sul: uma abordagem das relações entre os elos de produção, industrialização e distribuição. **Revista de Administração Contemporânea**, v.2, n.1, p. 143-164, Jan/Abr. 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v2n1/v2n1a09.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2016.

CENCI, N. J. *et al.* Ensino, produção leiteira e desenvolvimento local: um estudo sobre a região Oeste de Santa Catarina. RACEF - **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, Ribeirão Preto, v.8, n.1, fevereiro, 2017. Disponível em <https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/viewFile/217/pdf_41>. Acesso em 04 nov. 2017.

CHRESTANI, C. G. *et al.* Estratégia de desenvolvimento regional e sustentável: análise do território Centro-Sul do Paraná. **Revista Conexão UEPG**, v. 4, n.1, 2008. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3816>>. Acesso em 19 out. 2017.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2004. (Dissertação de Mestrado).

CONTERATO, M. A.; GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In: Sabourin, E. e Tonneau, J. P. (org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**, v.1, 1ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

CORRÊA, C. C. *et al.* Dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite: um estudo de caso realizado em um município de Mato Grosso do Sul. **Anais 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande, MS, 2010. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/15/935.pdf>> Acesso em 22 jun. 2016.

COSTA, V. S. *et al.* Análise de custos a partir da cadeia do valor do leite e seus derivados na região Seridó do Rio Grande do Norte. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.7, n.1, jan-jun., 2015. Disponível em <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/5602/5060>>. Acesso em 25 jun. 2016.

COUTO, A. T. Agricultura familiar e produção leiteira: análise do sector cooperativo leiteiro da região norte de Portugal e do setor familiar produtor de leite no sul do Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.23, n.2, jul-dez, 2003. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4178/3672>>. Acesso em 23 jun. 2016.

CRESWEL, J.W. **Projeto de Pesquisa – Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, G. B. da. Análise agroeconômica de dois sistemas de produção de leite no município de Taquara/RS; 2011. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

DENARDI, R.A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecol. e Desenv. Rur.Sustent.** Porto Alegre, v.2, n.3, jul/set 2001. Disponível em

<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf> Acesso em 09 set 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Disponível em <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>> Acesso em 24 jun 2016.

EXTERCKOTER, R. K., NIEDERLE, S. L. A importância da diversificação produtiva para a reprodução social da agricultura familiar: o oeste catarinense. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia/MG, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1209_1.pdf>. Acesso em 24 out. 2016.

FAUTH, E. M.; FEIX, R. D.. Aglomeração produtiva de laticínios nos Coredes Fronteira Noroeste e Celeiro. Porto Alegre: FEE, 2015. **Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS**. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/201606068-laticinios-fronteira-noroeste-e-celeiro-relatorio1.pdf>> Acesso em 25 jun. 2016.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2015**. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/20150903painel-do-agronegocio-no-rs-2015.pdf>>. Acesso em 19 out. 2016.

FERNANDES, A. M. S. O PRONAF na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 set. 2016.

FERNANDES, E .N; BRESSAN, M.; VERNEQUE, R. S. Zoneamento da pecuária leiteira da região sul do Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.34, n.2, p. 468-491, mar-abr. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v34n2/a23v34n2.pdf>> Acesso em 26 jun. 2016.

FISCHER, A. *et al.* Produção e produtividade de leite do Oeste Catarinense. **RACE**, Unoesc, v. 10, n. 2, p. 337-362, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/1681>>. Acesso em 19 out. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Dairy Production and Products – Milk Production. Disponível em <<http://www.fao.org/agriculture/dairy-gateway/milk-production/en/#.V3AZwbgrLIV>> Acesso em 24 jun. 2016.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. Explicitação das normas da ABNT**. 14ª ed. Porto Alegre: [s.n.] 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Vale do Paranhana**. Disponível em <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

FRÖHLICH, E. R.; FRÖHLICH, C. **Metodologia de pesquisa em estudos rurais: investigando a partir de um estudo de caso** in CONTERATO, M. A.; RADOMSKY,

G. F. W.; SCHNEIDER, S. (org) Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

GALDINO, M. C.; DOMINGUES, P. F.; LAPENNA, B. S. A produção de leite orgânico e aspectos de segurança alimentar. **Veterinária e Zootecnia**, n. 19, v.4, p. 490-501, dez., 2012. Disponível em <<http://revistas.bvs-vet.org.br/rvz/article/download/17211/18081>>. Acesso em 27 out. 2017.

GALVÃO, C. A. Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana - Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul. Texto para discussão Nº 617. **Textos para Discussão IPEA**. Brasília, 1999. Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0617.pdf> Acesso em 13 de abril de 2016.

GIANEZINI, M. *et al.* Diversificação produtiva e estratégias competitivas para o desenvolvimento regional: um estudo na Quarta Colônia-RS entre os anos de 2000 e 2010. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 7, n. 4, Nov-2013. Disponível em <<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/download/174/144>>. Acesso em 24 out. 2016

GOBBI, W; A. O; PESSOA, V. L. S. A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiutaba (MG): as transformações na comunidade da Canoa. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 11, v.1, n.19, 1º semestre, p. 79-110, 2009. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1405/1195>> . Acesso em 22 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2016.

INSTITUTO GAÚCHO DO LEITE; EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/IGLpara%20biblioteca2015.pdf>. Acesso em 21 out. 2016.

JANTSCH, E. M. *et al.* Caracterização da atividade leiteira em sistemas de produção de base familiar na região noroeste do Rio Grande do Sul. **Anais do Salão do Conhecimento e XII Jornada de Extensão UNIJUÍ**, Ijuí, RS. 2011. Disponível em <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/50336/1/Artigo-nos-anais.pdf>>. Acesso em 03 out. 2016.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J.F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/download/5469/4991>>. Acesso em 01 set 2016.

KLAUCK, J. B. Bovinocultura leiteira no desenvolvimento sustentável. **Anais do II Simposio Iberoamericano en Comercio Internacional, Desarrollo e Integración Regional**, 22 à 24 de Outubro de 2009, UNIJUI, Santa Rosa, RS. Disponível em <http://redcidir.org/nueva2014/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=461:bovinocultura-leiteira-no-desenvolvimento-sustentavel&id=27:ii-simposio-2009&Itemid=545&lang=es> . Acesso em 22 out. 2017.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística Aplicada**. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.

LOPES, M. *et al.* **Matriz de Análise de Política** – Metodologia e Análise. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. Disponível em <<http://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00052890.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

MAIA, G. B. S. *et al.* Produção leiteira no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, v.37, p. 371-398, 2013. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3709.pdf> Acesso em 24 ju. 2016.

MAPA DA REGIÃO DO PARANHA, RS. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1776564>> Acesso em 08 mar. 2017.

MAPA REGIÃO SUL – MAIORES MESORREGIÕES PRODUTORAS DE LEITE. Adaptado de <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/campo-e-negocios/noticia/2015/10/leite-produzido-em-sc-ganha-incentivo-para-melhorar-qualidade.html>>. Acesso em 21 jul. 2017

MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTEI, L. Impactos do PRONAF: análise de indicadores. Brasília: **MDA/NEAD**, 2005. 136 p. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204229-74145-lt_Impactos_do_Pronaf_An-2889335.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial). Disponível em <http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/72b45117-194f-4a4b-8b1d-58b1f893af40> Acesso em 09 set 2016.

MIELE, M., WAQUIL, P. D., SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agroindustriais**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MILKPOINT. Giro Lácteo. Disponível em <<http://goo.gl/ywVzYy>> Acesso em 26 jun. 2016.

MILKPOINT. Lei do Leite/RS: governador sanciona regulamentação e brinda avanços no setor. Disponível em <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/lei-do-leiters-governador-sanciona-regulamentacao-e-brinda-avancos-no-setor-100770n.aspx>>. Acesso em 16 out. 2017.

MILKPOINT. Rio Grande do Sul publica normativa sobre a Lei do Leite. Disponível em <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/rio-grande-do-sul-publica-normativa-sobre-a-lei-do-leite-103455n.aspx>>. Acesso em 16 out. 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MINTZBERG, Henry e QUINN, James Brian. **O processo da estratégia**. 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MONTOYA, M. A.; FINAMORE, E. B. Delimitação e encadeamento de sistemas agroindustriais: o caso do complexo lácteo do Rio Grande do Sul. **Econ. Aplic.**, Ribeirão Preto, n. 9 (4), p. 663-682, out-dez, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v9n4/v9n4a08>> . Acesso em 22 jun. 2016

MONTOYA, M. A.; FINAMORE, E. B. Características dos produtores de leite do RS: uma análise a partir do Corede Nordeste. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 213-224, 2010. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2348/2784>> Acesso em 22 ju. 2016.

MORAIS, R. T. R. **Gestão Democrática como instrumento de planejamento estratégico regional**: Estudo das experiências no Conselho Regional de Desenvolvimento Paranhana-Encosta da Serra. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS- História. Disponível em <www.taquara.rs.gov.br> Acesso em 21 jul 2017.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M.T.M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 7-20, out/dez 2014. Disponível em <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/495/391>>. Acesso em 30 mai 2017.

NETO, B. S.; BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em questão**,3(5), 53-72. 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75230504.pdf>> Acesso em 22 jun 2016.

NORO, G. *et al.* Fatores ambientais que afetam a produção e a composição do leite em rebanhos assistidos por cooperativas no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.35, n.3, p.1129-1135, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbz/v35n3s0/30727.pdf>>. Acesso em 03 out. 2016.

OLIVEIRA, A. S. *et al.* Identificação e quantificação de indicadores-referência de sistemas de produção de leite. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v.36, n.2, p.507-516, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbz/v36n2/30.pdf>> Acesso em 26 jun. 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2005.

PADILHA, V. K. Análise do Arranjo Produtivo Local da pecuária leiteira da região central do Estado de Rondônia como estratégia de desenvolvimento regional endógeno. Monografia (bacharelado). Universidade Federal de Rondônia, 2009.

PENROSE, E. A economia da diversificação. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 19 (4), p. 7-30, out/dez.1979. Disponível em <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S003475901979000400002.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016

PETER, J.P.; CERTO, Samuel C. **Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

PITAGUARI, S. O.; LIMA, J. Ferrera de. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005. Disponível em < <http://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/28935/18904>> Acesso em 19 out. 2016.

POCCARD-CHAPUIS, R. *et al.* Produção leiteira e Desenvolvimento Regional na Amazônia brasileira. **Revista de Política Agrícola** – Ano IX, n. 03, Jul-Ago-Set, 2000. Disponível em <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1053061/1/ProducaoLeiteira.pdf>>. Acesso em 19 out. 2017.

PORTELA, J. N. *et al.* Análise econômica de sistemas de produção com bovinocultura de leite da depressão central do Rio Grande do Sul. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.32, n.5, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v32n5/11877.pdf>> . Acesso em 23 jun. 2016.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1989.

_____ **Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência**, 5ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

RATHMANN, R. *et al.* Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **RER**. Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 325-354, abr/jun 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a03.pdf>>. Acesso em 24 out. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. **Lei do Leite pode ter decreto de regulamentação publicado ainda em abril**. Disponível em <<http://www.agricultura.rs.gov.br/lei-do-leite-pode-ter-decreto-de-regulamentacao-publicado-ainda-em-abril>>. Acesso em 16 out. 2017.

GRANDE DO SUL. Governo do Estado - Diário Oficial. **Lei 14.835/16**. Disponível em <<http://www.servico.corag.com.br/diarioOficial/verJornal.php?pg=01&jornal=doe&dt=07-01-2016>>. Acesso em 16 out. 2017.

RODRIGUES, L. G.; ALBAN, L. Tecnologias de produção de leite utilizadas no extremo-oeste catarinense. **RACE**, Revista de Administração, Contabilidade e Economia. v. 12, n. 1, p. 171-198, jan./jun. 2013 <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/1694/pdf>>. Acesso em 26 jun. 2016.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUI, C. *et al.* Diversificação, vantagem competitiva e bens estratégicos em uma empresa de autopeças. **V Encontro de Estudos em Estratégia**. Porto Alegre/RS, 15 a 17 de maio de 2011. Disponível em <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2011/2011_3ES185.pdf>. Acesso em 24 out. 2016.

SABOURIN, E. P. Viabilidade da Agricultura Familiar nordestina e globalização: mitos e desafios. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa/PB, n. 16, p. 25-39, 2000. Disponível em

<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6447/4023>>. Acesso em 14 jul. 2017.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 21-35, out/dez 2014. Disponível em <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/496/392>>. Acesso em 30 mai. 2017.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. Capítulo 3 in **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, Ipea, 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/web_bd_vol2.pdf>. Acesso em 24 out. 2016.

SANTOS FILHO, J. C. Estratégias de Organização do trabalho na atividade leiteira em propriedades de agricultura familiar. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, 2009.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, N. 16, p. 164-184, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/schneid16.htm>> Acesso em 12 set 2016.

SCHNEIDER, S. *et al.* (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J. M.; Diesel, V. (org.). **Desenvolvimento Rural – tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHUBERT, M. N. *et al.* Estratégias competitivas do cooperativismo na cadeia produtiva do leite: o caso da Ascooper, SC. **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, RS, 2009. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/13/104.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2016.

SILVA, C. C. S *et al.* Associação entre consumo alimentar e (in)segurança alimentar e nutricional em São José dos Ramos – PB. **Brazilian Journal of Food Technology**, IV SSA, p. 23-30, maior, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bjft/v15nspe/aop_15e0105.pdf>. Acesso em 27 out. 2017

SILVA, D.A. R *et al.* Produção de leite de vacas da raça Holandesa de pequeno, médio e grande porte. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n.3m p. 501-506, mar. 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n3/a888cr4032.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2016.

SILVA, H. A. *et al.* Análise da viabilidade econômica da produção de leite a pasto e com suplementação na região dos Campos Gerais – Paraná. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.38, n,2, p. 445-450, mar-abr., 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v38n2/a24v38n2.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2016.

SILVA, J. R.; JESUS, P. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. **Anais do V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e**

Inovação, 17-19 novembro de 2010, Maceió, AL. Disponível em <<http://www.congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>> Acesso em 12 set 2016.

SILVA, L. H. A., CAMARA, M. R. G., TELLES, T. S. Evolução e distribuição espacial da produção de leite no estado do Paraná, Brasil. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 38, n. 1, p. 37-47, Jan.-June, 2016. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/30006>>. Acesso em 19 out. 2017.

SOUZA, M. P. *et al.* Agronegócio do leite: características da cadeia produtiva do estado de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.1, n.1, mai-ago, 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/download/4/1>> Acesso em 23 jun. 2016.

SOUZA, A. R. L., RÉVILLION, J. P. P. Rice production in Mercosur seen through a Policy Analysis Matrix (PAM). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XXII, No 1, p. 55-71, Jan/Fev/Mar, 2013. Disponível em <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/282/241>>. Acesso em 20 fev 2018.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. Formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná: potencialidades e obstáculos. **Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 9, n. 16, p. 25-42, 2005. Disponível < file:///C:/Users/AlexandreJunior/Downloads/5469-19789-1-PB.pdf>. Acesso em 19 out. 2016.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. de. O sistema leite: relevância e a rentabilidade na agricultura familiar. **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas** – Universidade Federal do Maranhão, 25 a 28 de agosto de 2009, São Luís/MA. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/o-sistema-leite-relevancia-e-rentabilidade-na-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em 14 jul. 2017.

UHDE, L. T. *et al.* Rede Leite – uma experiência de desenvolvimento regional interinstitucional. **Anais Simposio Iberoamericano de Cooperación para el Desarrollo y la Integración Regional** - Universidade Gastón Dacharay. Base Embrapa Pecuária Sul. Disponível em <<https://www.embrapa.br/pecuaria-sul/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1030234/rede-leite---uma-experiencia-de-desenvolvimento-regional-interinstitucional>>. Acesso em 19 out. 2017.

VEZZALI, F. Agricultura familiar gera empregos mas recebe pouco recurso. **Repórter Brasil**, 10 ago. 2006. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/08/agricultura-familiar-gera-empregos-mas-recebe-pouco-recurso/>>. Acesso em: 01 set. 2016.

VIANA, G., FERRAS, R. P. R. A cadeia produtiva do leite: um estudo sobre a organização da cadeia e sua importância para o desenvolvimento regional. **Revista Capital Científico**, Guarapuava/PR, v. 5, n. 1, jan./dez. 2007. Disponível em <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/718/841>>. Acesso em 27 out. 2017.

VIEIRA, R. C. M. T. *et al.* Cadeias Produtivas no Brasil – análise da competitividade. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano X, No 4, p. 07-15, Out/Nov/Dez, 2001.

Disponível em <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/645/597>>. Acesso em 20 fev 2018.

WAGNER, S. A.; GEHLEN, I.; WIEST, J. M. Padrão tecnológico de produção familiar de leite no Rio Grande do Sul relacionado com diferentes tipologias. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.34, n.5, p. 1579-1584, set-out, 2004. Disponível em <<http://revistas.bvs-vet.org.br/crural/article/view/17982/18824>>. Acesso em 22 jun. 2016.

ZANELA, M. B. *et al.* Qualidade do leite em sistemas de produção na região Sul do Rio Grande do Sul. **Pesq. agropec. Bras.**, Brasília, v.41, n.1, p.153-159, jan., 2006. Disponível em <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/118434/1/41n01a21.pdf>> Acesso em 22 jun. 2016.

ZOCCAL, R. Leite: quanto mudou nos últimos dez anos? **Portal Balde Branco, março de 2016. Disponível em** <<http://www.baldebranco.com.br/leite-quanto-mudou-nos-ultimos-dez-anos/>> Acesso em 21 jul 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Questionário Fechado - Produção leiteira e diversificação produtiva

RAPPORT:

Este questionário tem, por finalidade, proporcionar um espaço onde possamos contar com sua ajuda para auxiliar-nos a caracterizar a produção leiteira da região do Vale do Paranhana. Trata-se de uma pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada “OS DESAFIOS DA DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO VALE DO PARANHANA/RS” do acadêmico Alexandre Matte Jr sob orientação do prof. Dr. Roberto Morais. Devido a isto, ressaltamos importância de apresentar sinceridade e clareza ao responder às questões. Lembramos que ao responder o questionário, manteremos total sigilo sobre sua postura e opinião. Contamos com sua colaboração.

Questões – perfil dos produtores e percepções sobre a diversificação produtiva (Questões 01 à 18)

1. Idade do respondente do questionário:

- () Menos de 30 anos
- () De 31 a 40 anos
- () De 41 a 50 anos
- () De 51 à 60 anos
- () Mais de 61 anos

2. Quantas pessoas compõem a família que moram na propriedade?

- () 1 pessoa
- () 2 pessoas
- () 3 pessoas
- () 4 pessoas
- () 5 pessoas ou mais

3. Sua família participa das atividades relacionadas à produção leiteira na propriedade?

- () Sim () Não

4. Qual o tamanho de sua propriedade:

- () Menos de 1 hectare
- () De 1 à 3 hectares
- () De 4 à 7 hectares
- () De 8 à 12 hectares
- () Mais de 13 hectares

5. Quantas vacas leiteiras possui?

- () até 7 animais
- () de 8 à 14 animais
- () de 15 à 21 animais
- () de 22 à 28 animais
- () mais de 28 animais

6. Qual seu volume de produção (litros/dia)?

- () até 15 litros/dia
() de 16 à 30 litros/dia
() de 31 à 45 litros/dia
() de 46 à 60 litros/dia
() mais de 60 litros/dia Quantos? _____
-

7. Qual a raça predominante do rebanho?

- () Jersey
() Holandesa
() Gir
() Cruza Holandesa x Jersey
() outra. Qual? _____
-

8. Qual a faixa de renda da sua família (por mês)?

- () Menos de 1 salário mínimo
() 1 salário mínimo
() 2 salários mínimo
() 3 salários mínimo
() Mais de 3 salários mínimos

9. Há algum membro da sua família trabalhando fora da propriedade?

- () Não
() Sim, em atividades ligadas ao comércio
() Sim, em atividades ligadas à produção calçadista
() Sim, em atividades ligadas à cooperativas de produção agropecuária
() Sim, em outra atividade.

10. De que forma comercializa sua produção?

- () feiras de produtores
() cooperativas de produtores
() venda à laticínios
() outro. Qual? _____
-

11. Em relação às cooperativas de produtores:

- () Participo atualmente
() Participei no passado e **não** gostaria de participar novamente
() Participei no passado e gostaria de participar novamente
() Nunca participei e **não** tenho interesse em participar
() Nunca participei, mas gostaria de participar

12. Pretende continuar produzindo leite futuramente?

- () Sim () Não. Por que? _____
-

13. Caso, como produtor rural, enfrente dificuldade nos negócios atualmente:

- Não enfrente dificuldades
 relacionada à comercialização da produção
 relacionada à rentabilidade da produção (preço do leite, etc)
 relacionada à mão de obra empregada
 relacionada aos requisitos técnicos e de qualidade exigidos
 Outro. Qual? _____
-

14. Você participa ou já participou de programas de incentivo à produção leiteira, disponibilizados por entidades ligadas ao Governo ou Prefeitura? Se sim, qual (is)?

- Programa Mais Leite
 Fundoleite-RS
 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
 Programa Rede Leite
 Programa Balde Cheio – Embrapa
 Outro. Qual? _____
-

15. Você já fez uso de alguma linha de financiamento específica à produção rural disponibilizada pelo Governo?

- Sim Não
-

16. Você acredita que os incentivos do Governo à produção leiteira são suficientes?

- Sim Não. Por que? _____
-

17. Você acredita que a produção leiteira pode ser uma opção de diversificar a produção?

- Sim Não

18. Você acredita que a produção leiteira tem potencial econômico em nossa região?

- Sim Não. Por que? _____

APÊNDICE B
Entrevista não-estruturada focalizada - Produção leiteira e
diversificação produtiva

RAPPORT:

Essa entrevista tem, por finalidade, proporcionar um espaço onde possamos contar com sua ajuda para auxiliar-nos a caracterizar a produção leiteira da região do Vale do Paranhana. Trata-se de uma pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada “OS DESAFIOS DA DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO VALE DO PARANHANA/RS” do acadêmico Alexandre Matte Jr sob orientação do prof. Dr. Roberto Morais. Devido a isto, ressaltamos importância de apresentar sinceridade e clareza ao responder às questões. Lembramos que ao responder a entrevista, manteremos total sigilo sobre sua postura e opinião. Contamos com sua colaboração.

1. Sua família participa da produção leiteira na propriedade? Como ocorre essa participação?
2. Qual sua percepção sobre a agricultura familiar? Seu grupo pretende continuar no campo ou quais as expectativas futuras?
3. Sobre o sistema cooperativista, já participou, participa ou tem interesse em participar? Podes comentar sua experiência?
4. Você acredita que a produção leiteira tem potencial econômico e que pode conquistar mais espaço em nossa região? Por que?
5. É sabido da predominância da produção calçadista em nossa região Você acredita que a produção leiteira pode ser uma opção de diversificar a produção?
6. Você acredita que nossa região precise diversificar sua produção ou continuar focando na especialização produtiva na área calçadista?
7. Atualmente, quais desafios enfrenta como produtor rural? E em relação à produção leiteira, quais os maiores desafios que tens enfrentado?
8. Quais estratégias (o que tem feito de diferente) têm utilizado para dar conta desses desafios?
9. Você já participou de programas de incentivo disponibilizados pelo Governo ou Prefeitura? Se sim, qual (is)? Podes comentar sua participação?
11. Você já fez uso de alguma linha de financiamento específica à produção rural disponibilizada pelo Governo? Se sim, qual (is)? Podes comentar sua participação?
12. Você acredita que os incentivos do Governo e administração municipal à produção leiteira são suficientes? O que poderia melhorar?

APÊNDICE C **MODELO DE TCLE UTILIZADO**

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Título da pesquisa: Os desafios na diversificação produtiva como estratégia de desenvolvimento regional: um estudo sobre a cadeia produtiva do leite no Vale do Paranhana/RS.

Nome do(a) acadêmico(a) pesquisador: Alexandre Aloys Matte Júnior Telefone: 51 99543-9907

Nome do(a) orientador(a): Prof. Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais Telefone: 51 3541-6600

a) Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa, que tem como objetivo avaliar a viabilidade da diversificação produtiva para a região do Vale do Paranhana por meio da produção leiteira, como alternativa ao setor calçadista.

b) Cada participante responderá a uma entrevista não-estruturada focalizada, realizada pelo acadêmico pesquisador.

c) Você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Durante a entrevista não-estruturada focalizada, você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento.

d) A sua participação como voluntário(a) não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza.

e) Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade e das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados.

Confirmo ter conhecimento do conteúdo desse termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar dessa pesquisa e por isso dou meu consentimento.

_____, ____ de _____ de _____.

Participante da pesquisa

Acadêmico-pesquisador

Orientador da pesquisa
ou responsável